

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS¹⁰

10.4. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Ebserh, além de observar os regramentos estabelecidos pela lei regente de normas e procedimentos contábeis para as Sociedades por Ações, que abrange e alcança em sua literalidade também as empresas públicas (Lei 6.404/76 e atualizações), observou e adotou as novas práticas aprovadas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade-CFC nº 1.128/2008 e atualizações, instituídas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público-NBC T 16.

Desde o início das operações da Ebserh, no tocante a bens móveis e intangíveis adquiridos, foram implementados os procedimentos pertinentes a mensuração e reconhecimento da depreciação e amortização acumulada correspondentes aos bens adquiridos, cujos valores constantes das demonstrações contábeis e notas explicativas apresentadas no item 11.4 foram calculados em conformidade com os ditames da Instrução Normativa SRF nº 162/98 e seus anexos, bem como, em observância às orientações estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, via macrofunção nº 02.03.30 – Manual Siafi.

Quanto a metodologia de cálculo da depreciação e amortização mensal, foi adotado o método de quotas constantes, sendo: valor bruto contábil do bem, menos o valor residual, obtendo o valor depreciável do bem que é multiplicado pela taxa aplicada anual dividida pelos meses do ano. A taxa aplicada anual referenciada é resultado da divisão de 1 (um) inteiro pela quantidade de anos da vida útil de cada bem.

¹⁰ Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, destacamos os seguintes subitens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação:

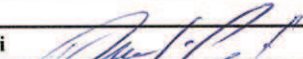
11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas pela Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.133/2008: não se aplica, pois a Empresa executou sua contabilidade no Siafi.

11.5.2. Composição acionária da UJ como investidora: não se aplica à natureza da Empresa.

11.6. Parecer de auditoria independente: conforme consta no Acórdão 419/2010 – Plenário – “as empresas públicas apenas estão obrigadas a contratar auditoria independente para auditar suas demonstrações contábeis no caso de expressa previsão legal ou estatutária, tendo em conta o disposto no art. 16, parágrafo único, do Decreto nº 3.591/2000.”

10.5. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH			155007
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Relatório de Gestão 2013 (BP-Balanco Patrimonial, DRE-Demonstração do Resultado do Exercício, DFC-Demonstração dos Fluxos de Caixa, DVA-Demonstração de Valor Adicionado, DMPL-Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis), regidos pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, relativos ao exercício de 2013 do órgão 26443 – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	30.01.2014
Contador Responsável	Andre Luiz Cordeiro Cavalcanti 	CRC nº	011297/O-7

10.6. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 6.404/1976

Em R\$

BALANÇO PATRIMONIAL - EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76 - VALORES COM SALDO ACUMULADO ANUALMENTE

DESCRIÇÃO	ANO	
	2013	2012
ATIVO		
CIRCULANTE	27.152.033,43	5.418.942,16
Caixa e Equivalente de Caixa	23.991.191,82	5.384.209,46
Banco c/ Movimento-Tesouro Conta Única	17.963.524,73	-
Recursos da conta única aplicados	17.963.524,73	-
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento	6.027.667,09	5.384.209,46
Limite saque c/ vinculação de pagamento	6.027.667,09	5.384.209,46
Créditos em Circulação	99.516,42	34.732,70
Adiantamentos Concedidos	99.516,42	34.732,70
13º Salário - Adiantamento	99.516,42	34.732,70
Bens e Valores em Circulação	3.061.325,19	-
Estoques Internos	3.061.325,19	-
Medicamentos e materiais hospitalares	2.933.554,33	-
Material de Consumo - Almoxarifado	127.770,86	-
NÃO-CIRCULANTE	11.703.020,02	8.750,00
Imobilizado	9.820.437,18	8.750,00
Bens Móveis	10.451.797,60	8.750,00
Aparelhos de Medição e Orientação	16.070,59	-
Aparelhos e Equip. de Comunicação	15.980,00	-
Apar.Equip.e Utens.Méd., Odont., Lab.e Hosp	1.056.364,06	-
Aparelhos e Utensílios Domésticos	24.867,93	8.750,00
Equipamentos de Prot., Segurança e Socorro	120.897,23	-
Máquinas e Equipamentos Energéticos	65.300,00	-
Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto	30.271,95	-
Máquinas, Utensílios e Equip. Diversos	7.734,18	-
Equipamentos de Processamento de Dados	4.950.648,27	-
Máquinas Instal.e Utens. De Escritório	84.246,00	-
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	2.901,00	-
Mobiliário em Geral	2.510.112,99	-
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	1.563.859,40	-
Material de Uso Duradouro	2.544,00	-
Depreciação Acumulada	(631.360,42)	-
Intangível	1.882.582,84	-
Software	2.021.070,90	-
Amortização Acumulada	(138.488,06)	-
TOTAL DO ATIVO	38.855.053,45	5.427.692,16

BALANÇO PATRIMONIAL - EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76 - VALORES COM SALDO ACUMULADO ANUALMENTE

DESCRIÇÃO	ANO	
	2013	2012
PASSIVO		
CIRCULANTE	17.324.247,28	463.173,12
Consignações	66.079,24	-
Tesouro Nacional	53.268,68	-
Impostos e Contribuições Diversos	53.268,68	-
Tesouro Estadual e Municipal	12.810,56	-
ISS	12.810,56	-
Obrigações em Circulação	17.258.168,04	463.173,12
Fornecedores	6.968.199,10	459.303,50
do Exercício a pagar	822.179,69	-
do Exercício em Liquidação	6.146.019,41	459.303,50
Pessoal a Pagar	-	3.869,62
do Exercício	-	3.869,62
Provisões de Pessoal	4.923.051,58	-
Provisão de Férias	4.923.051,58	-
Provisões de IRPJ e CSLL	2.881.646,55	-
Provisão para IRPJ	2.117.269,52	-
Provisão p/ Contrib. Social s/ Lucro	764.377,03	-
Adiantamentos Recebidos	2.485.270,81	-
Adiant.Subvenções e Receita SUS	2.485.270,81	-
NÃO-CIRCULANTE	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.530.806,17	4.964.519,04
Capital	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital Social	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital Social Subscrito e Integralizado	5.000.000,00	5.000.000,00
Reservas	10.755.414,60	-
Reserva de Capital	10.755.414,60	-
Reserva de Transf. p/ Aumento de Capital-AFAC	10.755.414,60	-
Reserva de Lucros	5.775.391,57	-
Reserva Legal	288.769,58	-
Reserva de Lucros para Expansão	5.486.621,99	-
Resultados Acumulados	-	(35.480,96)
de Exercícios Anteriores	-	-
do Exercício	-	(35.480,96)
TOTAL DO PASSIVO	38.855.053,45	5.427.692,16

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, com adaptações em conformidade com a Lei 6.404/76.

 JOSÉ RUBENS REBELATTO
 Presidente
 CPF 867.117.688-68

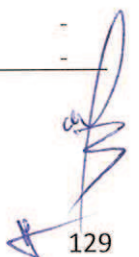
 WALMIR GOMES DE SOUSA
 Diretor Administrativo e Financeiro
 CPF 334.034.061-72

 ANDRÉ LUÍZ CORDEIRO CAVALCANTI
 Coordenador de Avaliação e Controladoria
 Contador CRC/DF 011297/O-7 CPF 539.993.121-49

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) - EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76

DESCRIÇÃO	2013	2012
Receita de Serviço Hospitalar - SUS	22.000.000,00	-
Subvenção Orçamentária e Financeira Recebida	80.287.429,77	4.547.729,89
Receita Operacional Bruta	102.287.429,77	4.547.729,89
Despesas Operacionais	(94.700.301,22)	(4.608.844,85)
Despesa com pessoal	(70.353.729,91)	(4.493.114,04)
SALARIO CONTRATO TEMPORARIO - LEI 8.745/93	(6.556.534,37)	(2.516.862,57)
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE CONTRATO TEMPORARI	(108.067,00)	-
FÉRIAS VENCIDAS/PROPORCIONAIS	-	(547,74)
13. SALARIO - CONTRATO TEMPORARIO	(45.848,99)	(547,74)
FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL - CONTRATO TEMP	(186.991,23)	(182,57)
VENCIMENTOS E SALARIOS	(17.689.232,80)	(7.376,08)
ADICIONAL NOTURNO	(90.026,06)	-
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	(6.859,18)	-
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	(15.902,00)	-
GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	(237.561,01)	(19.831,20)
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSONADAS	(17.667.924,74)	(1.229.618,08)
GRATIFICACAO POR ATIVIDADES EXPOSTAS	(100.362,36)	-
FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	(15.447,24)	-
13. SALARIO	(3.299.825,89)	(131.323,54)
FERIAS - ABONO PECUNIARIO	(49.207,22)	-
FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	(405.143,52)	(26.361,89)
FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	(13.809,12)	-
REMUN. PARTICIP. ORGAOS DELIBERACA	(80.147,48)	-
FGTS	(2.744.360,45)	-
MULTAS INDEDUTIVEIS	(8,77)	-
SUBSTITUICOES	(146.586,69)	(8.992,99)
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	(11.277,35)	-
RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	(252.165,81)	-
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRAB. ATIVO CIVIL	(773.666,08)	-
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS DA ADM PUB FED	(427.940,93)	-
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	(188.703,19)	-
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	(9.124.890,43)	-
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	(92.078,99)	-
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	(3.252.987,57)	(482.069,58)
AUXILIO-CRECHE CIVIL	(185.286,25)	(138,00)
AUXILIO-TRANSPORTE CIVIS	(48.643,64)	(9.410,70)
TRANSPORTE DE SERVIDORES	(178.244,85)	-
AUXILIO A PESSOAS FISICAS - PROG. MAIS MÉDICOS	(1.259.000,00)	-
AJUDA DE CUSTO - PESSOAL CIVIL	(44.490,50)	(58.190,10)
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	(121.603,76)	-
RESSARC. DE PASSAGENS E DESP. LOCOMOÇÃO	-	(1.661,26)
RESSARCIMENTO PESSOAL REQUISITADO-BENEFICIOS	(9.852,86)	-
PROVISAO PARA FERIAS	(4.923.051,58)	-

DESCRIÇÃO	2013	2012
Despesa com diárias	(3.842.312,98)	-
DIARIAS NO PAIS	(1.063.435,33)	-
DIARIAS NO EXTERIOR	(34.044,47)	-
PASSAGENS PARA O PAIS	(2.452.129,50)	-
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	(292.703,68)	-
Despesa com Assessoria	(3.576.810,00)	-
ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JURIDICA	(3.576.810,00)	-
Despesa com Material/Serviço Médicos	(49.556,42)	-
SERV.MEDICO-HOSPITAL.,ODONTOL.E LABORATORIAIS	(49.556,42)	-
Despesa com Aluguel	(8.250.496,99)	(75.600,00)
LOCACAO DE IMOVEIS	(7.136.956,29)	(75.600,00)
LOCACAO DE SOFTWARES	(182.533,31)	-
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(94.135,31)	-
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	(25.862,50)	-
CONDOMINIOS	(811.009,58)	-
Outras Despesas Administrativas	(970.756,26)	(15.105,00)
MATERIAL DE CONSUMO POR REQUISIÇÃO	(873.113,45)	-
SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	(31.840,20)	-
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	(65.802,61)	(15.105,00)
Despesa com material de informática	(884.929,93)	-
MANUTENCAO DE SOFTWARE	(636.487,67)	-
SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE T.I	(39.480,00)	-
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	(208.413,08)	-
SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	(549,18)	-
Despesa com serviços de terceiros	(4.810.307,82)	(3.305,56)
LIMPEZA E CONSERVACAO	(219.429,32)	-
VIGILANCIA OSTENSIVA	(662.629,99)	-
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOV	(18.816,00)	-
MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS	(829,60)	-
SUPORTE A USUARIOS DE T.I.	(13.467,60)	-
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - PJ	(627.197,59)	-
MULTAS INDEDUTIVEIS	(109.519,75)	-
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	(227.754,10)	-
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	(289.981,46)	-
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	(5.950,00)	-
SERVICOS DE GAS	(33.060,89)	-
SERVICOS DOMESTICOS	(59.455,78)	-
SERVICOS DE PRODUCAO INDUSTRIAL	(14.976,19)	-
SERVICOS DE APOIO AO ENSINO	(6.240,00)	-
SERVICOS DE CONTROLE AMBIENTAL	(29.166,60)	(3.305,56)
CONFECCAO DE UNIFORMES, BANDEIRAS	(199.290,05)	-
FRETES E TRANSP. DE ENCOMENDAS	(6.443,28)	-
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO - ÓRGÃO PÚBLICO	(2.687,86)	-
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	(1.945.004,16)	-
SERVICOS DE COPA E COZINHA	(174.545,30)	-
COMISSOES E CORRETAGENS	(21.528,22)	-



Em R\$

DESCRIÇÃO	2013	2012
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	(8.752,81)	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	(5.466,32)	-
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	(27.050,00)	-
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE	(16.068,85)	-
SERVICOS JUDICIARIOS	(3.838,60)	-
ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	(81.157,50)	-
Despesa com serviço de seleção e treinamento	(637.126,16)	(21.088,00)
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	(631.079,00)	(21.088,00)
TREINAMENTO - EM ÓRGÃO PÚBLICO	(460,00)	-
TREINAMENTO - PESSOA FISICA	(5.587,16)	-
Despesa com publicidade	(294.764,73)	-
SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	(294.764,73)	-
Despesa com tributos	(240.223,30)	-
TAXAS	(2.870,32)	-
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	(52.713,18)	-
IMPOSTO S/ PROP. PREDIAL E TERRIT.URBANA- IPTU	(134.893,40)	-
IMPOSTO DE RENDA	(34.990,00)	-
CONTRIBUICAO SOCIAL S/ LUCRO	(14.756,40)	-
Despesa administrativas - outros	(19.438,24)	(632,25)
INDENIZACOES E RESTITUICOES	(1.771,73)	-
RESTITUICOES	(17.666,51)	(632,25)
Despesa com depreciação e amortização	(769.848,48)	-
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	(769.848,48)	-
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	7.587.128,55	(61.114,96)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.105.390,53	25.634,00
Receitas Financeiras		
Receita de Aplicação Financeira		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	481.958,85	-
Receita de concurso	10.492.172,18	1.566.500,00
Despesa de Concurso - por Restituições e Apropriações	(9.868.740,50)	(1.540.866,00)
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA - LACSIR	8.692.519,08	(35.480,96)
Provisão Contribuição Social	(764.377,03)	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	7.928.142,05	(35.480,96)
Provisão Imposto de Renda	(2.117.269,52)	-
RESULTADO DO PERÍODO	5.810.872,53	(35.480,96)

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, com adaptações em conformidade com a Lei 6.404/76.

JOSÉ RUBENS REBELATTO
Presidente
CPF 867.117.688-68

WALMIR GOMES DE SOUSA
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 334.034.061-72

ANDRE LUIZ CORDEIRO CAVALCANTI
Coordenador de Avaliação e Controladoria
Contador CRC/DF 011297/O-7 CPF 539.993.121-49

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2013	2012
<u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	8.692.519,08	(35.480,96)
AJUSTES por:		
Depreciação e Amortização	769.848,48	-
Contas a Receber - Adiantamento de 13º Salário	(64.783,72)	(34.732,70)
Estoques	(3.061.325,19)	-
Consignações a Pagar	66.079,24	-
Fornecedores a Pagar	6.508.895,60	459.303,50
Pessoal a Pagar	(3.869,62)	3.869,62
Provisões de Férias	4.923.051,58	-
Adiantamento de Subvenções e Receita SUS	2.485.270,81	-
<i>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</i>	20.315.686,26	392.959,46

<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Compras de Ativo Imobilizado	(10.443.047,60)	(8.750,00)
Compras de Ativo Intangível	(2.021.070,90)	-
<i>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</i>	(12.464.118,50)	(8.750,00)

<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Reserva de Transf. para Aumento de Capital - AFAC	10.755.414,60	-
<i>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</i>	10.755.414,60	-

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	18.606.982,36	384.209,46
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	5.384.209,46	5.000.000,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	23.991.191,82	5.384.209,46

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, com adaptações em conformidade com a Lei 6.404/76.

JOSÉ RUBENS REBELATTO
Presidente
CPF 867.117.688-68

WALMIR GOMES DE SOUSA
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 334.034.061-72

ANDRÉ LUÍZ CORDEIRO CAVALCANTI
Coordenador de Avaliação e Controladoria
Contador CRC/DF 011297/O-7 CPF 539.993.121-49

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - DVA

DESCRIÇÃO	2013	2012
Geração do Valor Adicionado		
a) Receitas	23.105.390,53	25.634,00
Atividades Operacionais	22.000.000,00	-
Atividades Não-Operacionais	1.105.390,53	25.634,00
b) Insumos Adquiridos de Terceiros	11.243.689,56	40.130,81
Materiais de consumo	938.916,06	15.105,00
Energia elétrica, água e esgoto	295.931,46	-
Serviços de terceiros	10.008.842,04	25.025,81
c) Valor Adicionado Bruto (a-b)	11.861.700,97	(14.496,81)
d) Depreciação, Amortização e Exaustão	769.848,48	-
Depreciação do Período	631.360,42	-
Amortização do Período	138.488,06	-
e) Valor Adicionado Líquido (c-d)	11.091.852,49	(14.496,81)
f) Valor Recebido-Subvenções Despesa de Custeio	80.287.429,77	4.547.729,89
Repasse e cotas financeiras	80.287.429,77	4.547.729,89
g) Valor adicionado total a distribuir (e+f)	91.379.282,26	4.533.233,08
g.1) Remuneração do Trabalho	74.196.042,89	4.493.114,04
Pessoal e Diárias	62.234.713,02	4.493.114,04
Encargos	11.961.329,87	-
g.2) Remuneração do Governo	3.121.869,85	-
Impostos, Taxas e Contribuições	240.223,30	-
Provisão p/ Imposto de Renda	2.117.269,52	-
Provisão para CSLL	764.377,03	-
g.3) Remuneração do Capital de Terceiros	8.250.496,99	75.600,00
Aluguéis	8.250.496,99	75.600,00
g.4) Remuneração do Capital Próprio	5.810.872,53	(35.480,96)
Lucro ou prejuízo do Exercício	5.810.872,53	(35.480,96)

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, com adaptações em conformidade com a Lei 6.404/76.

JOSÉ RUBENS REBELATTO
Presidente
CPF 867.117.688-68

WALMIR GOMES DE SOUSA
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 334.034.061-72

ANDRÉ LUIZ CORDEIRO CAVALCANTI
Coordenador de Avaliação e Controladoria
Contador CRC/DF 011297/O-7 CPF 539.993.121-49

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL (2013), conforme Comitê de Pronunciamentos Contábeis 26 (R1)

Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos Não Controladores no Pat. Líq. Das Controladas	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos Iniciais	5.000.000,00					5.000.000,00	-	5.000.000,00
Aumento de Capital		10.755.414,60				10.755.414,60		10.755.414,60
Gastos com Emissão de Ações								
Opções Outorgadas Reconhecidas								
Ações em Tesouraria Adquiridas								
Ações em Tesouraria Vendidas								
Dividendos								
Transação de Capital com os Sócios						10.755.414,60	-	10.755.414,60
Lucro líquido do Período				5.775.391,57		5.775.391,57		5.775.391,57
Ajustes Instrumentos Financeiros								
Tributos s/ Ajustes Instrum. Financeiros								
Equiv.Patrim. s/ Ganhos Abrang. Coligadas								
Ajustes de Conversão do Período								
Tributos s/ Ajustes de Conv. no Período								
Outros Resultados Abrangentes								
Reclassif. p/Res. - Aj. Instrum. Financeiros								
Resultado Abrangente Total						-	-	-
Constituição de Reservas			5.775.391,57	(5.775.391,57)				
Realização da Reserva Reavaliação								
Trib. s/ Realiz. da Res. de Reavaliação								
Saldos Finais	5.000.000,00	10.755.414,60	5.775.391,57	-	-	15.755.414,60	-	21.530.806,17

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, com adaptações em conformidade com a Lei 6.404/76.

JOSÉ RUBENS REBELATTO
Presidente
CPF 867.117.688-68

WALMIR GOMES DE SOUSA
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 334.034.061-72

ANDRÉ LUIZ CORDEIRO CAVALCANTI
Coordenador de Avaliação e Controladoria
Contador CRC/DF 011297/O-7 CPF

Nota 1 – Contexto Operacional

A Ebserh integra um conjunto de ações empreendidas pelo Governo Federal no sentido de recuperar os hospitais vinculados às universidades federais, e teve sua criação efetivada, em 2011, por meio da Lei nº 12.550 de 2011, publicada no DOU de 16 de dezembro de 2011. É empresa pública federal, unipessoal, vinculada ao Ministério da Educação, com capital social 100% integralizado pela União.

O Estatuto Social da Ebserh foi aprovado por meio do Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011, e define que esta tem a finalidade de: Art. 3º - “... *prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública...*”.

Apesar de a criação da Ebserh datar do final de dezembro de 2011, as atividades pré-operacionais iniciaram de fato em meados de março de 2012, perdurando nesta condição durante quase todo o ano de 2012, fato que se observa pelo volume reduzido de movimentações econômicas, financeiras e patrimoniais apresentadas nas demonstrações financeiras de forma comparativa às movimentações do exercício de 2013, ano em que iniciou de fato as operações, com influência direta do ingresso de profissionais aprovados em concursos, bem como, do efetivo início de atividades da filial Hospital Universitário do Piauí.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Ebserh foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União-BGU e utiliza o Siafi. Ressalta-se que, devido as demonstrações contábeis geradas a partir do Siafi não atenderem na sua plenitude as exigências estabelecidas pela Lei 6.404/76, temos de fato o Siafi como fonte principal de informações, com adaptações necessárias ao atendimentos dos ditames da Lei 6.404/76.

Nota 3 – Balanço Patrimonial - Caixa e Equivalentes de Caixa

- a) Recursos da Conta Única Aplicados – Trata-se de recursos originários da conta limite de saque por vinculação de pagamento, resultantes em sua maioria de valores repassados pelo SUS-Sistema Único de Saúde em observância a contrato firmado entre a Prefeitura de Teresina-PI, por meio da Fundação Nacional de Saúde e a Ebserh, bem como, de recursos recebidos do Tesouro Nacional por integralização do capital social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;
- b) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Refere-se a recursos decorrentes de recebimento de valores a título de tarifas de concursos em observância a contratos firmados entre a Ebserh e empresas organizadoras de concursos, ocorridos em 2013 e cujos recursos serão repassados às respectivas empresas em 2014, na forma estabelecida contratualmente. O saldo desta rubrica também é composto dos recursos recebidos em dezembro/2013 do SUS em observância ao contrato referenciado no item “a” desta nota.

Nota 4 – Balanço Patrimonial - Estoques Internos – Medicamentos e Materiais Hospitalares

Corresponde ao estoque de medicamentos e materiais adquiridos de forma mais intensificada nos meses de novembro e dezembro de 2013, principalmente em decorrência da proximidade de encerramento do exercício. A elevação dos valores a pagar compromissados com fornecedores do exercício, constante do passivo circulante, também é reflexo das aquisições em comento.

Nota 5 – Balanço Patrimonial - Depreciação e Amortização Acumulada

Valores referem-se a depreciação e amortização dos bens móveis e intangíveis adquiridos no exercício de 2013, calculados em conformidade com os ditames da Instrução Normativa SRF nº 162/98 e seus anexos.

Nota 6 – Balanço Patrimonial – Fornecedores do Exercício em liquidação

Valores constantes dessa rubrica correspondem às obrigações decorrentes de serviços efetivamente prestados até dezembro/13 pelas empresas organizadoras de concursos ministrados para a Matriz e Filiais da Ebserh, e pela entrega/transferência de bens de fornecedores em dezembro/2013. O termo “em liquidação” trata-se de estrita observância às orientações emanadas pela Secretária do Tesouro Nacional no sentido de observar plenamente o regime de competência.

Nota 7 - Balanço Patrimonial - Adiantamentos de Subvenções e Receita SUS

Refere-se aos valores decorrentes da aquisição de estoque que só com o efetivo consumo será reconhecido como despesas e que no momento da aquisição foram custeados por subvenções adiantadas oriundas do Tesouro Nacional e por adiantamentos de valores do SUS, em observância ao contrato referenciado na Nota 3-a.

Nota 8 - Balanço Patrimonial – Reserva de Transferência p/ futuro aumento de capital-AFAC

A reserva de transferência para futuro aumento de capital – AFAC, no valor de R\$ 10.755.404,60 correspondente aos repasses do Tesouro Nacional durante o exercício de 2013 para custear as despesas de capital relativas aos bens móveis e intangíveis constantes do ativo não circulante da Ebserh. O valor remanescente dos bens móveis adquiridos, no montante de R\$ 1.717.453,90, foram custeados pelo capital social já subscrito e integralizado em 07 de março de 2012, conforme registro de arrecadação (RA) constante do Siafi com o nº 2012RA000001, código de recolhimento tesouro nº 48816-0, no valor de R\$ 5.000.000,00.

Nota 9 – Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Nesta demonstração foram retratadas na forma mais analítica todas as despesas de custeio ocorridas desde o início das operações da Ebserh, merecendo destaque o grupo referente as despesas de pessoal, que em 2012 representou cerca de 97% das despesas operacionais. Em 2013, cujo montante destas despesas foi de R\$ 70.353.729,91, a representatividade frente as despesas operacionais totais foram de aproximadamente 75%. No tocante as subvenções e receitas que custearam as despesas operacionais, destaca-se os 78% decorrentes das subvenções orçamentarias e financeiras recebidas do Tesouro Nacional. Quanto as receitas e despesas não operacionais, aproximadamente 96% foram decorrentes de recebimentos de tarifas de inscrições dos concursos contratados para a Matriz e filiais em constituição em 2013, recebimentos estes que tiveram e terão como contrapartida as restituições efetivadas, os pagamentos efetuados e o pagamento em 2014 das apropriações das despesas realizadas até dezembro de 2013, para as empresas contratadas para este fim específico, na forma estabelecida contratualmente. Com relação ao resultado do exercício, absorverá o prejuízo acumulado do exercício anterior - valor de R\$35.480,96, conforme legislação, e o valor remanescente de R\$ 5.775.391,57, será objeto de proposição de constituição de reservas de lucros, na Assembleia conjunta dos Conselhos de Administração e Fiscal de 22 de abril de 2014,

da seguinte forma: Reserva Legal - 5% conforme legislação - valor de R\$ 288.769,58 e Reserva de Lucros para Expansão, no valor remanescente do lucro acumulado – valor de R\$ 5.486.621,99, em observância ao estabelecido no art. 8º, parágrafo único, da Lei 12.550/2011, que definiu que "o lucro líquido da EBSERH será reinvestido para atendimento do objeto social da empresa". Após aprovação, os valores das reservas serão lançados no SIAFI nas contas respectivas de cada reserva, de forma que estas retratem os mesmos valores demonstrados conforme a Lei 6.404/76.

Nota 10 – Conciliação entre o Balanço Patrimonial conforme Lei 6.404/76 e o Balanço Patrimonial conforme Lei 4.320/64, em atendimento ao estabelecido no item 9.4 do Acórdão nº 2016/2006 – TCU – Plenário.

Em R\$

Conciliação entre os grupos totais do ativo e do passivo, anos 2013 e 2012, Balanços Patrimoniais conforme Lei 6.404/76 e Lei 4.320/64 extraído do SIAFI

ATIVO	Lei 6.404/76 - BP publicado		ATIVO	Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferença entre os totais do ativo da 4.320/64 (-) 6.404/76	
	2013	2012		2013	2012	2013	2012
Circulante	27.152.033,43	5.418.942,16	Financeiro	152.672.312,84	13.927.091,27		
Não Circulante	11.703.020,02	8.750,00	Não Financeiro	(108.028.199,47)	(3.093.720,04)		
TOTAL DO ATIVO	38.855.053,45	5.427.692,16	TOTAL DO ATIVO	44.644.113,37	10.833.371,23	5.789.059,92	5.405.679,07

PASSIVO	Lei 6.404/76 - BP publicado		ATIVO	Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferença entre os totais do passivo da 6.404/76 (-) 4.320/64	
	2013	2012		2013	2012	2013	2012
Circulante	17.324.247,28	463.173,12	Financeiro	144.995.006,28	10.478.838,38		
Não Circulante	-	-	Não Financeiro	(53.947.510,84)	(10.474.968,76)		
Patrimônio Líquido	21.530.806,17	4.964.519,04	Patrimônio Líquido	(46.403.382,07)	10.829.501,61		
TOTAL DO PASSIVO	38.855.053,45	5.427.692,16	TOTAL DO PASSIVO	44.644.113,37	10.833.371,23	5.789.059,92	5.405.679,07

Esclarece inicialmente que a estrutura e composição dos subgrupos do Balanço Patrimonial conforme a Lei 6.404/76 e a Lei 4.320/64 são diferentes, ou seja, ativo circulante não é igual a ativo financeiro, assim como ativo não circulante não é igual ao ativo não financeiro. Como fator preponderante que diferencia estes subgrupos principais do ativo e passivo, destaca-se a figura dos “restos a pagar não processados”, ou seja, os empenhos em que houve a contratação, mas o fornecedor ainda não entregou os bens e serviços, que para a contabilidade pública constituem-se despesas do exercício encerrado, gerando por consequência direitos e obrigações e, para a contabilidade conforme a Lei 6.404/76, somente serão despesa quando o fornecedor entregar os bens e serviços. Diante dos procedimentos determinados pela 4.320/64 para a figura dos “Restos a Pagar Não Processados”, observa-se no Balanço Patrimonial, sob a ótica da contabilidade pública exigida pela Lei 4.320/64, contas e seus reflexos no ativo e passivo financeiro, no ativo e passivo não financeiro, bem como, reflexos no resultado, influenciando diretamente o Patrimônio Líquido.

Com toda a movimentação entre os subgrupos, empreendida principalmente pelos “restos a pagar não processados”, com contas com valores ora positivos, ora retificadores, fatos que não se observam e não são objeto de registro para as demonstrações com base na Lei 6.404/76, só é viável conciliar os totais do ativo e do passivo apresentados nas demonstrações conforme as Leis em questão, visto que, no Balanço conforme a Lei 4.320/64, há uma consolidação das informações entre os subgrupos do ativo e passivo, contrabalanceado com o resultado levado a registro no Patrimônio Líquido, o que propicia a conciliação.

Desta feita, com relação as diferenças entre os totais do ativo dos anos de 2013 e 2012 demonstradas na planilha acima, referem-se aos valores da conta "11.216.0101 - Recursos a receber por transferência-Termos de cooperação formalizados entre órgãos do OFSS", típica da contabilidade pública e constante do Balanço Patrimonial conforme a Lei nº 4.320/64, e cujas

características se assemelham aos recursos a receber decorrentes de Restos a Pagar não processados inscritos, não existindo, portanto, lançamentos correspondentes na contabilidade conforme a Lei nº 6.404/76, ocasionando as diferenças. Por consequência dos registros de contrapartida aos da conta "11.216.0101", gera-se as mesmas diferenças entre os totais do passivo dos anos de 2013 e 2012.

Brasília – DF, 10 de abril de 2014



JOSÉ RUBENS REBELATTO

Presidente

CPF 867.117.688-68



WALMIR GOMES DE SOUSA

Diretor Administrativo e Financeiro

CPF 334.034.061-72



ANDRÉ LUIZ CORDEIRO CAVALCANTI

Coordenador de Avaliação e Controladoria

Contador CRC/DF 011297/O-7 CPF 539.993.121-49

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) declara que, em reunião realizada nesta data, acolheu a Nota Técnica editada pela Auditoria Interna e, considerando o Parecer exarado pelo Conselho Fiscal, opina favoravelmente pelo encaminhamento do Relatório de Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, para aprovação do Ministro de Estado da Fazenda, de acordo com o que estabelece o artigo 13, inciso VII, alínea a, do Estatuto Social da Empresa.

Brasília/DF, 23 de abril de 2014.



LUIZ CLAUDIO COSTA
Presidente



JOSÉ RUBENS REBELATTO



PAULO SPELLER




MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL



ROMEU WELITON CAPUTO



NATALINO SALGADO FILHO




BRUNO MORETTI

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH, EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2013**

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, fez o exame das Demonstrações Contábeis de 2013, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações: (i) do Resultado do Exercício, (ii) dos Fluxos de Caixa, (iii) do Valor Adicionado, (iv) das Mutações do Patrimônio Líquido, e as Notas Explicativas, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos recebidos dos Órgãos da Administração e nas orientações da Auditoria Interna consignadas na Nota Técnica nº 2/2014-AUGE/EBSERH/MEC, o Conselho Fiscal é de opinião que as peças examinadas estão em condições de ser encaminhadas para aprovação do Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília/DF, 23 de abril de 2014.


LUIZ ANTONIO DE MELLO REBELLO
Presidente


STELA MARIS MONTEIRO SIMÃO


ELIANE APARECIDA DA CRUZ

EBSERH

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO
2013**

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Brasília, abril de 2014

Ministro de Estado da Educação

José Henrique Paim Fernandes

Conselho de Administração

José Henrique Paim Fernandes – Presidente

Paulo Speller

José Rubens Rebelatto

Romeu Weliton Caputo

Amaro Henrique Pessoa Lins

Bruno Moretti

Marcia Aparecida do Amaral

Helvécio Miranda Magalhães Júnior

Natalino Salgado Filho

Presidente da Ebserh

José Rubens Rebelatto

Diretor Administrativo Financeiro - Walmir Gomes de Sousa

Diretor de Atenção à Saúde e Gestão de Contratos - Celso Fernando Ribeiro de Araújo

Diretora de Gestão de Pessoas - Jeanne Liliane Marlene Michel

Diretor de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação - Cristiano Cabral

Diretor de Logística e Infraestrutura Hospitalar - Garibaldi Jose Cordeiro de Albuquerque

Conselho Fiscal

Luiz Antonio de Mello Rebello – Presidente

Stela Maris Monteiro Simão

Eliane Aparecida Cruz

Anelizi Lenzi Ruas de Almeida

Josilda Valença Araújo

Conselho Consultivo

José Rubens Rebelatto – Presidente

Antonio Luiz Pinho Ribeiro

Silvio Paulo Botomé

Marcelo Barbisan De Sousa

Miriam da Costa Oliveira

Equipe técnica responsável pela consolidação do documento:

Ésio Moreira Leal

Henrique Xavier Couto

Iara Cesar Pereira Guerra

Josué Fermon Ribeiro

Fernanda Zortéa

Maria Cristina Lucchesi

Maria Dolores Gamarski

Regina Célia Borges de Lucena

Rossana Ricciardi

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	6
LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE GRÁFICOS.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	8
INTRODUÇÃO.....	10
1. A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES.....	11
1.1. Identificação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh.....	11
1.2. Finalidades e competências institucionais.....	16
1.3. Organograma funcional.....	17
1.4. Macroprocessos finalísticos e de apoio.....	18
1.5. Principais parceiros da Ebserh.....	20
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	22
2.1. O planejamento estratégico da Ebserh.....	22
2.1.1. <i>Missão, visão e valores</i>	22
2.1.2. <i>Plano de Ação 2013/2014</i>	24
2.1.3. <i>Resultados do Plano de Ação em 2013</i>	29
2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	32
2.2.1. <i>Programa Temático</i>	32
2.2.2. <i>Objetivo</i>	32
2.2.3. <i>Ações</i>	33
2.2.3.1. <i>Ações – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)</i>	33
2.2.3.2. <i>Ações/Subtítulos – OFSS</i>	34
2.2.3.3. <i>Ações não previstas na LOA 2013 – restos a pagar não processados – OFSS</i>	44
2.2.3.4. <i>Análise situacional</i>	44
2.3. Informações sobre outros resultados gerados pela gestão.....	47
2.3.1. <i>Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais</i>	47
2.3.2. <i>Adesão e Gestão dos Hospitais Universitários Federais</i>	48
2.3.3. <i>Projeto Capacitação e Planos Diretores 2013-2014 dos Hospitais Universitários Federais</i>	51
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	52
3.1. Estrutura de governança.....	52
3.2. Avaliação do funcionamento do controles internos.....	57
3.3. Remuneração paga a administradores.....	60
3.3.1. <i>Política de remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal</i>	60

3.3.2.	<i>Demonstrativo da remuneração mensal de membros dos Conselhos</i>	61
3.3.3.	<i>Demonstrativo sintético da remuneração mensal de membros de Diretoria e de Conselhos</i>	62
4.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	63
4.1.	Execução das despesas	64
4.1.1.	<i>Programação</i>	64
4.1.2.	<i>Movimentação de créditos interna e externa</i>	67
4.1.3.	<i>Realização de despesa</i>	68
4.1.3.1.	<i>Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total</i>	68
4.1.3.2.	<i>Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela Unidade Jurisdicionada</i>	69
4.1.3.3.	<i>Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total</i>	70
4.1.3.4.	<i>Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela Unidade Jurisdicionada</i>	72
4.1.3.5.	<i>Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação</i>	74
4.1.3.6.	<i>Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação</i>	75
4.1.3.7.	<i>Análise crítica sobre a realização da despesa</i>	76
4.2.	Transferência de recursos	77
4.2.1.	<i>Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício</i>	77
4.2.2.	<i>Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios</i>	85
4.2.3.	<i>Análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício</i>	85
5.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	87
5.1.	Estrutura de pessoal da unidade	87
5.1.1.	<i>Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada</i>	87
5.1.1.1.	<i>Lotação</i>	87
5.1.1.2.	<i>Situações que reduzem a força de trabalho</i>	88
5.1.2.	<i>Qualificação da força de trabalho</i>	89
5.1.2.1.	<i>Estrutura de cargos e funções</i>	89
5.1.2.2.	<i>Qualificação do quadro de pessoal, segundo a idade</i>	89
5.1.2.3.	<i>Qualificação do quadro de pessoal, segundo a escolaridade</i>	90
5.1.3.	<i>Custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada</i>	91
5.1.4.	<i>Cadastramento no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão (Sisac)</i>	93
5.1.4.1.	<i>Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do Sisac</i>	93
5.1.4.2.	<i>Atos sujeitos à comunicação ao TCU</i>	93
5.1.4.3.	<i>Regularidade do cadastro dos atos no Sisac</i>	94
5.1.5.	<i>Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos</i>	95

5.1.6.	<i>Providências adotadas em casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos</i>	96
5.1.7.	<i>Indicadores gerenciais sobre recursos humanos</i>	96
5.1.8.	<i>Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva</i>	98
5.1.9.	<i>Informações sobre locação de mão-de-obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do órgão</i>	99
5.1.10.	<i>Análise crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4</i>	100
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	101
6.1.	Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros.....	101
6.1.1.	<i>Frota de veículos automotores a serviço da Unidade Jurisdicionada, mas contratada de terceiros</i>	101
6.2.	Gestão de patrimônio imobiliário.....	104
6.2.1.	<i>Distribuição espacial de bens imóveis locados de terceiros</i>	104
7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO ..	105
7.1.	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	105
8.	GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	108
8.1.	Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	108
8.2.	Consumo de papel, energia elétrica e água.....	110
9.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS ...	111
9.1.	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	111
9.1.1.	<i>Deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	111
9.1.2.	<i>Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício</i>	114
9.2.	Tratamento das recomendações do Órgão de Controle Interno.....	116
9.2.1.	<i>Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício</i>	116
9.3.	Informações sobre a atuação da Auditoria Interna.....	117
9.4.	Declaração de Bens e Renda estabelecida na Lei nº 8.730/1993.....	118
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	119
10.1.	Canais de acesso do cidadão.....	119
10.2.	Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009).....	121
10.3.	Pesquisa de Satisfação dos Usuários.....	121
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	124
11.1.	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	124
11.2.	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis....	125
11.3.	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 6.404/1976.....	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ) – Relatório de Gestão Individual	11
Quadro 2. Macroprocessos finalísticos e de apoio. Ebserh, 2013.	18
Quadro 3. Plano de Ação 2013/2014 da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.....	25
Quadro 4. Grupos de Trabalho constituídos no Plano de Ação Ebserh 2013/2014, segundo produtos esperados e áreas participantes. Dezembro de 2013.	30
Quadro 5. Programa Temático, Ebserh, 2013.	32
Quadro 6. Objetivo, Ebserh, 2013.	32
Quadro 7. Ações – OFSS, Ebserh, 2013.	33
Quadro 8. Ação/Subtítulos – OFSS, Ebserh, 2013.	34
Quadro 9. Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar - OFSS, Ebserh, 2013.....	44
Quadro 10. Regionalização dos recursos descentralizados pela Ebserh na Ação 20RX em 2013. ...	45
Quadro 11. Execução do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, por unidade orçamentária, exercício financeiro de 2013.....	47
Quadro 12. Previsão de acréscimo real da força de trabalho nos Hospitais Universitários Federais, Ebserh, dezembro de 2013.	49
Quadro 13. Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	61
Quadro 14. Síntese da remuneração dos administradores.....	62
Quadro 15. Programação de Despesas	64
Quadro 16. Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	67
Quadro 17. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	68
Quadro 18. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ.....	69
Quadro 19. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	70
Quadro 20. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	72
Quadro 21. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	74
Quadro 22. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	75
Quadro 23. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – Posição em 31.12.2013.....	77
Quadro 24. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	85
Quadro 25. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	87
Quadro 26. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ, situação em dezembro de 2013.	88
Quadro 27. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	89
Quadro 28. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2013	89
Quadro 29. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2013.....	90
Quadro 30. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	91
Quadro 31. Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	93
Quadro 32. Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	93
Quadro 33. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	94
Quadro 34. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	98
Quadro 35. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	99
Quadro 36. Vantagens e desvantagens quanto ao uso de frota própria ou alugada, Ebserh, 2013. .	102
Quadro 37. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	104
Quadro 38. Gestão de Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	105
Quadro 39. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	108

Quadro 40. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	110
Quadro 41. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	111
Quadro 42. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	114
Quadro 43. Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: relações de governança e de controle.	20
Figura 2. Hospitais universitários federais, distribuição segundo regiões.	21
Figura 3. Etapas de desenvolvimento do Planejamento Estratégico Ebserh, 2012/2013.....	22
Figura 4. Modelo de Gestão Sociotécnico. Planejamento Estratégico da Ebserh, 2013.....	23
Figura 5. Página eletrônica do Planejamento Estratégico da Ebserh, 2013.	31
Figura 6. Instituições que manifestaram interesse de adesão à Ebserh até dezembro de 2013.....	48
Figura 7. Hospitais participantes do Projeto Capacitação e Planos Diretores 2013-2014 dos Hospitais Universitários Federais. Ebserh, 2013.	51
Figura 8. Estrutura de Governança da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.....	52
Figura 9. Composição do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.	53
Figura 10. Composição da Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. ...	54
Figura 11. Composição do Conselho Consultivo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. ...	55
Figura 12. Composição do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Andamento das atividades do Plano de Ação Ebserh 2013/2014, em dezembro de 2013.	29
Gráfico 2. Fluxo de demandas à Ouvidoria da Ebserh, segundo mês de registro, 2013.....	119
Gráfico 3. Fluxo de demandas à Ouvidoria da Ebserh, segundo tipo, 2013.	120
Gráfico 4. Fluxo de demandas à Ouvidoria da Ebserh, segundo resolução, 2013.	120
Gráfico 5. Situação de elaboração das Cartas de Serviços ao Cidadão nos Hospitais Universitários Federais, 2013.	121
Gráfico 6. Resultados do Índice de Satisfação quanto à infraestrutura.....	122
Gráfico 7. Resultados do Índice de Satisfação quanto ao atendimento	122
Gráfico 8. Resultados do Índice de Satisfação quanto à avaliação geral	122
Gráfico 9. Resultados da média geral do Índice de Satisfação	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGHU: Aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários
Andifes: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Asplav: Assessoria de Planejamento e Avaliação
Audit: Auditoria
CCI: Comissão de Controle Interno
CGU: Controladoria-Geral da União
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DAF: Diretoria Administrativa Financeira
DASGC: Diretoria de Atenção à Saúde e Gestão de Contratos
Dest: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DGP: Diretoria de Gestão de Pessoas
DGPTI: Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (DGPTI)
DLIII: Diretoria de Logística e Infraestrutura Hospitalar
Ebserh: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
FUB: Fundação Universidade de Brasília
Furg: Universidade Federal do Rio Grande
GM: Gabinete do Ministro
GT: Grupo de Trabalho
HU: Hospital Universitário
Huab: Hospital Universitário Ana Bezerra
HUB: Hospital Universitário de Brasília
Hucam: Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes
HUF: Hospitais Universitários Federais
Huol: Hospital Universitário Onofre Lopes
Ifes: Instituição Federal de Ensino Superior
INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA: Lei Orçamentária Anual
MEC: Ministério da Educação
MEJC: Maternidade Escola Januário Cicco
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS: Ministério da Saúde
OFSS: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Paint: Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PPA: Plano Plurianual
Reluf: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
SE: Secretaria Executiva
Siafi: Sistema Integrado de Administração Financeira
Siape: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC: Serviço de Informação ao Cidadão
Simec: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
Siorg: Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Sisac: Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
TI: Tecnologia da Informação
Ufal: Universidade Federal de Alagoas

Ufam: Universidade Federal do Amazonas
UFBA: Universidade Federal da Bahia
UFC: Universidade Federal do Ceará
UFCEG: Universidade Federal de Campina Grande
Ufes: Universidade Federal do Espírito Santo
UFF: Universidade Federal Fluminense
UFG: Universidade Federal de Goiás
UFGD: Universidade Federal Grande Dourados
UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA: Universidade Federal do Maranhão
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT: Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA: Universidade Federal do Pará
UFPB: Universidade Federal do Paraíba
UFPE: Universidade Federal do Pernambuco
UFPI: Universidade Federal do Piauí
UFPR: Universidade Federal do Paraná
UFPEL: Fundação Universidade Federal de Pelotas
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFTM: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFPI: Fundação Universidade Federal do Piauí
UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS: Universidade Federal de Sergipe
UFSM: Universidade Federal de Santa Maria
UFU: Universidade Federal de Uberlândia
UJ: Unidade Jurisdicionada
UnB: Universidade de Brasília
Unifesp: Universidade Federal de São Paulo
Unirio: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UJ: Unidade Jurisdicionada

INTRODUÇÃO

Este Relatório tem por objetivo apresentar as ações desenvolvidas e resultados obtidos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, do Ministério da Educação, em atendimento às exigências dos órgãos de controle e em consonância com as normativas que dispõem sobre a sua organização e conteúdo. Para isso, está organizado em 11 capítulos, com a seguinte estrutura geral: os primeiro, segundo e terceiro capítulos apresentam a Empresa quanto ao seu perfil institucional, mecanismos de gestão e estruturas de governança e controle; do terceiro ao nono capítulo, estão descritos os resultados da gestão operacional, em seus vários aspectos, tais como execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas, do patrimônio, da tecnologia da informação e ambiental; o nono capítulo apresenta a conformidade e tratamento de disposições legais e normativas junto aos órgãos de controle; o décimo capítulo apresenta mecanismos e resultados do relacionamento com a sociedade; e o último capítulo descreve as informações contábeis. Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 127/2013 e da Controladoria-Geral da União, os subitens que não se aplicam à natureza da Empresa ou não tiveram resultados em 2013 estão relatados no início de cada tópico, na forma de rodapé.

A Ebserh foi criada em 2011, para necessidade de assegurar as condições necessárias de estrutura e gestão para o adequado funcionamento dos hospitais vinculados às instituições federais de ensino e instituições congêneres. A estruturação física e de pessoal da Empresa, nos anos de 2012 e 2013, aconteceu concomitantemente ao desenvolvimento de ações efetivas para a adesão e estabelecimento de contrato de gestão com os hospitais universitários, além do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários.

Ao final de 2013, a Ebserh contava com 22 hospitais universitários com contrato de gestão firmado, em 18 instituições federais de ensino superior. Foram realizados ou estão em andamento os concursos públicos em 12 deles, para a recomposição do quadro de pessoal. Em 10 hospitais, cerca de 100 gestores participam da primeira etapa de capacitação em Gestão de Hospitais Universitários Federais, desenvolvida por meio de parceria com o Hospital Sírio-Libanês, para a construção de Planos Diretores Estratégicos baseados nas melhores práticas da gestão em saúde.

Essas ações refletem dois aspectos importantes no esforço de aprimoramento dos Hospitais Universitários Federais: por um lado, a estruturação das condições materiais e de recursos humanos, necessárias para a operacionalização das ações planejadas; por outro, destaca-se o esforço de qualificar a gestão, por meio da construção coletiva de saberes e práticas que permitam alcançar as mudanças necessárias.

Este Relatório apresenta, dentro do conteúdo estabelecido, o panorama dessas realizações, por meio da apresentação de dados e informações que delas resultaram no exercício de 2013. A importância de disponibilizar este documento consiste não apenas no cumprimento do dever de prestar contas, mas na possibilidade de apresentar à sociedade os resultados de sua atuação, de forma objetiva e transparente.

1. A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

1.1. Identificação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh

Quadro 1. Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ) – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação – MEC		Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares		
Denominação Abreviada: Ebserh		
Código SIORG: 117267	Código LOA: 26443	Código Siafi: 155007
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa pública		CNPJ: 15.126.437.0001-43
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3255-8900	
Endereço Eletrônico: ebserh@mec.gov.br		
Página na Internet: http://www.ebserh.gov.br/		
Endereço Postal: Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Lote "C", Edifício Parque Cidade Corporate, Bloco "C", 1º pavimento, Asa Sul Brasília Distrito Federal – CEP: 70308-200		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<u>Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011</u> Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011: aprova o Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e dá outras providências.		
Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010: Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), dispõe sobre o financiamento compartilhado dos Hospitais Universitários Federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais.		
Resolução nº 01, de 31 de julho de 2012, do Conselho de Administração: aprova o Regimento Interno.		
Portaria nº 34, de 21 de agosto de 2012: torna pública a aprovação, pelo Conselho de Administração, do Regimento Interno da Ebserh.		
Portaria nº 35, de 22 de agosto de 2012: torna pública a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 31 de julho de 2012, e pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.735/2005.		
Portaria GM/MEC nº 442, de 25 de abril de 2012: delega à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh o exercício de algumas competências descritas no Decreto no 7.690, de 02 de março de 2012, bem como no Decreto no 7.082, de 27 de janeiro de 2010.		
Portaria nº 125, de 11 de dezembro de 2012: Delega competência aos Superintendentes dos Hospitais Universitários administrados pela Ebserh para a prática dos atos de gestão que especifica.		

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Manual de Identidade Visual da Ebserh Disponível em http://www.ebserh.gov.br/images/pdf/publicacoes/manual_identidade_visual_ebserh.pdf	
Livreto Legislação relacionada à Ebserh Disponível em http://www.ebserh.gov.br/images/pdf/regimento_interno/Livreto_Legislacao_A5_atualizado_fev2013%20pdf.pdf	
Cartilha Perguntas e Respostas Disponível em http://www.ebserh.gov.br/images/pdf/publicacoes/cartilha_perguntas_e_respostas_v.pdf	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código Siasi	Nome
155007	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh
155008	Ebserh - Hospital Universitário do Piauí
155009	Ebserh - Hospital Universitário de Brasília (HUB)
150218	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
150220	Hospital Universitário Betina Ferro de Souza da Universidade Federal do Pará (UFPA)
150221	Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT)
150223	Maternidade Clímério de Oliveira da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
150224	Hospital Universitário Getúlio Vargas da Universidade Federal do Amazonas (Ufam)
150229	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes da Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
150231	Hospital Universitário (IU) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
150232	Hospital Universitário da Universidade Federal (UFSC)
150233	Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
150244	Hospital Universitário Walter Cantídio da Universidade Federal do Ceará (UFC)
150246	Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC) da UFC
150248	Hospital Universitário da Universidade Federal Grande Dourados (UFGD)
150426	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Complexo Hospitalar de Saúde
152477	Hosp. Universitário da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
153040	Hospital Universitário Prof. Edgard Santos da UFBA
153047	Hospital Universitário Cassiano A. Moraes (Huacam) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
153052	Universidade Federal de Goiás (UFG)
153054	Hospital Das Clínicas da UFG
153057	Hospital Universitário Antonio Pedro da Universidade Federal Fluminense (UFF)
153071	Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
153094	Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
153104	Hospital Universitário Ana Bezerra (Huab) da UFRN
153108	Hospital Universitário Onofre Lopes (Huol) da UFRN
153110	Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC) UFRN
153147	Instituto de Ginecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
153151	Instituto de Doenças do Tórax da UFRJ
153155	Maternidade Escola da UFRJ
153261	Hospital Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
153610	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

153808	Hospital de Clínicas da da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
154035	Hospital Univ. Gaffree e Guinle da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
154040	Fundação Universidade de Brasília (FUB)
154048	Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI)
154070	Hospital Universitário Júlio Muller da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
154072	Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
154106	Hospital Universitário de Brasília (HUB)
154145	Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
154177	Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
154357	HU Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
154716	Hospital de Ensino Dr Washington A. de Barros da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)
155001	Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)
158172	Hospital Universitário Joao de Barros Barreto da UFPA
158196	Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
158220	Hospital Escola São Francisco de Assis da UFRJ
254420	Fundação Oswaldo Cruz
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código Siafi	Nome
26443	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
15259	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
15230	Universidade Federal do Pará
15242	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
15223	Universidade Federal da Bahia
15256	Fundação Universidade do Amazonas
15222	Universidade Federal de Alagoas
15228	Universidade Federal de Juiz de Fora
15237	Universidade Federal de Santa Catarina
15260	Fundação Universidade Federal de Uberlândia
15224	Universidade Federal do Ceará
15224	Universidade Federal do Ceará
26350	Fundação Universidade Fed. da Grande Dourados
15234	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
15250	Universidade Federal de São Paulo
15223	Universidade Federal da Bahia
15225	Universidade Federal do Espírito Santo
15226	Universidade Federal de Goiás
15226	Universidade Federal de Goiás
15227	Universidade Federal Fluminense
15231	Universidade Federal da Paraíba
15233	Universidade Federal de Pernambuco
15234	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

15234	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
15234	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
15236	Universidade Federal do Rio de Janeiro
15236	Universidade Federal do Rio de Janeiro
15236	Universidade Federal do Rio de Janeiro
15229	Universidade Federal de Minas Gerais
15238	Universidade Federal de Santa Maria - RS
15232	Universidade Federal do Paraná
15255	Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro
15257	Fundação Universidade de Brasília
15265	Fundação Universidade Federal do Piauí
15262	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
15258	Fundação Universidade do Maranhão
15257	Fundação Universidade de Brasília
15264	Fundação Universidade Federal de Pelotas
15267	Fundação Universidade Federal de Sergipe
15269	Fundação Universidade Federal de Mato G. Sul
26230	Fund. Universidade Federal Vale São Francisco
15275	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
15230	Universidade Federal do Pará
15281	Universidade Federal de Campina Grande
15236	Universidade Federal do Rio de Janeiro
25201	Fundação Oswaldo Cruz

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código Siafi da Unidade Gestora	Código Siafi da Gestão
155007	26443
155008	26443
155009	26443
150218	15259
150220	15230
150221	15242
150223	15223
150224	15256
150229	15222
150231	15228
150232	15237
150233	15260
150244	15224
150246	15224
150248	26350
150426	15234
152477	15250

153040	15223
153047	15225
153052	15226
153054	15226
153057	15227
153071	15231
153094	15233
153104	15234
153108	15234
153110	15234
153147	15236
153151	15236
153155	15236
153261	15229
153610	15238
153808	15232
154035	15255
154040	15257
154048	15265
154070	15262
154072	15258
154106	15257
154145	15264
154177	15267
154357	15269
154716	26230
155001	15275
158172	15230
158196	15281
158220	15236
254420	25201

CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

LOA: Lei Orçamentária Anual.

Siafi: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Siorg: Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal.

OBS: Conforme o item 1.1.1 da Portaria do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 175, de 9 de julho de 2013, consideram-se Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada aquelas "que realizaram despesas ou arrecadaram receitas em ações vinculadas à UJ durante o exercício". Estão listadas no quadro todas as Unidades Gestoras que realizaram despesas sob a Unidade Orçamentária da Ebserh (UO) 26443, inclusive a Sede e filial no Piauí. Além disso, consta também a filial em Brasília, que, apesar de não ter executado recursos sob a UO da Ebserh, executou repasse feito diretamente pela Unidade Orçamentária do Ministério da Educação em dezembro de 2013, sob a Gestão Executora da Ebserh.

1.2. Finalidades e competências institucionais

Criada em dezembro de 2011, por meio da Lei nº 12.550, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação. A finalidade é a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição, a autonomia universitária¹. São competências da Ebserh, segundo a Lei nº 12.550/2011:

I - administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

II - prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;

III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;

IV - prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos Hospitais Universitários Federais e a outras instituições congêneres;

V - prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos Hospitais Universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e

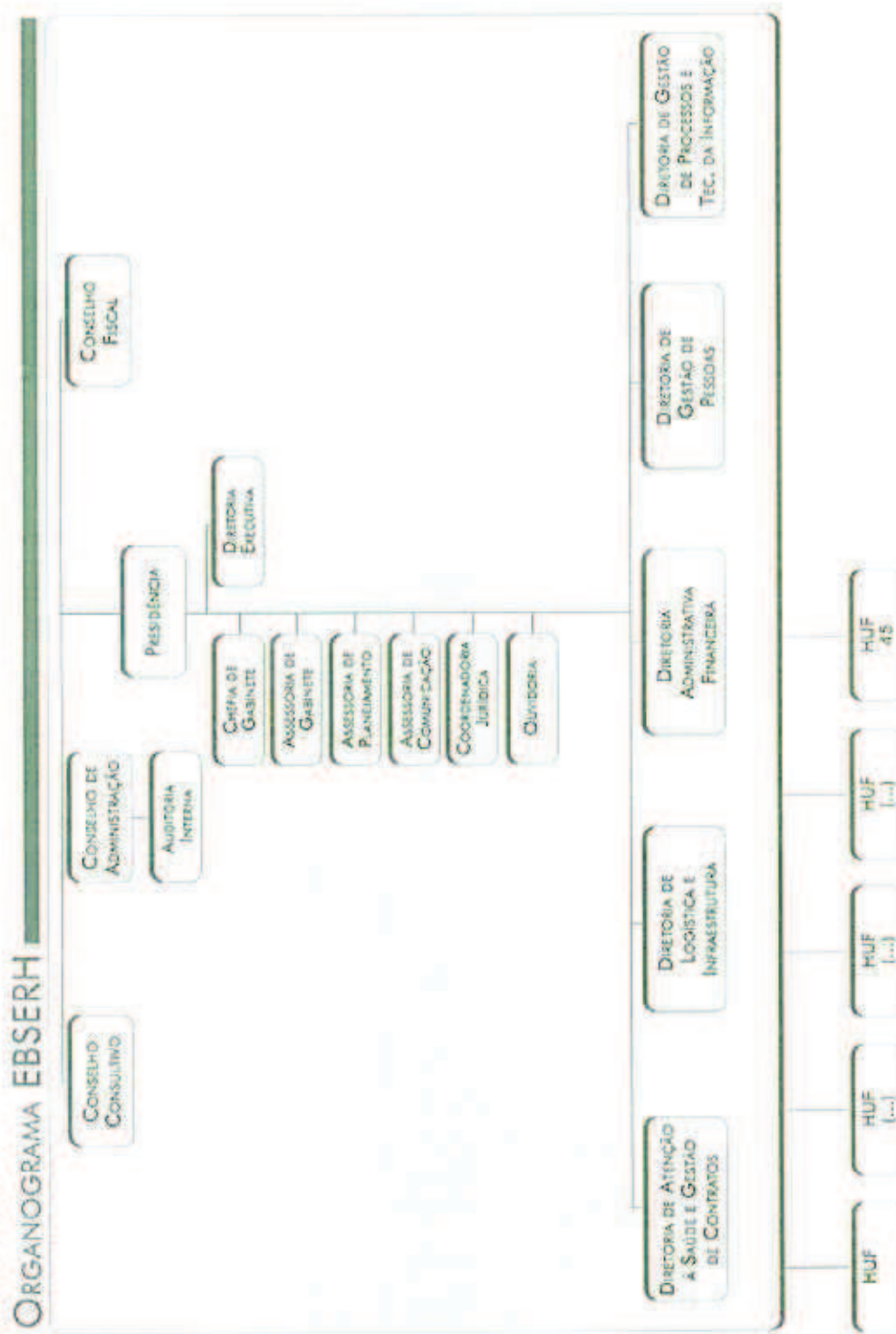
VI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.

A atuação da Empresa está estruturada em duas grandes frentes de trabalho. A primeira delas é o apoio aos Hospitais Universitários Federais por meio do Rehuf (que será detalhado adiante), e a segunda diz respeito à adesão desses hospitais (e congêneres), que passam, então, a contar com a gestão da Empresa. As duas formas de atuação exigem uma relação de parceria com esses hospitais, que vem sendo construída de forma a permitir a integração necessária para a obtenção dos resultados desejados.

Para cumprir essas finalidades, a Ebserh possui órgãos de administração e de fiscalização. Essas instâncias estão organizadas numa estrutura de governança que compreende a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Consultivo como órgãos de administração, e o Conselho Fiscal e Auditoria Interna como órgãos de fiscalização. O corpo diretivo da Ebserh é constituído pelo Presidente e pelas cinco Diretorias estabelecidas: Diretoria de Atenção à Saúde e Gestão de Contratos (DASGC); Diretoria de Logística e Infraestrutura Hospitalar (DLIH); Diretoria Administrativa Financeira (DAF); Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP); e Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (DGPTI). A Presidência possui as seguintes estruturas de assessoria a ela vinculadas: a Chefia de Gabinete; a Coordenadoria Jurídica; a Assessoria de Planejamento e Avaliação; a Assessoria de Comunicação; e a Ouvidoria. As competências dessas unidades estão descritas no Regimento Interno da Empresa que, após a aprovação pelo Conselho de Administração, foi publicizado por meio da Portaria Ebserh nº 34, de 21 de agosto de 2012.

¹ Finalidade definida no Decreto nº 7.661/2011, Estatuto Social da Ebserh.

1.3. Organograma funcional



1.4. Macroprocessos finalísticos e de apoio

A partir do Planejamento Estratégico desenvolvido em 2013 (ver item 2.1), e com base na filosofia de gestão estabelecida, o corpo gerencial da Eberth revisou as funções e estabeleceu diretrizes para as suas diretorias. O resultado dessa formulação aparece no produto final como funções estratégicas e correspondem a macroprocessos finalísticos e de apoio, que são desenvolvidos de forma a cumprir a missão institucional (Quadro 2). Entende-se que os eixos Atenção à Saúde e Formação Profissional correspondem a atividades finalísticas, enquanto o eixo Operações desenvolve atividades de apoio.

Quadro 2. Macroprocessos finalísticos e de apoio. Eberth, 2013.

	DAS	DGP	DGPTI	DAF	DLIH	DFP	Asplay
EIXO 1. ATENÇÃO À SAÚDE							
<i>Objetivo Estratégico: assegurar a excelência dos serviços de atenção à saúde nos HUs e congêneres.</i>							
Planejar, executar e controlar as práticas de atenção à saúde com base no modelo do SUS							
Gerenciar a contratualização dos HUs com o SUS							
Mapear e executar os processos de atenção à saúde							
Apoiar a criação de ambientes de prática nos HUs							
Sistematizar em conjunto com os HUs as especificações de equipamentos, material de consumo e outras providências necessárias							
Estabelecer, monitorar e avaliar indicadores de resultados das atividades relativas à atenção à saúde							
EIXO 2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL							
<i>Objetivo Estratégico: apoiar as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) na formação de profissionais da saúde.</i>							
Apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão universitária							
Criar ambientes de prática profissional com qualidade e em quantidade suficiente							

	DAS	DGP	DGPTI	DAF	DLIH	DFP	Asplav
Efetivar relações institucionais entre a Ebsersh e as Ifes, Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento, Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação							
Estabelecer, monitorar e avaliar indicadores de resultados das atividades de formação profissional – ensino, pesquisa e extensão							
Desenvolver módulo de registro de projetos de pesquisa no AGHU							

EIXO 3. OPERAÇÕES

Objetivo Estratégico: garantir as condições operacionais necessárias para que a Ebsersh se torne referência na gestão de HUs e congêneres.

Planejar, executar e controlar recursos, atividades e processos de suporte às atividades fim							
Prover a infraestrutura física e tecnológica dos hospitais e congêneres de forma a assegurar sua missão							
Prover a força de trabalho necessária para os hospitais universitários							
Capacitar os profissionais da saúde da Ebsersh que atuam nos hospitais universitários							
Mapear e executar os processos de comunicação (fluxo de informações internas e externas) e de suporte (logística, infraestrutura, administração, finanças, gestão de pessoas, TI) às atividades fim							
Gerenciar os contratos de operações							
Estabelecer, monitorar e avaliar indicadores de resultados das atividades de operações							
Desenvolver um módulo de capacitação para os profissionais vinculados à Ebsersh nos HUs no AGHU							

Legenda:

DAS = Diretoria de Atenção à Saúde

DGP = Diretoria de Gestão de Pessoas

DGPTI = Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação

DLIH = Diretoria de Logística e Infraestrutura Hospitalar

DFP = Diretoria de Formação Profissional (proposta)

Asplav = Assessoria de Planejamento e Avaliação

1.5. Principais parceiros da Ebserh

Com relação à articulação externa, a Figura 1 apresenta algumas das relações estabelecidas com as Políticas Nacionais de Saúde e de Educação, bem como as estruturas de governança e controle a ela vinculadas.

Figura 1. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: relações de governança e de controle.

Relações de governança e controle

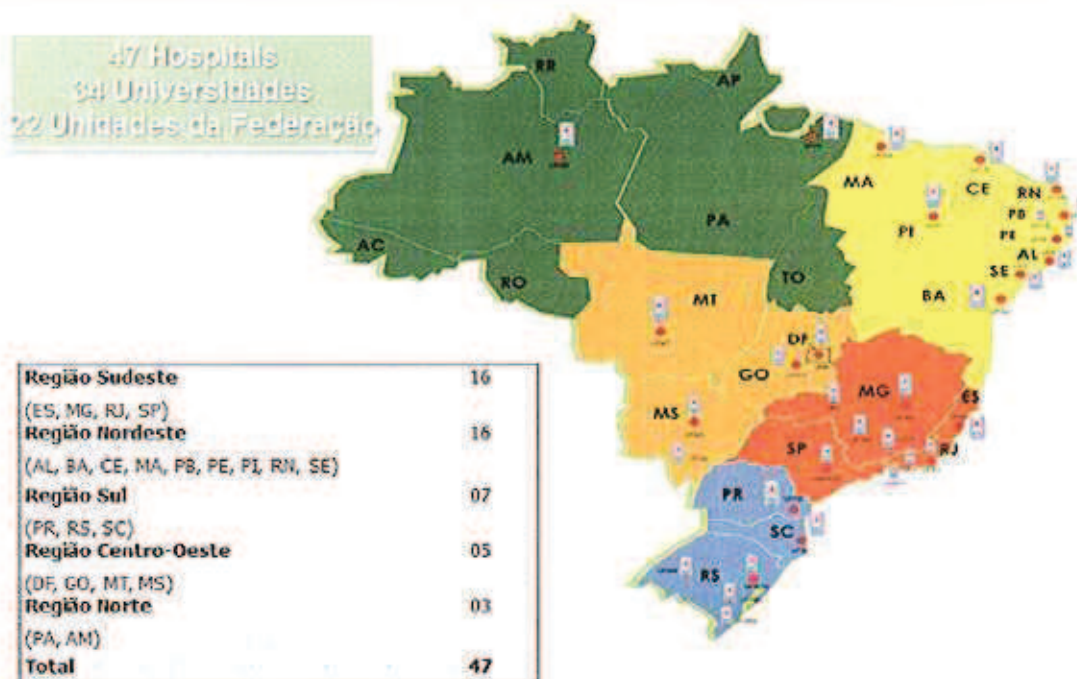


A estrutura da Empresa contempla a participação de quatro Ministérios em seus Conselhos de Administração e Fiscal: Saúde, Educação, Fazenda e Planejamento, Orçamento e Gestão. Além disso, está vinculada às Políticas Nacionais de Educação e de Saúde, das quais também participam os Hospitais Universitários Federais, que constituem o foco da governança da Empresa. Esses órgãos se constituem como parceiros, tanto pela participação nas estruturas de governança, quanto pela contribuição nas diversas etapas de atuação da Empresa junto aos Hospitais Universitários.

Existem hoje 47 Hospitais Universitários Federais no país, em 33 instituições federais de ensino superior, distribuídos de acordo com a Figura 2. Esses hospitais têm um importante papel social na área da saúde, promovendo a qualidade da formação profissional e da geração do conhecimento. Atuam na consolidação do Sistema Único de Saúde, pois respondem por parte significativa da formação e capacitação de profissionais no setor saúde. A maior parte deles corresponde a hospitais de grande porte com perfil de alta complexidade, sendo, muitas vezes, a unidade hospitalar mais importante do serviço público do município ou Estado.

Figura 2. Hospitais universitários federais, distribuição segundo regiões.

Rede de Hospitais Universitários Federais



Diante desses desafios, a Ebserh desempenha importante papel de articulação intersetorial, com o intuito de se alinhar às políticas públicas de educação, saúde, ciência e tecnologia e planejamento estratégico nacional. Além disso, a Empresa desenvolve a formulação e implementação de diretrizes para a gestão na área de atenção à saúde, recursos humanos e formação profissional e de operacionalização de um conjunto de atividades meio intrínsecas à gestão dos Hospitais Universitários Federais e congêneres.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS²

2.1. O planejamento estratégico da Ebserh

2.1.1. Missão, visão e valores

Desde 2012, a Ebserh vem realizando o seu Planejamento Estratégico, com o objetivo de planejar e organizar as ações de forma alinhada, interna e externamente. Isso requer conceitos estruturantes e ferramentas gerenciais e vem sendo desenvolvido com o apoio de uma equipe especializada, da Universidade de Brasília (etapas na Figura 3).

Figura 3. Etapas de desenvolvimento do Planejamento Estratégico Ebserh, 2012/2013.



Como resultado desse processo, a Empresa tem hoje a sua missão, visão e valores definidos:

MISSÃO

Prestar serviços de atenção à saúde com excelência, criar condições para a formação profissional de qualidade e promover o desenvolvimento científico e tecnológico, mediante a gestão dos hospitais universitários federais e congêneres.

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade brasileira como referência na atenção à saúde e em gestão hospitalar.

VALORES

- Respeito ao ser humano em todas as práticas de atenção e gestão da saúde, baseando-se nas melhores práticas políticas e diretrizes de humanização e acolhimento, promovendo os direitos do cidadão.
- Compromisso com a qualificação e a valorização dos profissionais de saúde, a fim de garantir a prestação de serviços de excelência.
- Responsabilidade com uma visão abrangente da saúde para o desenvolvimento de ações e de relações comprometidas com a sociedade e com o meio ambiente.

² Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Controladoria-Geral da União (CGU), destacamos os seguintes itens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação: *Item 2.2.3.4. Ações de Investimento*: não se aplica, pois a Ebserh não executou nenhum recurso em Ações do Orçamento de Investimento.

Com base nessa filosofia gerencial e nos resultados das oficinas, foi definido o principal recurso estratégico da Ebserh: sua capacidade de inovar. A análise da missão e visão decorrentes das oficinas levou à identificação de três eixos estratégicos de atuação:

- Operações – Organizar recursos, atividades e processos de suporte necessários à realização da finalidade da Empresa (atividade meio).
- Atenção à Saúde – Prestar um serviço contínuo, integral, de qualidade, responsável e humanizado (atividade fim).
- Formação Profissional – Dotar o hospital universitário de condições adequadas para constituir-se como campo de prática e suporte ao ensino, pesquisa e extensão universitária (atividade fim).

O eixo Operações constitui-se como elo entre Atenção à Saúde e Formação Profissional. A inovação é o elemento que busca garantir a excelência na atuação, ao mesmo tempo em que busca realizar o intuito da criação da Ebserh. Assim, estes eixos estratégicos fornecem a base para a constituição do modelo de gestão.

Os três eixos embasam o modelo de gestão proposto para a Ebserh (Figura 4). A estrutura da organização é o resultado da complexa interação entre os seus elementos administrativos, tecnológicos e seus aspectos sociais. Ou seja, a complexidade das ações e suas respectivas especializações compreendem a natureza e os conteúdos das relações entre ambientes e instituições sociais e a organização. Essa capacidade está imersa e encontra sua força no mito fundador: a capacidade de inovar por meio da mobilização de comportamentos e atitudes que direcionem as ações de todos os envolvidos para atividades inovadoras, com potencial para enfrentar os problemas e aproveitar as oportunidades encontradas.

Figura 4. Modelo de Gestão Sociotécnico. Planejamento Estratégico da Ebserh, 2013.



* Modelo de Gestão Sociotécnico
Colaboração: Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB)

2.1.2. Plano de Ação 2013/2014

O Plano de Ação 2013-2014 tem caráter estratégico para o desenvolvimento do Modelo de Referência de Atenção à Saúde, alinhado à Formação Profissional, por meio de um conjunto de ações estruturantes e absolutamente fundamentais à missão institucional. Esse instrumento foi desenvolvido de acordo com as seguintes etapas:

- Discussões com as áreas para o detalhamento das ações;
- Apresentação e validação do Plano de Ação 2013/2014;
- Constituição de Grupos de Trabalho (GTs);
- Elaboração dos planos de trabalho/cronogramas de reuniões dos GTs;
- Implementação de ações de comunicação do Plano.

O Plano de Ação se estrutura conceitual e operacionalmente. A construção conceitual e a implantação do Modelo de Referência de Atenção à Saúde serão orientadas pelas políticas públicas de saúde e de ensino e pesquisa. O desafio é integrar as atividades assistenciais ao papel formador dos Hospitais Universitários Federais, consolidando-se a qualidade já alcançada por alguns serviços e elevando-se os padrões de outros. Esse trabalho será permeado pela escuta, pela busca de evidências nas melhores práticas, pela criação de consensos e pela incorporação de resultados de outros esforços envidados pela Ebserh, que vêm sendo conduzidos na perspectiva de contribuir com a qualificação da gestão.

No aspecto operacional, o plano evidencia ações que estruturam esses hospitais para as melhores práticas de gestão, sem as quais esse projeto nacional torna-se inviável. São, portanto, elencadas as atividades estratégicas que sustentarão esse processo de construção e que deverão ser desenvolvidas de forma coletiva, por se configurarem como transversais aos processos de trabalho relacionados à gestão de pessoas, às tecnologias de informação, à infraestrutura e logística e à área administrativa e financeira.

O Plano se organiza por meio de duas grandes ações: (i) construir e implementar o Modelo de Referência em Atenção à Saúde alinhado à Formação Profissional e (ii) elaborar/aprimorar os macroprocessos estruturantes do eixo Operações. Essas ações serão implementadas por meio de nove atividades estratégicas finalísticas e 15 atividades estratégicas instrumentais. As atividades finalísticas se relacionam aos eixos de atuação Atenção à Saúde e Formação Profissional, enquanto as instrumentais se relacionam ao eixo de atuação Operações (Figura 1). Para cada atividade, são apresentados resultados, prazos e responsáveis pela execução (Quadro 3).

É importante ressaltar dois aspectos relacionados ao Plano de Ação 2013-2014. Primeiro: as ações elencadas são estratégicas e estruturantes na perspectiva de médio e longo prazos. Ou seja, são ações e atividades cujos resultados são basilares para a estruturação da Ebserh e refletem a preocupação em construir consensos sobre a forma de atuação da empresa nos processos de atenção à saúde, ensino e pesquisa. Ao mesmo tempo, buscam estruturar e qualificar processos de trabalho fundamentais e de suporte às suas atividades-fim. Segundo: ressalta-se que, por terem sido consideradas de caráter operacional, as atividades do pré e pós-contrato, ainda que estratégicas não estão contempladas no Plano de Ação e estarão presentes nos Planos Operativos da Empresa.

Quadro 3. Plano de Ação 2013/2014 da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Atividades (AT)	Resultados	Prazo	Responsáveis
Ação Estratégica Finalística Construir e implementar o Modelo de Referência em Atenção à Saúde alinhado à Formação Profissional			
AT1 – Realizar seminário integrador interno para sensibilização e mobilização para realização do Plano de Ação e internalização do Planejamento Estratégico.	Responsabilização das equipes com Planejamento Estratégico e Plano de Ação.	Setembro de 2013	Assessoria de Planejamento e Avaliação (Asplav)
AT2 – Alinhar conceitualmente os temas: Gestão da Clínica; Regulação Assistencial; Qualidade de Saúde e Segurança Assistencial; Certificação como Hospital de Ensino e Política de Atenção Hospitalar e Redes de Atenção à Saúde, considerando as interfaces com a Formação Profissional.	Relatório (nívelamento, apropriação e incorporação de conceitos).	Agosto a dezembro de 2013	DASGC e DGP
AT3 – Identificar experiências exitosas e levantamento de referenciais teóricos em atenção à saúde, formação profissional e operações.	Representação esquemática do Modelo de Referência.	Agosto de 2013 a abril de 2014	DASGC, DGP, DGPTI, DAF e DLIIH
AT4 – Definir linhas norteadoras do Modelo de Referência de Atenção à Saúde alinhado à Formação Profissional.		Março de 2014	DASGC

AT2- AT4: Atividades Estratégicas Finalísticas para construção de conceitos.

Atividades (AT)	Resultados	Período	Responsáveis
Ação Estratégica Finalística Construir e implementar o Modelo de Referência em Atenção à Saúde alinhado à Formação Profissional			
AT5 – Elaborar mecanismos de gestão e implementação do Modelo de Referência.	Documento Ebserrh sobre Modelo de Referência em Atenção à Saúde alinhado à Formação Profissional.	Abril a maio de 2014	DASGC e Asplav
AT6 – Definir as atividades estruturantes de apoio à Formação Profissional (expertises e experiências de sucesso), com a participação das equipes de governança dos hospitais e universidades (Pró Reitoria de Graduação e Pós Graduação e representantes de colegiado dos cursos).	Documento Ebserrh sobre formação profissional	Abril a maio de 2014	DASGC, DGP e Asplav
AT7 – Mapear o processo de aprovação, desenvolvimento e financiamento de pesquisa nos hospitais.	Documento Ebserrh sobre gestão da pesquisa e desenvolvimento tecnológico	Agosto de 2013 a março de 2014	DASGC, DGPTI, DAF e Asplav
AT8 – Levantar e sistematizar as características assistenciais dos hospitais e das linhas de cuidado a serem implementadas.	Documento Ebserrh	A partir de agosto de 2013	DASGC
AT9 – Mapear os macroprocessos necessários à implantação das linhas de cuidado.	Documento Ebserrh com macroprocessos definidos	A partir de março de 2014	DGPTI e DASGC
AT10 – Incorporar as tecnologias de gestão da clínica ao campo de prática.	Relatórios	Setembro a dezembro de 2014	DASGC

AT5 a AT10: Atividades Estratégicas Finalísticas de Gestão (requisitos, recursos e procedimentos).

Atividades (AT)	Resultados	Período	Responsáveis
<p align="center">Ação Estratégica Instrumental Elaborar/aprimorar os macroprocessos estruturantes de gestão do eixo Operações.</p>			
AT11 – Levantar e sistematizar (análise de riscos) as características de infraestrutura (física e equipamentos), de logística e tecnologia da informação nos hospitais.	Relatório	Novembro de 2013 a junho de 2014	DLIH, DASGC, DAF e
AT12 – Mapear o macroprocesso de aprovação e execução de obras e compras, com prioridade para o Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais.	Manual	Outubro de 2013 a julho de 2014	DGPTI, DASGC, DLIH e DAF
AT13 – Elaborar a proposta de implantação e gestão de custos, considerando a avaliação da eficiência no uso dos recursos financeiros; mecanismos de monitoramento; definição de aporte financeiro adequado para custeio e investimentos nos hospitais.	Manual	Outubro de 2013 a maio de 2014	DAF, DASGC e Asplav
AT14 – Elaborar a proposta de qualificação da gestão orçamentária, financeira e contábil nos hospitais.	Manual	Outubro de 2013 a maio de 2014	DAF
AT15 – Elaborar a proposta de qualificação da gestão de compras e contratações (considerando as câmaras técnicas especializadas; estudos de demandas, análises de mercado e estudo sobre fornecedores de produtos e serviços hospitalares).	Manual	Outubro de 2013 a maio de 2014	DAF, DLIH e DASGC
AT16- Elaborar a proposta de qualificação da gestão de materiais.	Manual	Novembro de 2013 a junho de 2014	DAF e DLIH
AT17- Elaborar a proposta de qualificação do apontamento e apropriação da produção e da gestão do sistema SIA/SIH/SUS (faturamento) para o Sistema Único de Saúde, na perspectiva do Aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários.	Relatórios	Novembro de 2013 a junho de 2014	DAF e DASGC
AT18 - Integrar os processos operacionais mapeados ao Modelo de Referência de Atenção à Saúde alinhado à Formação Profissional.	Relatórios	Janeiro a dezembro de 2014	DGPTI, DAF, DLIH, DGP e Asplav

Atividades (AT)	Resultados	Período	Responsáveis
Ação Estratégica Instrumental 1 Elaborar/aprimorar os macroprocessos estruturantes de gestão do eixo Operações.			
AT19 – Propor e implementar metodologia e instrumentos de dimensionamento da força de trabalho necessária aos Hospitais Universitários Federais.	Documento Eberth sobre dimensionamento da força de trabalho	Setembro 2013 a dezembro 2014	DGP e DASGC
AT20- Elaborar e iniciar a implementação da Política de Gestão Integrada de Pessoas (com destaque para o componente de educação permanente de gestores, profissionais de saúde e demais colaboradores da Eberth).	Documento Eberth com a Política	Janeiro a dezembro 2014 a	DGP e DASGC
AT21- Elaborar e iniciar a implementação da Política de Segurança do Trabalho.	Documento Eberth com a Política	Janeiro a dezembro 2014	DGP
AT22- Elaborar e iniciar a implementação da Política de Relações de Trabalho.	Documento Eberth com a Política	Janeiro a dezembro 2014	DGP
AT23 - Realizar estudo sobre a adequação da estrutura organizacional da sede e dos Hospitais Universitários Federais ao modelo de gestão da Eberth.	Documento Eberth com recomendações	Janeiro a dezembro 2014	DGP
AT24 - Elaborar a proposta e iniciar a implantação da Escola Eberth de Educação Permanente (Escola 3EP).	Documento Eberth com a proposta da Escola 3EP	Janeiro a dezembro de 2014	DGP e ASPLAV
AT25 – Instituir grupos de trabalho para definição de critérios, fluxos e ferramentas dos componentes operacionais referentes às atividades elencadas, incluindo outros temas como comunicação (diretrizes gerais de informações administrativas e fluxo de informações) e estrutura organizacional (adequação aos requisitos do Modelo de Referência na sede e filiais).	Portarias, resoluções, manuais e guias	Março a novembro de 2014	Asplav e DGPTI

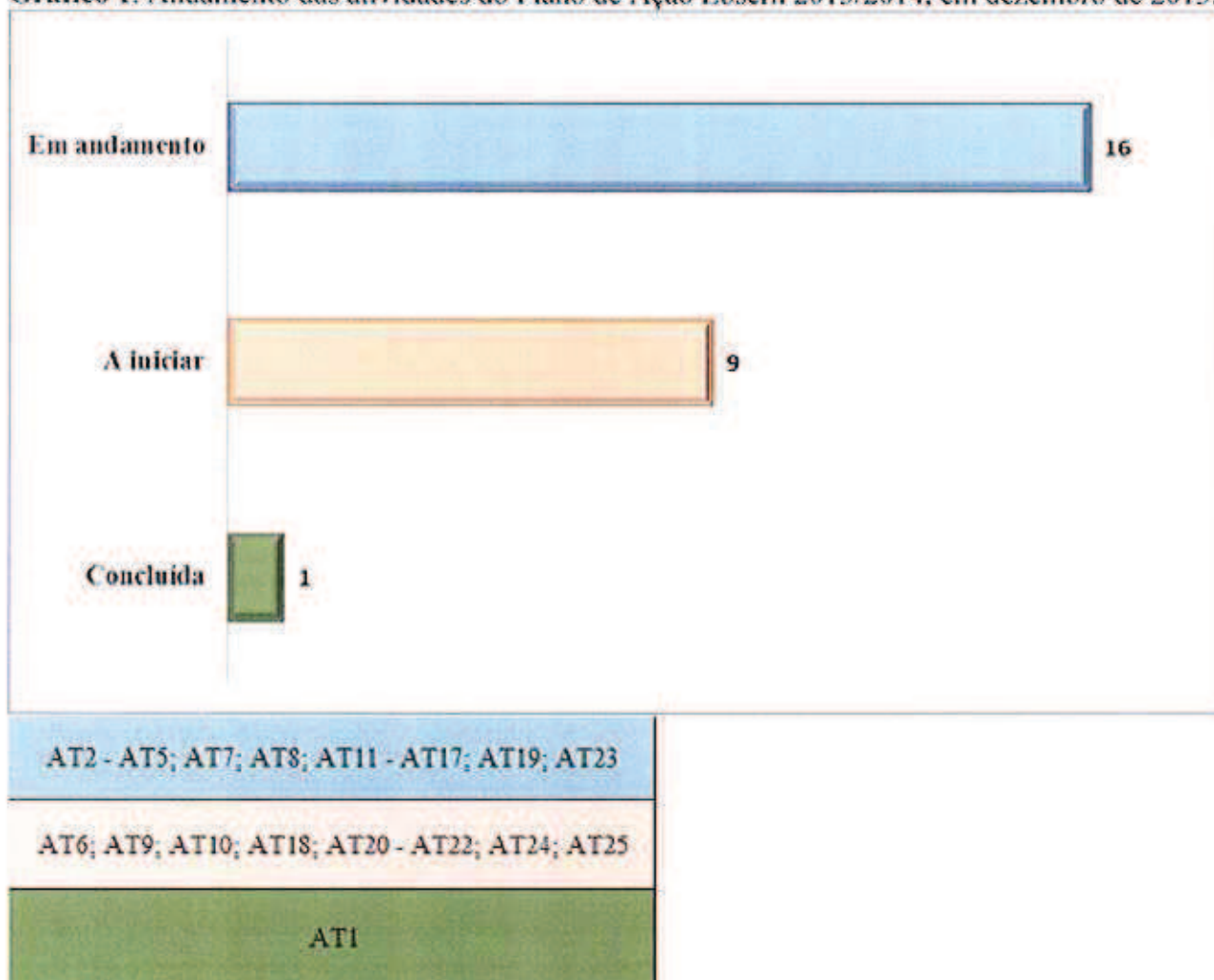
AT11 a AT24: Atividades Estratégicas Instrumentais de Gestão (requisitos, recursos e procedimentos).

AT25: Atividades Estratégicas Operacionais (critérios, fluxos e ferramentas).

2.1.3. Resultados do Plano de Ação em 2013

Foram definidas algumas estratégias para comunicação, acompanhamento e avaliação do Planejamento Estratégico. Essas etapas vêm acontecendo de forma harmônica e articulada, com as finalidades de disseminar os objetivos e ações pactuadas e, ao mesmo tempo, monitorar sua execução. Para o acompanhamento, são realizadas reuniões mensais, conduzidas pela Assessoria de Planejamento e Avaliação, com os principais atores envolvidos. A ideia é estabelecer, por meio dos grupos de trabalho e cronograma de atividades, um diálogo contínuo sobre as ações estabelecidas, o que permite mensurar, revisar e ajustar o Plano de Ação, de acordo com os Objetivos Estratégicos. O andamento das atividades estabelecidas no Plano é apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Andamento das atividades do Plano de Ação Ebserrh 2013/2014, em dezembro de 2013.



Entre as atividades que estão em andamento, foram constituídos 10 Grupos de Trabalhos (GTs), que correspondem às atividades cuja responsabilidade é compartilhada entre diferentes Diretorias (Quadro 4).

Quadro 4. Grupos de Trabalho constituídos no Plano de Ação Ebserh 2013/2014, segundo produtos esperados e áreas participantes. Dezembro de 2013.

GRUPO DE TRABALHO	PRODUTO ESPERADO	ÁREAS PARTICIPANTES
AT7 – Mapear o processo de aprovação, desenvolvimento e financiamento de pesquisa nos hospitais.	Documento sobre gestão da pesquisa e desenvolvimento tecnológico	DASGC, DGPTI, DAF, Asplav
AT11 – Levantar e sistematizar (análise de riscos) as características de infraestrutura (física e equipamentos), de logística e tecnologia da informação nos hospitais.	Relatório	DLIH, DASGC, DAF, DGPTI
AT12 – Mapear o macroprocesso de aprovação e execução de obras e compras, com prioridade para o Rehuf.	Manual (com anexos) do Rehuf a ser publicado para toda a rede.	DGPTI, DASGC, DLIH
AT13/A – Elaborar a proposta de implantação e gestão de custos, considerando a avaliação da eficiência no uso dos recursos financeiros; mecanismos de monitoramento (Gestão de custos).	Manual	DGPTI, DASGC, Asplav
AT13/B – Definição de aporte financeiro adequado para custeio e investimentos nos hospitais (Financiamento dos HUs)	Manual	DGPTI, DASGC, Asplav
AT14 – Elaborar a proposta de qualificação da gestão orçamentária, financeira e contábil nos hospitais.	Manual	DAF, DASGC
AT15 – Elaborar a proposta de qualificação da gestão de compras e contratações (considerando as câmaras técnicas especializadas; estudos de demandas, análises de mercado e estudo sobre fornecedores de produtos e serviços hospitalares).	Manual	DAF, DLIH e DASGC
AT16- Elaborar a proposta de qualificação da gestão de materiais.	Manual	DAF, DLIH
AT17- Elaborar a proposta de qualificação do apontamento e apropriação da produção e da gestão do sistema SIA/SIH/SUS (faturamento) para o Sistema Único de Saúde, na perspectiva do Aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários.	Relatórios	DAF, DASGC
AT19- Propor e implementar metodologia e instrumentos de dimensionamento da força de trabalho necessária aos Hospitais Universitários Federais.	Documento Ebserh sobre dimensionamento da força de trabalho	DGP, DASGC

Os resultados desse trabalho são divulgados periodicamente, por meio do Informativo Interno do Planejamento Estratégico da Ebserh, cuja primeira edição foi publicada em 09/09/2013. Ao longo do processo, outras atividades foram desenvolvidas, visando à disseminação dos resultados, como a criação de uma página eletrônica para acompanhamento do Plano e dos GTs (Figura 5).

Figura 5. Página eletrônica do Planejamento Estratégico da Ebserh, 2013.

Monitoramento do
Planejamento Estratégico 2013/2014

EBSERH
HOSPITALS UNIVERSITÁRIOS - FIOCRUZ

AGENDA

20/12 - GT AT11 - 10 às 11h30
Infraestrutura, Logística e TI nos HUs
13/01 - GT AT12 - 10 às 11h30
Obras e Compras - Rehuf
15/01 - GT AT15 - 10 às 11h30
Gestão de Compras e Contratações
Fev/14 - Planes - 9 às 12h
4ª Reunião de monitoramento do
Planejamento Estratégico
[Acesse a agenda completa](#)

Planejamento Estratégico +

Plano de Ação +

Grupos de Trabalho +

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados³

2.2.1. Programa Temático

Quadro 5. Programa Temático, Ebserh, 2013.

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa		2032			
Título		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	307.724.000,00	Dotação OI	-	Outras Fontes	-

Análise crítica:

A Ebserh não possui gestão integral de nenhum Programa Temático definido no PPA 2012-2015, apenas cumpre parte do orçamento do Programa de Governo "2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão" por meio de duas Ações: "20RX - Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais", ação vinculada ao Rehuf, e "4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais", recurso destinado à manutenção da Sede e dos Hospitais filiados à Empresa.

2.2.2. Objetivo

Quadro 6. Objetivo, Ebserh, 2013.

Identificação do Objetivo			
Descrição	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.		
Código	0841	Órgão	Ministério da Educação
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Código	2032
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
	(*)		

Análise crítica:

A Ebserh coordena Ações dentro do Objetivo 0841 no Programa 2032, mas não tem participação diretamente relacionada a nenhuma das Metas desse Objetivo detalhadas no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, apenas é responsável por Ações dentro da Iniciativa "03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos Hospitais Universitários Federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país". O melhor indicador para acompanhamento das realizações da Empresa nesse Objetivo é observar as metas físicas atingidas pelos Programas "20RX – Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais" e "4086 – Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais".

³ Fonte dos dados: Siasi Gerencial.

2.2.3. Ações

2.2.3.1. Ações – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

Quadro 7. Ações – OFSS, Eberth, 2013.

Identificação da Ação									
Código	0EAO			Tipo: Operação Especial					
Título	Participação em Capital Social - Eberth Subsidiárias - Nacional								
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais			Código: 0909			Tipo: Operações Especiais		
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasil de Serv. Hospitalares - Eberth								
Ação Prioritária	() Sim			(X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2013			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
2.000.000,00	2.000.000,00	-	-	-	-	-			
Execução Física									
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante					
				Previsão		Reprogramado		Realizado	
				-		-		-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Execução Física - Metas	
-		-		-		Unidade de medida		Realizada	
								-	

2.2.3.2. Ações/Subtítulos – OFSS

Quadro 8. Ação/Subtítulos – OFSS, Ebserrh, 2013.

Identificação da Ação									
Código	0022 Tipo: Operações Especiais								
Descrição	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais								
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais			Código: 0901			Tipo: Operações Especiais		
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasil, de Serv. Hospitalares - Ebserrh								
Ação Prioritária	() Sim		(X) Não		Caso positivo: () PAC			() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0001	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	-		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante				
	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Previsto	Realizado	Reprogramado (*)	Realizado			
-	-	-	-	-	-	-			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
-	-	-	-	-	-	-			

Identificação da Ação									
Código	0110 Tipo: Operações Especiais								
Descrição	Contribuição a Previdência Privada								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Códigos:	2109 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasil. de Serv. Hospitalares - Ebserh								
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária Anual - 2013									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0001	4.340.818,00	4.340.818,00	-	-	-	-	-		-
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante				
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
-	-		-		-	-	-		-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2013		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada
	-		-		-		-		-

Identificação da Ação									
Código	2004		Tipo: Atividade						
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasil de Serv. Hospitalares - Ebsersh								
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2013		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0001	19.156.329,00	15.356.329,00	121.603,76	121.603,76	121.603,76	-	-		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante				
	Pessoa Beneficiada		Unidade		Previsão	Reprogramado (*)	Realizado		
0001					14.687	14.687	431		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2013		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Unidade de medida		
	-		-		-		-		
								Realizada	

Identificação da Ação										
Código	2010		Tipo: Atividade							
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código:	Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasil de Serv. Hospitalares - Ebsersh									
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013										
Execução Orçamentária e Financeira										
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
0001	4.814.454,00	3.884.454,00	235.750,25	185.286,25	185.286,25	-	50.464,00			
Execução Física da Ação - Metas										
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida			Montante				
	Criança atendida		Unidade			Previsto	Reprogramado (*)		Realizado	
0001						859	859		183	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira										
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado		Descrição da Meta			Unidade de medida
	-		-		-		-			Realizada

Identificação da Ação									
Código	2011				Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109	Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasil de Serv. Hospitalares - Ebserh								
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária Anual - 2013									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0053	3.389.769,00	2.719.769,00	48.643,64	48.643,64	48.643,64	-	-		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida			Montante			
	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade	Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0053	-	-	Pessoa Beneficiada	Unidade	1.070	1.070	101		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta			Unidade de medida		
	-	-	-	-			-		

Identificação da Ação									
Código	2012				Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109	Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasil de Serv. Hospitalares - Ebsersh								
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária Anual - 2013									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0053	33.233.841,00	26.633.841,00	3.262.840,43	3.262.840,43	3.262.840,43	-	-		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	Unidade de medida	
0053	-	-	-	Pessoa Beneficiada	5.235	5.235	1.033	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2013		Valor Cancelado		Execução Física - Metas				
	-	-	-	Descrição da Meta <td>Previsto <td>Reprogramado (*) <td>Realizado <td colspan="2">Unidade de medida</td> </td></td></td>	Previsto <td>Reprogramado (*) <td>Realizado <td colspan="2">Unidade de medida</td> </td></td>	Reprogramado (*) <td>Realizado <td colspan="2">Unidade de medida</td> </td>	Realizado <td colspan="2">Unidade de medida</td>	Unidade de medida	
-	-	-	-	-	5.235	5.235	1.033	Realizada	

Identificação da Ação									
Código	20RX Tipo: Atividade								
Descrição	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais								
Iniciativa	03GE - Expansão, reconstrução, manutenção e funcionamento dos Hospitais Universitários Federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.								
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841								
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código: 2032			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasil de Serv. Hospitalares - Ebsersh								
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária Anual - 2013									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0001	210.367.600,00	210.367.600,00	150.082.418,88	82.486.128,13	76.230.397,49	6.255.730,64	67.596.290,75		
0101	-	-	-	-	-	-	-		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Previsão	Reprogramado (*)	Realizado		
0001	-	-	-	Unidade reestruturada	27	47	40		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado		Valor Cancelado		Execução Física - Metas		
	-	-	-	-	-	-	-	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Identificação da Ação									
Código	20TP				Tipo: Atividade				
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109	Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasil de Serv. Hospitalares - Ebserrh								
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0001	422.044.876,00	67.044.876,00	62.012.409,29	60.330.568,90	60.330.568,90	-	1.681.840,39		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida		Montante			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
-	-	-	-	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	Unidade de medida	
-	-	-	-	-	-	-	-	Realizada	

Identificação da Ação											
Código		4086								Tipo: Atividade	
Descrição		Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais									
Iniciativa		03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos Hospitais Universitários Federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.								Código: 0841	
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.									
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão		Código: 2032		Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária		26443 - Empresa Brasil de Serv. Hospitalares - Ebsersh									
Ação Prioritária		() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária Anual - 2013											
Execução Orçamentária e Financeira											
Nº do subtítulo/ Localizador		Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013					
		Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
0001		97.356.400,00	117.329.983,00	84.366.517,40	38.065.780,23	34.799.408,21	3.266.372,02	46.300.737,17			
0101		-	-	-	-	-	-	-			
Execução Física da Ação - Metas											
Nº do subtítulo/ Localizador		Descrição da meta		Unidade de medida		Montante					
				Unidade		Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0001		Unidade mantida		Unidade		1	2	13			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira											
Nº do subtítulo/ Localizador		Valor em 01/01/2013		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada	
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação									
Código	4572 Tipo: Atividade								
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código:	2109 Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasil de Serv. Hospitalares - Ebserh								
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria								
Lei Orçamentária Anual - 2013									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0001	1.200.000,00	1.200.000,00	123.250,01	117.001,01	117.001,01	-	6.249,00		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante				
	Servidor capacitado		Unidade	Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0001			30	30	62				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada	
-	-	-	-	-		-		-	

Nas Ações referentes ao Programa Temático 2032, a execução das metas teve um cenário bastante diferente das demais descritas até o momento. A meta prevista para a Ação 20RX (Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais) de 27 Hospitais foi reprogramada para atender 47 HUs, incluindo todas as 46 unidades integrantes do Rehuf (constantes na Portaria Interministerial n. 883, de 05/07/2010) e o Hospital Dr. Washington de Barros – Univasf. Ao todo, 40 unidades hospitalares foram contempladas com descentralizações dessa Ação pela Unidade Orçamentária da Ebserh, cobrindo as 5 regiões brasileiras, em 22 Estados diferentes.

Quadro 10. Regionalização dos recursos descentralizados pela Ebserh na Ação 20RX em 2013.

REGIÃO	CAPITAIS		OUTROS MUNICÍPIOS		TOTAL	
	HUs	Valor	HUs	Valor	HUs	Valor
Norte	3	4.070.868,50	0	-	3	4.070.868,50
Nordeste	11	30.623.650,41	3	3.505.532,58	14	34.129.182,99
Centro-Oeste	4	30.658.176,91	1	876.260,20	5	31.534.437,11
Sudeste	8	17.592.986,49	4	18.315.986,40	12	35.908.972,89
Sul	3	21.693.397,09	3	5.502.090,19	6	27.195.487,28
Total	29	104.639.079,40	11	28.199.869,37	40	132.838.948,77

Fonte: Siafi Gerencial.

Dos R\$ 132,8 milhões descentralizados, R\$ 130,4 milhões foram empenhados pelos Hospitais até o final do exercício. Além disso, a Sede executou nesta Ação R\$ 19,7 milhões diretamente em sua UG referentes a atividades do Rehuf, totalizando R\$ 150,1 milhões empenhados em 2013. Os recursos da Ação 20RX destinaram-se essencialmente à realização de obras de ampliação e reforma nos HUs e compras de materiais de consumo e de equipamentos especializados para o atendimento hospitalar. Houve ao longo do exercício, por solicitação da Diretoria Executiva da Ebserh, um remanejamento de R\$ 30,0 milhões de crédito orçamentário entre grupos de despesa, de Investimento para Outras Despesas Correntes, dada maior necessidade de recursos nesse grupo em 2013. Houve também a liberação e posterior cancelamento de R\$ 43,7 milhões nesta Ação por iniciativa do próprio Ministério da Educação (MEC), em face de ajustes orçamentários do Órgão. O orçamento de custeio desta ação foi praticamente 100% executado, porém o orçamento destinado a investimento foi comprometido pelo contingenciamento orçamentário em torno de R\$ 59,7 milhões realizado pelo MEC, a partir do dia 17 de novembro de 2013, quando do encerramento dos prazos para a emissão/reforço de empenho e créditos orçamentários, conforme Portaria da Secretaria Executiva (SE)/MEC nº 5 de 22 de outubro de 2013, ficando apenas 40% da dotação de investimento empenhada ao final do exercício.

Na Ação 4086 (Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais), a meta presente na LOA previa a manutenção de uma unidade (Sede) com os recursos destacados. Houve reprogramação da meta para 2 unidades mantidas, pois o atendimento estendeu-se à manutenção da filial no estado do Piauí. Dentre os eventos orçamentários atípicos dessa Ação no exercício, ocorreu a suplementação da dotação em R\$ 19,9 milhões, dos quais R\$ 12,3 milhões referem-se a termo de cooperação firmado entre a Ebserh e a Fundação Oswaldo Cruz (UG 254420) referentes ao "Programa Mais Médicos" (Termo n. 21/675376), em agosto de 2013, e o restante foi solicitado pela Ebserh ao MEC para complementação do custeio das UGs sob gestão da Empresa. Houve ainda um ajuste orçamentário similar ao que ocorreu na Ação 20RX no valor de R\$ 9,3 milhões, cujo crédito extraordinário foi liberado e posteriormente cancelado pelo MEC. A dotação atualizada da Ação após os ajustes totalizou R\$ 117.329.983,00, dos quais 86,66% foram executados. A diferença não executada soma a R\$ 32.963.465,60 e justifica-se por sofrer do mesmo contingenciamento referido na Ação 20RX.

Das Ações da Ebserh, apenas aquelas referentes ao Programa 2032 apresentaram alto percentual de inscrição em Restos a Pagar Não-processados em relação à Dotação Atualizada: a razão ficou em 32,1% na Ação 20RX e 39,5% na Ação 4086. A maior parte dessas inscrições deve-se a contratos de serviços de prestação continuada – como fornecimento de material médico-hospitalar, assessoria, treinamento e manutenção de equipamentos e instalações – e ao volume de investimentos em obras e equipamentos, que comumente excedem seu período de execução ao exercício financeiro. É possível visualizar a composição dos Restos a Pagar Não-processados nos quadros da Seção 4.1.3 detalhados por Elemento de Despesa, posteriormente

2.3. Informações sobre outros resultados gerados pela gestão

2.3.1. Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais

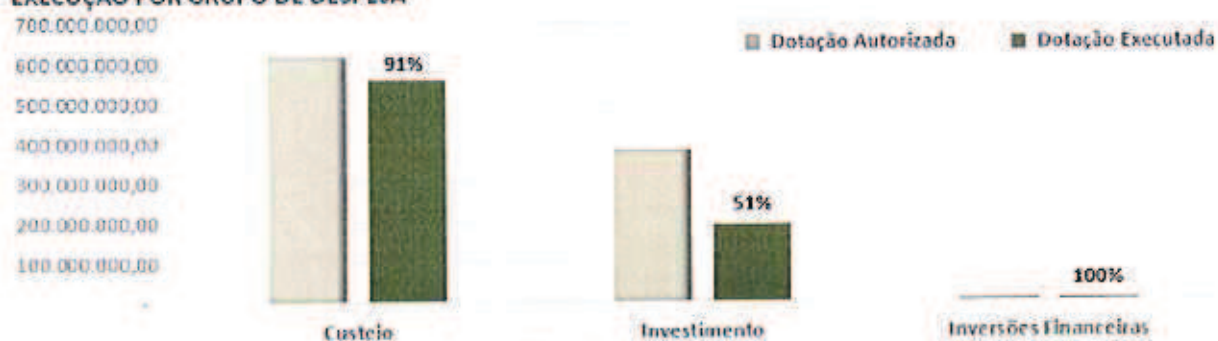
O Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais foi criado por meio do Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010 e tem por objetivo criar condições materiais e institucionais para que os hospitais possam desempenhar suas funções em relação ao ensino, pesquisa e extensão e de assistência à saúde da população. Os recursos financeiros do Rehuf destinam-se ao custeio das atividades de assistência, ensino e pesquisa, à realização de obras para recuperação física das instalações e à compra de equipamentos para a modernização do parque tecnológico dos hospitais. Em 2013, a dotação do Programa foi da ordem de R\$ 997 milhões (Quadro 10), distribuídos entre os 47 hospitais universitários da rede em 22 unidades federadas.

Quadro 11. Execução do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, por unidade orçamentária, exercício financeiro de 2013.

Em R\$ 1,00.

Unidades Orçamentárias	Grupo de Despesa	Dotação Autorizada	Dotação Executada	%
REHUF - Ministério da Saúde	Custeio	460.000.000,00	431.427.449,89	94%
	Investimento	100.000.000,00	57.425.781,47	57%
Subtotal		560.000.000,00	488.853.231,36	87%
REHUF - Ministério da Educação	Custeio	153.741.427,00	124.743.712,32	81%
	Investimento	281.799.900,00	135.952.991,22	48%
	Inversões Financeiras	2.142.700,00	2.142.699,99	100%
Subtotal		437.684.027,00	262.839.403,53	60%
Total Geral		997.684.027,00	751.692.634,89	75%

EXECUÇÃO POR GRUPO DE DESPESA

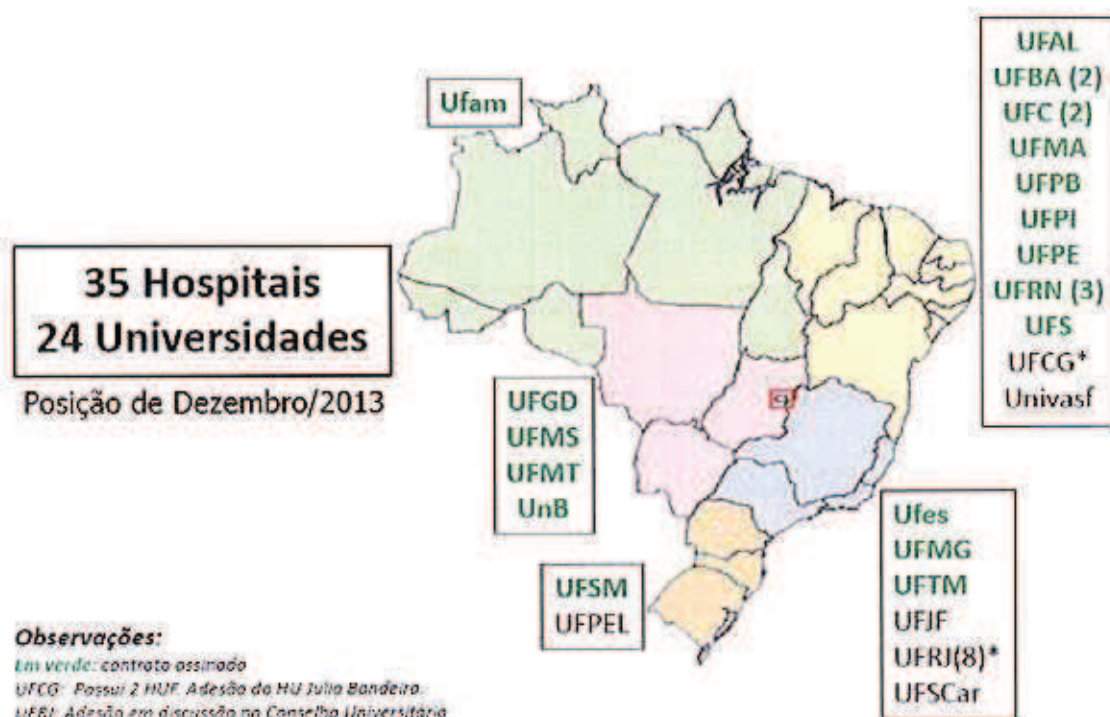


NOTA: A permanência de saldos não executados foi motivada pelo contingenciamento realizado no Governo Federal.

2.3.2. Adesão e Gestão dos Hospitais Universitários Federais

A gestão dos Hospitais Universitários Federais acontece por meio de relação contratual com as universidades federais. O contrato entre a Ebserh e cada instituição, que tem por objeto a administração da unidade hospitalar, estabelece metas de desempenho, indicadores e prazos de execução e a sistemática para o acompanhamento e avaliação das metas estabelecidas. Busca-se permitir que os hospitais que integram essa rede tenham condições de responder, com excelência, às suas principais finalidades: prestar assistência de excelência à saúde da população e oferecer condições adequadas para a formação dos profissionais que nela atuam. Até dezembro de 2013, houve manifestação de interesse pela adesão à Ebserh por parte de 27 universidades federais. Essas instituições totalizam 40 hospitais, dos quais 22 já estavam, em dezembro de 2013, contratualizados com a Ebserh, conforme Figura 6.

Figura 6. Instituições que manifestaram interesse de adesão à Ebserh até dezembro de 2013.



Em 25 hospitais cujas universidades manifestaram adesão à Ebserh, foi realizado o diagnóstico com vistas à elaboração de plano de reestruturação, para orientar as ações futuras. Nesses, conforme Quadro 12, a projeção de acréscimo real da força de trabalho é de 15.167 trabalhadores, o que corresponde a um aumento de 60,5% em relação ao número atual.

Cabe salientar que, conforme se verifica no mesmo quadro, este acréscimo real de força de trabalho está vinculado à reabertura ou criação de 1.457 leitos na rede, ampliando o número atual em um percentual de 26%. É importante observar que não existe uma correlação linear entre os dois percentuais de aumento, pois o número de pessoas necessárias para a adequada prestação de cuidados difere para cada tipo de leito. Considerando a qualificação diferenciada dos hospitais universitários federais na hierarquia de atenção à saúde do SUS, que direciona para esses hospitais a referência dos procedimentos de maior complexidade, a negociação junto aos gestores do SUS para ampliação de serviços é frequentemente voltada para a abertura de leitos de UTI e especializados, que demandam um acréscimo de pessoal muito maior do que leitos simples de atendimento clínico ou cirúrgico.

Quadro 12. Previsão de acréscimo real da força de trabalho nos Hospitais Universitários Federais, Ebserrh, dezembro de 2013.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	LEITOS			AUTORIZAÇÃO DO DEST/MPOG			Nº DE FUNCIONÁRIOS EM ATIVIDADE				ACRÉSCIMO REAL DE FORÇA DE TRABALHO	
	Número atual	Ampliação prevista	% de ampliação	Quadro total autorizado	Vagas autorizadas para concurso	Nº de vínculos precatórios a serem substituídos	Nº de servidores RJU em atividade	Total de funcionários em atividade	Quantidade	Percentual de acréscimo		
HU-UFPI	0	230	NA	1.449	1.382	0	67	67	1.382	2.062,70%		
HUB-UnB	238	113	47	2.129	1.462	574	667	1.298	831	64,00%		
HU-UFMA	573	0	0	3.154	1.972	757	1.182	1.939	1.215	62,70%		
HC-UFTM	258	76	29	1.586	794	756	792	1.548	38	2,50%		
HC-UFMG	537	25	5	3.175	1.706	1.473	1.469	2.942	233	7,90%		
HU-UFOD	177	40	23	1.090	699	306	391	697	393	56,40%		
HU-UFES	287	22	8	1.620	850	271	770	1.041	579	55,60%		
HU-UFAM	159	0	0	856	316	187	540	727	129	17,70%		
HU-UFMS	326	35	11	1.880	827	170	1.053	1.223	657	53,70%		
HUOL-UFRN	271	66	24	1.760	1.161	299	599	898	862	96,00%		
MJC- UFRN	104	0	0	782	529	192	253	445	337	75,70%		
MAB-UFRN	40	13	33	480	396	34	84	118	362	306,80%		
ME-UFRJ	78	0	0	688	483	212	205	450	238	52,90%		
HUCFF-UFRJ	468	48	10	2.663	880	650	1.783	2.433	230	9,50%		
HU-UFS	123	159	129	1.653	1.243	0	410	410	1.243	303,20%		
HUJM-UFMT	118	0	0	747	358	213	389	602	145	24,10%		
HUWC-UFC	249	20	8	1.418	627	484	791	1.275	143	11,20%		
MEAC- UFC	169	42	25	1.753	1.293	263	460	723	1.030	142,50%		
HUPES-UFBA	343	162	47	2.608	1.733	794	875	1.669	939	56,30%		
MCO-UFBA	115	0	0	947	724	121	223	344	603	175,30%		
HE-UNIVASF	110	73	66	737	585	0	152	152	585	384,90%		
HUPAA-UFAL	200	23	12	1.338	754	238	584	822	516	62,80%		

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	LEITOS			AUTORIZAÇÃO DO DEST/MPOG			Nº DE FUNCIONÁRIOS EM ATIVIDADE			ACRÉSCIMO REAL DE FORÇA DE TRABALHO	
	Número atual	Ampliação prevista	% de ampliação	Quadro total autorizado	Vagas autorizadas para concurso	Nº de vínculos precários a serem substituídos	Nº de servidores RJU em atividade	Total de funcionários em atividade	Quantidade	Percentual de acréscimo	
HULW-UFPB	212	137	65	1.948	1.038	101	910	1.011	937	92,70%	
HC-UFPE	311	96	31	2.268	929	0	1.339	1.339	929	69,40%	
HUMAP-UFMS	194	77	40	1.513	869	258	644	902	611	67,70%	
TOTAL	5.660	1.457	613	40.242	23.610	8.353	16.632	25.075	15.167	60,49%	

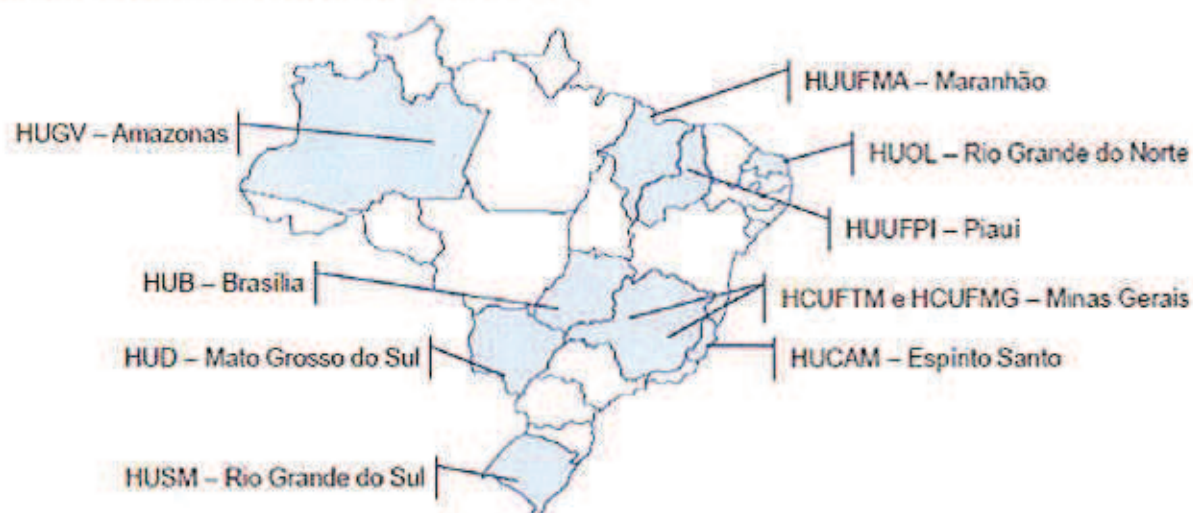
Em 2013, foram publicados os editais para concurso público em 11 hospitais: HUB/UnB, HU/UFMA, HU/UFTM, HU/UFES, HUOL/UFRN, MEJC/UFRN, Huab/UFRN, HU/UFMG, HU/UFAM, HU/UFMS, HU/UFMT e homologado o resultado do concurso realizado em 2012 para o HU/UFPL. Os demais hospitais contratualizados com a Ebserh até dezembro de 2012, tiveram seus processos de contratação de pessoal iniciados, por meio das etapas de validação das vagas autorizadas junto ao hospital e publicação de chamada pública para contratação de empresa especializada.

2.3.3. Projeto Capacitação e Planos Diretores 2013-2014 dos Hospitais Universitários Federais

Viabilizado por meio de cooperação firmada entre a Ebserh e o Hospital Sirio-Libanês, o Projeto Capacitação e Planos Diretores 2013-2014 dos Hospitais Universitários Federais tem o objetivo de contribuir para a qualificação da gestão dessas instituições, por meio da capacitação de profissionais e gestores, visando à integralidade do cuidado no Sistema Único de Saúde.

Na primeira etapa do projeto, que iniciou em agosto de 2013, participam gestores de dez hospitais universitários (Figura 7), que posteriormente serão multiplicadores da metodologia para as demais unidades da rede. O Projeto terá duração de 10 meses e é realizado em encontros presenciais e atividades à distância, com o acompanhamento de tutores e facilitadores. Ao final do programa, os hospitais terão desenvolvido seus respectivos Planos Diretores, cuja construção teve início no último trimestre de 2013, por meio de encontros nos hospitais participantes.

Figura 7. Hospitais participantes do Projeto Capacitação e Planos Diretores 2013-2014 dos Hospitais Universitários Federais. Ebserh, 2013.



3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO⁴

3.1. Estrutura de governança

De acordo com o seu Regimento Interno, a Ebserh apresenta a estrutura de governança indicada na Figura 8.

Figura 8. Estrutura de Governança da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.



⁴ Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 127/2013 e da Controladoria-Geral da União (CGU), destacamos os seguintes itens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação:

3.4 e 3.5 – Sistema de Correição e cumprimento, pela instância de correição, da Portaria nº 1.043/2007 da CGU: a Empresa não possui instância de correição.

3.3.4. Demonstrativo da remuneração variável dos administradores: não se aplica a Ebserh, pois não existe regulamentação para pagamento de bônus e participação de resultados.

I. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão de orientação superior da Ebserh. É composto por nove membros, de acordo com a Figura 9.

Figura 9. Composição do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.



Fonte: Estatuto Social da Ebserh.

Andifes: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

O Conselho de Administração tem, entre suas competências, a de fixar as orientações gerais das atividades da Ebserh; examinar e aprovar políticas gerais e programas de atuação; aprovar o orçamento e programa de investimentos e acompanhar a sua execução; aprovar os contratos com os hospitais e apreciar os relatórios e demonstrações contábeis da Empresa, entre outras. As reuniões ordinárias acontecem mensalmente e o prazo de gestão dos membros é de dois anos, sendo possível a recondução por igual período.

No ano de 2013, o foco foi a análise dos contratos de gestão gratuita, celebrados para administrar os Hospitais Universitários. O Conselho editou vinte e duas Resoluções, nas quais a grande maioria teve como objeto a aprovação da celebração de contratos com as Universidades e as restantes regulando as demais atividades da Empresa.

II. DIRETORIA EXECUTIVA

Segundo o Estatuto Social da Ebserh, cabe à Diretoria Executiva administrar e dirigir os bens, serviços e negócios da Ebserh e decidir sobre operações de responsabilidade situadas no respectivo nível de alçada decisória estabelecido pelo Conselho de Administração. A composição da Diretoria Executiva (Figura 10) inclui os responsáveis pelas respectivas áreas de coordenação da Empresa. As reuniões ordinárias da Diretoria Executiva são semanais e os Diretores que a compõem são nomeados e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Educação.

Figura 10. Composição da Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.



Fonte: Estatuto Social da Ebserh.

A Diretoria Executiva realizou 28 reuniões em 2013, que resultaram em 48 resoluções e 76 portarias. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relativas à celebração dos contratos com as instituições federais de ensino superior, para gestão dos Hospitais Universitários, além das relativas à aquisição de equipamentos/medicamentos por meio dos pregões centralizados.

III. CONSELHO CONSULTIVO.

O Conselho Consultivo tem as finalidades de consulta, controle social e apoio à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. É constituído pelos segmentos (Figura 11),

Figura 11. Composição do Conselho Consultivo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.



Fonte: Estatuto Social da Ebserh

* indicado pelo conjunto de entidades representativas; ** indicado pela Andifes;

*** indicado pela respectiva entidade representativa; **** indicado pelo Conselho Nacional de Saúde

Cabe ao Conselho Consultivo: opinar sobre as linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias da Ebserh, orientando o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições; propor linhas de ação, programas, estudos, projetos, formas de atuação ou outras medidas; acompanhar e avaliar periodicamente o desempenho da Empresa; e assistir à Diretoria e ao Conselho de Administração em suas funções.

O Conselho Consultivo foi instalado no dia 5 de abril de 2013, momento de posse dos Conselheiros. Essa primeira reunião teve por objetivo apresentar as Diretorias e as metas propostas para o ano. Alguns pontos de atuação do Conselho foram ressaltados pelos membros, como o apoio e orientação na atuação da Empresa, particularmente, no desempenho com eficácia e eficiência, de suas funções sociais e a crítica necessária para correção de eventuais disfunções/distorções.

IV. CONSELHO FISCAL

A estrutura do Conselho Fiscal está ilustrada na Figura 9. Cabe a ele fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários e opinar sobre relatórios e demonstrações financeiras, entre outros. Os membros podem, ainda, denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis. As reuniões ordinárias têm periodicidade mensal.

Figura 12. Composição do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.



Fonte: Estatuto Social da Ebserh

Em 2013, o Conselho Fiscal, cumprindo seu papel estatutário, analisou e acompanhou os atos de gestão da Empresa. Nesse ano, foram realizadas reuniões mensais para a análise dos balancetes e da evolução da execução orçamentária. Um ponto a destacar foi a reunião do Conselho Fiscal realizada no dia seis de maio de 2013, quando foi aprovado o primeiro balanço patrimonial da Empresa.

V. AUDITORIA INTERNA

O órgão de Auditoria Interna da Ebserh vincula-se diretamente ao Conselho de Administração, nos termos do art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000. O suporte administrativo necessário à execução das suas atribuições é disponibilizado pela Presidência da Ebserh.

De acordo com o regimento Interno da Empresa, compete à Auditoria Interna:

- elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração da Ebserh o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, de acordo com o disposto na legislação;
- elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT, e apresentar ao Conselho de Administração da Ebserh, de acordo com o disposto na legislação;
- estabelecer estratégias com o objetivo de avaliar a legalidade e acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos da matriz e unidades descentralizadas da Ebserh;
- definir metas e procedimentos para auditoria e fiscalização, por meio de ações preventivas e corretivas na matriz e unidades descentralizadas da Ebserh;

- definir estratégias para a execução de Ações de Controle nas entidades públicas e privadas sob contrato de gestão com a matriz e unidades descentralizadas da Ebserh;
- examinar e emitir parecer quanto à Prestação de Contas semestral da Ebserh;
- elaborar e encaminhar anualmente, ou sempre que solicitado, ao Conselho de Administração e ao Presidente da Ebserh, relatórios gerenciais e operacionais das auditorias realizadas, das decisões e recomendações proferidas pelos órgãos de controle interno e externo e propor medidas preventivas e corretivas.

3.2. Avaliação do funcionamento do controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela Unidade Jurisdicionada (UJ) são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Análise Crítica:

Após dois anos de sua criação, a Ebserh tem envidado esforços no sentido de aprimorar seus processos internos de gestão, tendo: revisado seu Regimento Interno; elaborado o planejamento estratégico - com vigência até 2014; desenvolvido e aprimorado sistemas informatizados, como protocolo e ouvidoria; entre outros.

A partir de março de 2013, a Ebserh ampliou seu quadro de pessoal, procedendo à substituição dos empregados temporários por empregados públicos efetivos. Porém, tem se verificado uma alta rotatividade dessa força de trabalho, o que tem gerado prejuízos à gestão, em virtude da descontinuidade nas atividades e da necessidade de reiterados treinamentos em serviços, ampliando ainda mais a sobrecarga de trabalho das equipes da Empresa.

Em 2013, a Comissão de Controle Interno (CCI) passou por uma fase de reorganização de sua composição, tendo aprovado em seu Regulamento Interno, a participação de suplentes dos membros, e a eleição de um Presidente substituto, que será escolhido entre os membros titulares na reunião ordinária de março de 2014. A recomposição dos membros da CCI foi publicada pela Portaria nº 74, de 18 de dezembro de 2013.

A principal fragilidade no funcionamento da CCI, em 2013, foi a dificuldade em reunir seus membros, uma vez que o reduzido quantitativo de pessoal, somado ao grande volume de demandas da Empresa impossibilitou a presença constante de todos.

Destacam-se alguns avanços da CCI em 2013:

- Aprovação do Regulamento Interno;
- Definição da participação de suplentes e de eleição de Presidente substituto;
- Definição de cronogramas de reuniões;
- Definição de assuntos prioritários para discussão;
- Discussão e encaminhamento sobre a forma de acompanhamento da execução de obras, com a utilização de recursos do Rehuf; e
- Discussão sobre a validade da certificação digital de tramitação de processos.

3.3. Remuneração paga a administradores

3.3.1. Política de remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

a) Base normativa da remuneração:

Conselheiros: Leis nº 9.292/1996 e 6.404/1976 (Art.162, § 3º).

Diretores: Lei nº 6.404/1976 (Art. 152); Decreto-Lei nº 2.355/1987 (Art. 3º); Decreto nº 3.735/2001 (Art.1º, Inciso III); Portaria Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) nº 250/2002 (Art.1º); Decreto nº 7.7675/2012 (Anexo I, Art.6º, Inciso IV, Alínea “a”); e Ofício nº 218/ Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest)/MPOG.

b) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A prática da remuneração estabelecida pelo Dest/MPOG tem como base comparativa os valores praticados por empresa pública do MEC, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

c) Composição da remuneração:

- Elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles: salário, 13º salário, férias e benefícios, em conformidade com o plano.
- Proporção de cada elemento na remuneração total: salário fixado, 13º salário, 1/3 férias e benefícios fixados no Plano de Benefícios da Empresa.
- Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração: anual, por meio do índice da inflação e mediante aprovação do Dest/MPOG.
- Razão que justifica a composição da remuneração: cumprir os direitos do trabalhador, análogos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a prática dentre as demais empresas públicas.

e) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração: *Não se aplica*

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho: *Não se aplica*

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada:

Trata-se de remuneração do corpo dirigente para cumprir as finalidades da Empresa, estabelecidas na sua Lei de criação e Regimento Interno e, ainda, objetivos que vierem a ser estabelecidos em processos de planejamento, a serem elaborados e implantados.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos: *Não se aplica*

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia: *Não se aplica*

h) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações: *Não se aplica*

i) Em relação à remuneração variável, comentar: *Não se aplica*

3.3.2. Demonstrativo da remuneração mensal de membros dos Conselhos

Quadro 13. Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
	janeiro	maio	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	-	-	-	2.862,41	-	-	-	15.256,91
Amaro Henrique P. Lins (T)	janeiro	maio	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.478,90	-	-	-	2.862,41	-	-	-	15.256,91
Bruno Moretti (T)	janeiro	dezembro	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	25.761,69
Helvecio M. Magalhães Jr. (T)	janeiro	dezembro	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	25.761,69
Marcia Aparecida do Amaral (T)	janeiro	dezembro	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	25.761,69
Natalino Salgado Filho (T)	janeiro	dezembro	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	25.761,69
Romeu Weliton Caputo (T)	janeiro	dezembro	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	25.761,69

Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período de Exercício		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
	janeiro	dezembro	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41
Eliane Aparecida da Cruz (T)	janeiro	dezembro	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	25.761,69
Josilda Valença Araujo (S) (*)	agosto	dezembro	-	-	-	-	-	-	-	2.478,90	2.478,90	-	-	-	7.870,21
Luiz Antonio de Mello Rebello (T)	janeiro	dezembro	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	25.761,69
Stela Maris M. Simão (T)	janeiro	dezembro	2.478,90	2.478,90	2.478,90	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	2.862,41	25.761,69

(*) suplente de Eliane Aparecida da Cruz

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

3.3.3. Demonstrativo sintético da remuneração mensal de membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro 14. Síntese da remuneração dos administradores

Valores em R\$

Órgãos: Conselho de Administração e Conselho Fiscal	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Remuneração dos Membros			
Número de membros:	-	-	-
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	229.170,64	109.236,95	-
a) <i>salário ou pró-labore</i>	-	-	-
b) <i>benefícios diretos e indiretos</i>	-	-	-
c) <i>remuneração por participação em comitês</i>	-	-	-
d) <i>outros</i>	-	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-
e) <i>bônus</i>	-	-	-
f) <i>participação nos resultados</i>	-	-	-
g) <i>remuneração por participação em reuniões</i>	-	-	-
h) <i>comissões</i>	-	-	-
i) <i>outros</i>	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	229.179,64	109.236,95	-
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 127/2013 e da Controladoria-Geral da União (CGU), destacamos os seguintes itens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação:

4.2. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos: não se aplica à natureza da Empresa.

4.3. Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores: Não se aplica atualmente à Empresa, pois, sendo instituída em 2012, não há movimentação de Restos a Pagar inscritos em 2012 e 2011.

4.4.3. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse: não há informações a declarar no ano de referência.

4.4.4. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse: não há informações a declarar no ano de referência.

4.5. Suprimento de fundos: não se aplica à natureza da Empresa.

4.6. Renúncias sob a gestão da Unidade Jurisdicionada: não se aplicam à Ebserh para o exercício de 2013, pois não houve renúncia de receitas nesse ano.

4.7. Gestão de precatórios: não se aplica à natureza da Empresa.

4.1. Execução das despesas⁵

4.1.1. Programação

Quadro 15. Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Ebserh		Código UO: 26443		UGO: 155007		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL		426.386.694,00	-	210.593.328,00		
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	49.961.747,00		
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
Créditos Cancelados		355.000.000,00	-	12.000.000,00		
Outras Operações		-	-	-		
Dotação final 2013 (A)		71.386.694,00	-	248.555.075,00		
Dotação final 2012(B)		10.000.000,00	-	7.582.664,00		
Variação (A/B-1)*100		613,87	-	3.177,94		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		158.925.065,00	2.000.000,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	11.836,00	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	52.975.021,00	2.000.000,00	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
Créditos Cancelados		82.975.021,00	2.000.000,00	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	
Dotação final 2013 (A)		128.936.901,00	2.000.000,00	-	-	
Dotação final 2012(B)		57.141.685,00	2.000.000,00	-	-	
Variação (A/B-1)*100		125,64	-	-	-	

⁵ Fonte dos dados: Siafi Gerencial

Análise crítica:

Sendo 2012 o ano de constituição da Ebserh, a comparação entre a Programação Orçamentária dos exercícios de 2012 e 2013 não permite uma avaliação relevante da variação entre esses exercícios, pois são estágios diferentes de atividade do órgão público. Além disso, a frustração da previsão de adesões de Hospitais feita para 2013 modifica consideravelmente os dados, especialmente nos valores referentes a pagamento de pessoal.

A Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União – foi instituída para fazer face às despesas de folha, com pessoal e encargos, dos funcionários da Ebserh. A adequação orçamentária dessa Ação devido ao cenário citado acima explica a grande variação na programação orçamentária de Pessoal e Encargos Sociais. Dos R\$ 426,4 milhões de dotação em Pessoal e Encargos Sociais, a Ação 20TP contemplava R\$ 422,0 milhões, dos quais foram cancelados R\$ 355,0 milhões.

No grupo de Outras Despesas Correntes, que envolve o financiamento de despesas com reformas, material de consumo, material médico-hospitalar e contratações de outros serviços de terceiros, os maiores pesos são das Ações 20RX e 4086, que juntas totalizaram aproximadamente 80% da dotação atualizada e 98% dos empenhos emitidos. Porém, a parcela de orçamento de R\$ 61,5 milhões (aproximadamente 25% da dotação atualizada) não-empenhada ao final do exercício deve-se em grande parte à baixa execução das Ações de Assistência Médico-odontológica (Ação 2004) e Auxílio-alimentação (Ação 2012), além de parcela não executada da Ação 4086 pelo contingenciamento orçamentário do final do ano. Os R\$ 12 milhões de dotação cancelada restringem-se apenas às ações de pagamento de benefícios aos servidores, não havendo alterações desse cunho no orçamento das ações afim do Rehuf.

O orçamento destinado a Investimento teve baixa execução, com empenhos emitidos em torno de 39,9% da dotação atualizada, cuja explicação recai principalmente sobre o contingenciamento citado no Item 2.2, na ordem de R\$ 59,7 milhões na Ação 20RX e R\$ 17,5 milhões na Ação 4086. Verificou-se conforme acompanhamento da Ebserh juntos aos Hospitais no final do exercício que havia condições institucionais para a execução de boa parte dos recursos contingenciados caso houvesse liberação destes. Não houve cancelamento de orçamento de Investimento em 2013, o montante de R\$ 82,9 milhões cancelados é composto por R\$ 30,0 milhões de dotação remanejada entre grupos de despesa e o restante pelos ajustes orçamentários nas Ações 20RX e 4086.

4.1.1.1. *Análise crítica sobre a realização da despesa*

Sob a ótica das modalidades de contratação, no exercício financeiro de 2013, foram realizadas 200 (duzentas) contratações na modalidade Dispensa de Licitação, totalizando R\$ 29,9 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 6,2 milhões referem-se ao aluguel do imóvel da Sede da Empresa, R\$ 3,9 milhões cabem aos concursos realizados para contratação de pessoal nos HUs filiados à Sede, R\$ 12,3 milhões referentes ao termo de cooperação firmado com a Fundação Oswaldo Cruz pelo "Programa Mais Médicos para o Brasil" e R\$ 5,2 milhões competem a outros termos de cooperação dos HUs cujo recurso foi proveniente da Unidade Orçamentária da Ebserh. Esse montante abarca dispensas licitatórias da Sede, filiais e outros Hospitais Universitários do Rehuf. No âmbito exclusivo da Sede, além das dispensas referentes a aluguel e concursos, também foram realizadas 105 (cento e cinco) contratações na modalidade de Inexigibilidade que somaram R\$ 7 milhões, aproximadamente, dos quais R\$ 5 milhões compreendem atividades da Sede.

Nesse mesmo exercício, foram homologados 746 (setecentos e quarenta e seis) pregões eletrônicos, que demandaram cerca de R\$ 70,4 milhões em recursos orçamentários. Os hospitais filiais e demais HUs absorveram 84,5% dos recursos destinados aos pregões. Os demais 15,5% foram destinados à Sede. Deste total, 33 (trinta e três) Pregões Eletrônicos foram realizados para o atendimento de demandas da Sede da Ebserh, 42 (quarenta e dois) para demandas da filial do HU/UFPI e 671 (seiscentos e setenta e um) para o atendimento de demandas e compras estratégicas para a rede de Hospitais Universitários Federais, a nível nacional.

A execução realizada sob a Unidade Orçamentária da Ebserh (UO 26443) envolve as despesas diretas da Sede e das filiais e hospitais do Rehuf atendidos com esses recursos. No grupo de Outras Despesas Correntes, a maior parte dos gastos se concentrou em:

- Locação de Mão-de-obra, com volume de empenhos de R\$ 20,1 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 16,5 milhões foram destinados para atender os hospitais e cuja taxa de execução foi bastante alta, ficando em torno de 88,1%;
- Material de Consumo, que inclui materiais operacionais, materiais médico-hospitalares, entre outros, cujo empenho de R\$ 44,8 milhões foi executado em 47,2%. A maior parte dessas despesas também foi utilizada para compra de materiais para os hospitais;
- Outros Serviços de Terceiros – pessoa jurídica (PJ), com R\$ 92,5 milhões empenhados e R\$ 60,2 milhões executados (65,1%), volume de despesas explicado principalmente pelas despesas com reformas que se enquadram nesse elemento, reformas de adequação que não caracterizam formação bruta de capital fixo. Aproximadamente 66,5% do total empenhado refere-se a reformas executadas para os Hospitais, sendo o restante destinado à Sede e à filial no Piauí. Os valores inscritos em Restos a Pagar referem-se em sua maioria a contratos de prestação continuada e reformas cuja execução excede o exercício financeiro de 2013.

Quanto às despesas de capital, os gastos se concentraram principalmente em Obras e Instalações e Equipamento e Material Permanente. Praticamente todas as obras empenhadas foram em benefício de hospitais do Rehuf, em montante de R\$ 15,2 milhões, dos quais apenas R\$ 2,2 milhões foram executados (14,3%). A baixa execução se explica em parte por atrasos em algumas obras e contratos continuados que previam a entrega da obra posteriormente ao exercício. Além disso, atrasos na liberação e eventuais contingenciamentos orçamentários também provocaram em algumas situações descompasso entre o orçamento e prazos de negociações contratuais. Os mesmos motivos explicam a baixa execução na entrega de equipamentos e material permanente, que ficou em torno de 17,5%, ou seja, apenas R\$ 5,6 milhões dos R\$ 31,9 milhões empenhados.

4.1.2. *Movimentação de créditos interna e externa*

Quadro 16. Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	152734	155007	UO 26101 - 12.364.2032.20GK	-	-	2.250.000,00
Recebidos	257001	155009	UO 36901 - 10.302.2015.20G8	-	-	14.994.980,00
	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

4.1.3. Realização de despesa

4.1.3.1. Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total

Quadro 17. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Ebserrh	Código UO: 26443		UGO: 155007	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
Modalidade de Contratação				
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	335.249,33	-	255.076,11	-
c) Concorrência	209.219,13	-	138.163,18	-
d) Pregão	70.399.738,18	-	61.972.569,38	-
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	37.037.542,29	86.048,00	36.222.858,37	86.048,00
h) Dispensa	29.945.617,36	75.600,00	29.285.604,51	75.600,00
i) Inexigibilidade	7.091.924,93	10.448,00	6.937.253,86	10.448,00
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	65.383.616,96	9.594.177,23	65.383.616,96	9.594.177,23
k) Pagamento em Folha	63.993.433,48	9.594.177,23	63.993.433,48	9.594.177,23
l) Diárias	1.390.183,48	-	1.390.183,48	-
5. Outros	11.252.486,46	71.123,61	11.123.465,69	71.123,61
6. Total (1+2+3+4+5)	184.617.852,35	9.751.348,84	175.095.749,69	9.751.348,84

4.1.3.2. Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 18. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária: Ebserrh	Código UO: 26443	UGO: 155007	
		Despesa paga	
		2013	2012
Modalidade de Contratação:	Despesa Liquidada	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	-	15.818.133,71	14.977.880,21
a) Convite	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-
d) Pregão	-	15.818.133,71	14.977.880,21
e) Concurso	-	-	-
f) Consulta	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	86.048,00	15.977.606,58	15.929.601,15
h) Dispensa	75.600,00	10.470.935,59	10.424.526,11
i) Inexigibilidade	10.448,00	5.506.670,99	5.505.075,04
3. Regime de Execução Especial	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.464.125,76	65.383.616,96	65.383.616,96
k) Pagamento em Folha	4.464.125,76	63.993.433,48	63.993.433,48
l) Diárias	-	1.390.183,48	1.390.183,48
5. Outros	71.123,61	907.832,99	907.832,99
6. Total (1+2+3+4+5)	4.621.297,37	98.087.190,24	97.198.931,31
			4.621.297,37

4.1.3.3. Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total

Quadro 19. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Ebserrh		Código UO: 26443		UGO: 155007		
DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados	
	2013	2012*	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal						
04 - Contratação por Tempo Determinado	6.897.441,59	2.518.140,62	6.897.441,59	2.518.140,62	-	6.897.441,59
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	39.671.451,88	5.576.955,01	39.671.448,62	5.576.955,01	3,26	39.671.448,62
13 - Obrigações Patronais	13.643.175,44	1.002.339,95	11.961.338,64	1.002.339,95	1.681.836,80	11.961.338,64
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	146.587,02	8.992,99	146.586,69	8.992,99	0,33	146.586,69
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	263.443,16	-	263.443,16	-	-	263.443,16
94 - Indenizações Trabalhistas	773.666,08	-	773.666,08	-	-	773.666,08
96 - Ressarcimento Despesas Pessoal Requirido	616.644,12	-	616.644,12	-	-	616.644,12
2. Juros e Encargos da Dívida						
-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes						
08 - Outros Benefícios Assist. do Servidor e do Militar	185.286,25	138,00	185.286,25	138,00	-	185.286,25
14 - Diárias - Civil	1.097.479,80		1.097.479,80			1.097.479,80
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	46.800,00		46.800,00		46.800,00	
30 - Material de Consumo	44.814.507,85		21.141.415,33		23.673.092,52	15.642.982,47
32 - Material, Bem ou Serviço para Dist. Gratuita	3.980,00		3.980,00			3.980,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	3.724.063,01		2.730.203,69		993.859,32	2.666.924,31

Unidade Orçamentária: Eberth		Código UO: 26443				UGO: 153007			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012*	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
35 - Serviços de Consultoria	8.898.633,32	-	3.635.443,32	-	5.263.190,00	-	3.635.443,32	-	
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.889.422,61	-	3.814.755,70	-	74.666,91	-	3.735.637,21	-	
37 - Locação de Mão-de-obra	20.064.010,93	154.349,05	17.676.949,58	-	2.387.061,35	154.349,05	17.460.733,30	-	
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	92.490.052,28	914.465,25	60.206.352,25	96.688,00	32.283.700,03	817.777,25	57.335.785,97	96.688,00	
46 - Auxílio-Alimentação	3.252.987,57	482.069,58	3.252.987,57	482.069,58	-	-	3.252.987,57	482.069,58	
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	6.366.770,75	-	542.233,91	-	5.824.516,84	-	499.548,39	-	
49 - Auxílio-Transporte	48.643,64	9.410,70	48.643,64	9.410,70	-	-	48.643,64	9.410,70	
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	68.704,04	-	68.704,04	-	-	-	68.704,04	-	
93 - Indenizações e Restituições	1.792.516,57	60.483,61	183.760,77	60.483,61	1.608.755,80	-	183.760,77	60.483,61	
96 - Ressarcimento Despesas Pessoal Requirido	9.852,86	-	9.852,86	-	-	-	9.852,86	-	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4. Investimentos	469.854,71	-	-	-	469.854,71	-	-	-	
30 - Material de Consumo	3.952.395,40	-	1.946.070,90	-	2.006.324,50	-	1.946.070,90	-	
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	15.180.150,35	-	2.167.350,94	-	13.012.799,41	-	2.113.300,33	-	
51 - Obras e Instalações	31.884.912,43	4.154.828,00	5.575.792,90	-	26.309.119,53	4.154.828,00	4.878.059,66	-	
52 - Equipamento e Material Permanente	-	-	-	-	-	-	-	-	
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	

4.1.3.4. Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 20. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária: Ebserh		Código UO: 26443				UGO: 155007			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processadas		Valores Pagos		
	2013	2012*	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1. Despesas de Pessoal									
04 - Contratação por Tempo Determinado	6.897.441,59	2.518.140,62	6.897.441,59	2.518.140,62	-	-	6.897.441,59	2.518.140,62	
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	39.671.451,88	1.449.243,49	39.671.448,62	1.449.243,49	3,26	-	39.671.448,62	1.445.373,87	
13 - Obrigações Patronais	13.643.175,44	-	11.961.338,64	-	1.681.836,80	-	11.961.338,64	-	
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	146.587,02	8.992,99	146.586,69	8.992,99	0,33	-	146.586,69	8.992,99	
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	263.443,16	-	263.443,16	-	-	-	263.443,16	-	
94 - Indenizações Trabalhistas	773.666,08	-	773.666,08	-	-	-	773.666,08	-	
96 - Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	616.644,12	-	616.644,12	-	-	-	616.644,12	-	
2. Juros e Encargos da Dívida									
	-	-	-	-	-	-	-	-	
3. Outras Despesas Correntes									
08 - Outros Benefícios Assist. do Servidor e do Militar	185.286,25	138,00	185.286,25	138,00	-	-	185.286,25	138,00	
14 - Diárias - Civil	1.097.479,80	-	1.097.479,80	-	-	-	1.097.479,80	-	
30 - Material de Consumo	6.702.944,72	-	3.435.282,72	-	3.267.662,00	-	2.701.323,36	-	
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	3.430.031,08	-	2.459.664,06	-	970.367,02	-	2.451.217,56	-	
35 - Serviços de Consultoria	8.840.000,00	-	3.576.810,00	-	5.263.190,00	-	3.576.810,00	-	

Unidade Orçamentária: Ebserh		Código UO: 26443				UGO: 155007			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012*	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	298.290,84	-	298.290,84	-	-	-	298.290,84	-	-
37 - Locação de Mão-de-obra	3.564.732,60	154.349,05	2.685.533,00	-	879.199,60	154.349,05	2.685.533,00	-	-
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	30.949.286,71	914.465,25	14.148.203,20	96.688,00	16.801.083,51	817.777,25	14.085.430,04	96.688,00	-
46 - Auxílio-Alimentação	3.252.987,57	482.069,58	3.252.987,57	482.069,58	-	-	3.252.987,57	482.069,58	-
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	6.120.996,61	-	296.479,77	-	5.824.516,84	-	296.479,77	-	-
49 - Auxílio-Transporte	48.643,64	9.410,70	48.643,64	9.410,70	-	-	48.643,64	9.410,70	-
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	68.704,04	-	68.704,04	-	-	-	68.704,04	-	-
93 - Indenizações e Restituições	1.792.516,57	60.483,61	183.760,77	60.483,61	1.608.755,80	-	183.760,77	60.483,61	-
96 - Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	9.852,86	-	9.852,86	-	-	-	9.852,86	-	-
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4. Investimentos									
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	3.952.395,40	-	1.946.070,90	-	2.006.324,50	-	1.946.070,90	-	-
51 - Obras e Instalações	43.535,00	-	7.200,00	-	36.335,00	-	7.200,00	-	-
52 - Equipamento e Material Permanente	11.040.418,18	4.154.828,00	4.056.371,92	-	6.984.046,26	4.154.828,00	3.973.292,01	-	-
5. Inversões Financeiras									
6. Amortização da Dívida									

4.1.3.5. Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

Quadro 21. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	-	3.305,56	-	3.305,56
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	-	3.305,56	-	3.305,56
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	-	23.855,00	-	23.855,00
h) Dispensa	-	23.855,00	-	23.855,00
i) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.259.000,00	-	1.259.000,00	-
k) Pagamento em Folha	1.259.000,00	-	1.259.000,00	-
l) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	1.259.000,00	27.160,56	1.259.000,00	27.160,56

4.1.3.6. Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

Quadro 22. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES									
	Empenhada		Liquidade		RP não processados		Valores Pagos			
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012		
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3 – Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
30 - Material de Consumo	-	1.474.540,61	-	15.105,00	-	1.459.435,61	-	15.105,00	-	
37 - Locação de Mão-de-obra	-	280.427,09	-	-	-	280.427,09	-	-	-	
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	7.405.314,90	22.428,64	-	3.305,56	7.405.314,90	19.123,08	-	3.305,56	-	
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	2.250.000,00	-	1.259.000,00	-	991.000,00	-	1.259.000,00	-	-	
DESPESAS DE CAPITAL										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidade		RP não Processados		Valores Pagos			
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012		
4 – Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
52 – Equipamento e Material Permanente - Op. Intra-Orçamentária	-	3.597.778,68	-	8.750,00	-	3.589.028,68	-	8.750,00	-	
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

4.1.3.7. *Análise crítica sobre a realização da despesa*

Sob a ótica das modalidades de contratação, no exercício financeiro de 2013, foram realizadas 200 (duzentas) contratações na modalidade Dispensa de Licitação, totalizando R\$ 29,9 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 6,2 milhões referem-se ao aluguel do imóvel da Sede da Empresa, R\$ 3,9 milhões cabem aos concursos realizados para contratação de pessoal nos HUs filiados à Sede, R\$ 12,3 milhões referentes ao termo de cooperação firmado com a Fundação Oswaldo Cruz pelo "Programa Mais Médicos para o Brasil" e R\$ 5,2 milhões competem a outros termos de cooperação dos HUs cujo recurso foi proveniente da Unidade Orçamentária da Ebserh. Esse montante abarca dispensas licitatórias da Sede, filiais e outros Hospitais Universitários do Rehuf. No âmbito exclusivo da Sede, além das dispensas referentes a aluguel e concursos, também foram realizadas 105 (cento e cinco) contratações na modalidade de Inexigibilidade que somaram R\$ 7 milhões, aproximadamente, dos quais R\$ 5 milhões compreendem atividades da Sede.

Nesse mesmo exercício, foram homologados 746 (setecentos e quarenta e seis) pregões eletrônicos, que demandaram cerca de R\$ 70,4 milhões em recursos orçamentários. Os hospitais filiais e demais HUs absorveram 84,5% dos recursos destinados aos pregões. Os demais 15,5% foram destinados à Sede. Deste total, 33 (trinta e três) Pregões Eletrônicos foram realizados para o atendimento de demandas da Sede da Ebserh, 42 (quarenta e dois) para demandas da filial do HU/UFPI e 671 (seiscentos e setenta e um) para o atendimento de demandas e compras estratégicas para a rede de Hospitais Universitários Federais, a nível nacional.

A execução realizada sob a Unidade Orçamentária da Ebserh (UO 26443) envolve as despesas diretas da Sede e das filiais e hospitais do Rehuf atendidos com esses recursos. No grupo de Outras Despesas Correntes, a maior parte dos gastos se concentrou em:

- Locação de Mão-de-obra, com volume de empenhos de R\$ 20,1 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 16,5 milhões foram destinados para atender os hospitais e cuja taxa de execução foi bastante alta, ficando em torno de 88,1%;
- Material de Consumo, que inclui materiais operacionais, materiais médico-hospitalares, entre outros, cujo empenho de R\$ 44,8 milhões foi executado em 47,2%. A maior parte dessas despesas também foi utilizada para compra de materiais para os hospitais;
- Outros Serviços de Terceiros – pessoa jurídica (PJ), com R\$ 92,5 milhões empenhados e R\$ 60,2 milhões executados (65,1%), volume de despesas explicado principalmente pelas despesas com reformas que se enquadram nesse elemento, reformas de adequação que não caracterizam formação bruta de capital fixo. Aproximadamente 66,5% do total empenhado refere-se a reformas executadas para os Hospitais, sendo o restante destinado à Sede e à filial no Piauí. Os valores inscritos em Restos a Pagar referem-se em sua maioria a contratos de prestação continuada e reformas cuja execução excede o exercício financeiro de 2013.

Quanto às despesas de capital, os gastos se concentraram principalmente em Obras e Instalações e Equipamento e Material Permanente. Praticamente todas as obras empenhadas foram em benefício de hospitais do Rehuf, em montante de R\$ 15,2 milhões, dos quais apenas R\$ 2,2 milhões foram executados (14,3%). A baixa execução se explica em parte por atrasos em algumas obras e contratos continuados que previam a entrega da obra posteriormente ao exercício. Além disso, atrasos na liberação e eventuais contingenciamentos orçamentários também provocaram em algumas situações descompasso entre o orçamento e prazos de negociações contratuais. Os mesmos motivos explicam a baixa execução na entrega de equipamentos e material permanente, que ficou em torno de 17,5%, ou seja, apenas R\$ 5,6 milhões dos R\$ 31,9 milhões empenhados.

4.2. Transferência de recursos⁶

4.2.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

Quadro 23. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante											
Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Ebserh											
CNPJ: 15.126.437.0001-43 U/GESTÃO: 155007/26443											
Informações sobre as Transferências											
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Contrapartida	Valores Repassados		Vigência		Sit.	
			Global			No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim		
3	674952	153610	163.700,00	-	-	163.700,00	163.700,00	01/JUN/2013	31/DEZ/2013	1	
3	674955	150426	62.800,00	-	-	62.800,00	62.800,00	01/JUN/2013	31/DEZ/2013	1	
3	674958	150231	21.500,00	-	-	21.500,00	21.500,00	01/JUN/2013	30/JUN/2014	1	
3	674959	150233	57.000,00	-	-	57.000,00	57.000,00	01/JUN/2013	31/DEZ/2013	1	
3	674961	150229	157.200,00	-	-	157.200,00	157.200,00	01/JUN/2013	31/JUL/2013	1	
3	674963	150246	56.200,00	-	-	56.200,00	56.200,00	01/JUN/2013	30/JUN/2014	1	
3	675048	150432	41.700,00	-	-	41.700,00	41.700,00	01/JAN/2013	31/OUT/2013	1	
3	675049	153054	122.000,00	-	-	122.000,00	122.000,00	01/JUN/2013	31/AGO/2013	1	
3	675078	154072	40.000,00	-	-	40.000,00	40.000,00	01/JUN/2013	30/JUL/2013	1	
3	675079	154072	78.500,00	-	-	78.500,00	78.500,00	01/JUN/2013	30/JUL/2013	1	
3	675148	150218	31.000,00	-	-	31.000,00	31.000,00	01/JUL/2013	31/DEZ/2013	1	
3	675167	150432	11.600,00	-	-	11.600,00	11.600,00	01/AGO/2012	31/AGO/2013	1	
3	675170	153094	38.800,00	-	-	38.800,00	38.800,00	01/JUN/2013	30/JUN/2014	1	
3	675172	153808	35.100,00	-	-	35.100,00	35.100,00	01/DEZ/2012	31/AGO/2013	1	

⁶ Fonte de dados: Siafi Gerencial.

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Ebserh

CNPJ: 15.126.437.0001-43

UG/GESTÃO: 155007/26443

Informações sobre as Transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	675198	154072	10.944.524,11	-	10.944.524,11	10.944.524,11	01/JUN/2013	31/DEZ/2013	1
3	675200	154072	5.930.354,14	-	5.930.354,14	5.930.354,14	01/JUN/2013	31/DEZ/2013	1
3	675205	150426	1.968.308,00	-	1.968.308,00	1.968.308,00	01/JUL/2013	31/DEZ/2013	1
3	675291	154048	6.311,20	-	6.311,20	6.311,20	08/AGO/2013	09/AGO/2013	1
3	675301	150221	61.100,00	-	61.100,00	61.100,00	01/AGO/2013	31/AGO/2013	1
3	675376	254420	12.312.630,00	-	12.312.630,00	12.312.630,00	15/AGO/2013	30/JUN/2015	1
3	675437	158220	227.800,00	-	227.800,00	227.800,00	01/DEZ/2012	31/DEZ/2013	1
3	675446	158172	5.800,00	-	5.800,00	5.800,00	07/AGO/2013	31/DEZ/2013	1
3	675448	154177	72.700,00	-	72.700,00	72.700,00	07/AGO/2013	31/DEZ/2013	1
3	675452	154070	50.400,00	-	50.400,00	50.400,00	08/AGO/2013	31/DEZ/2013	1
3	675453	153261	176.400,00	-	176.400,00	176.400,00	13/AGO/2013	31/AGO/2013	1
3	675473	154106	1.136.000,00	-	1.136.000,00	1.136.000,00	19/JUL/2013	31/AGO/2013	1
3	675492	150248	1.200.000,00	-	1.200.000,00	1.200.000,00	05/ABR/2013	31/DEZ/2013	5
3	675501	150248	3.347.779,89	-	3.347.779,89	3.347.779,89	05/ABR/2013	31/DEZ/2013	5
3	675502	150248	1.665.856,45	-	1.665.856,45	1.665.856,45	05/ABR/2013	31/DEZ/2013	5
3	675507	150248	405.255,26	-	405.255,26	405.255,26	05/ABR/2013	31/DEZ/2013	1
3	675511	150221	101.014,69	-	101.014,69	101.014,69	01/MAI/2013	30/NOV/2013	1
3	675513	150432	1.132.269,22	-	1.132.269,22	1.132.269,22	08/JUL/2013	01/MAI/2014	1
3	675517	154072	200.491,95	-	200.491,95	200.491,95	15/JUL/2013	31/DEZ/2013	1
3	675518	154072	549.122,00	-	549.122,00	549.122,00	15/JUL/2013	30/NOV/2013	1
3	675520	150221	182.261,95	-	182.261,95	182.261,95	01/AGO/2013	31/DEZ/2013	1
3	675521	150221	279.304,54	-	279.304,54	279.304,54	01/AGO/2013	31/DEZ/2013	1

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Ebsrh

CNPJ: 15.126.437.0001-43

UG/GESTÃO: 155007/26443

Informações sobre as Transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	675522	150432	1.310.958,68	-	1.310.958,68	1.310.958,68	08/JUL/2013	31/MAI/2014	1
3	675523	153047	1.468.832,93	-	1.468.832,93	1.468.832,93	01/JUL/2013	28/FEV/2014	1
3	675524	153054	668.489,64	-	668.489,64	668.489,64	01/AGO/2013	31/JAN/2014	1
3	675525	153054	375.421,90	-	375.421,90	375.421,90	01/AGO/2013	31/MAR/2014	1
3	675526	153054	1.962.046,25	-	1.962.046,25	1.962.046,25	01/AGO/2013	30/JUN/2014	1
3	675527	153057	8.121.028,22	-	8.121.028,22	8.121.028,22	01/MAI/2013	31/DEZ/2013	1
3	675528	150432	1.515.035,70	-	1.515.035,70	1.515.035,70	08/JUL/2013	31/MAI/2014	1
3	675529	150432	1.280.315,24	-	1.280.315,24	1.280.315,24	08/JUL/2013	31/MAI/2014	1
3	675530	154072	477.374,81	-	477.374,81	477.374,81	15/JUL/2013	31/DEZ/2013	1
3	675531	154072	374.221,17	-	374.221,17	374.221,17	15/JUL/2013	30/NOV/2013	1
3	675532	150244	227.600,00	-	227.600,00	227.600,00	01/AGO/2013	31/JAN/2014	1
3	675533	150244	163.555,00	-	163.555,00	163.555,00	01/AGO/2013	31/JAN/2014	1
3	675534	150432	1.271.032,18	-	1.271.032,18	1.271.032,18	15/MAI/2013	30/SET/2014	5
3	675535	150246	1.137.458,00	-	1.137.458,00	1.137.458,00	01/JUL/2013	30/JUN/2014	1
3	675538	154145	45.400,00	-	45.400,00	45.400,00	26/JUN/2013	30/JUN/2014	1
3	675541	150246	423.000,00	-	423.000,00	423.000,00	14/MAI/2013	30/MAI/2014	1
3	675542	150246	513.000,00	-	513.000,00	513.000,00	14/MAI/2013	30/MAI/2014	1
3	675543	150246	59.569,00	-	59.569,00	59.569,00	14/MAI/2013	30/MAI/2014	1
3	675545	150244	385.868,00	-	385.868,00	385.868,00	14/MAI/2013	30/MAI/2014	1
3	675546	150244	59.569,00	-	59.569,00	59.569,00	01/AGO/2013	31/MAI/2014	1
3	675547	150244	58.695,39	-	58.695,39	58.695,39	14/MAI/2013	30/MAI/2014	1
3	675548	150244	251.362,00	-	251.362,00	251.362,00	14/MAI/2013	30/MAI/2014	1

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Ebserrh

CNPJ: 15.126.437.0001-43 UG/GESTÃO: 155007/26443

Informações sobre as Transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Contrapartida	Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global			No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	675549	150244	180.000,00	-	-	180.000,00	180.000,00	14/MAI/2013	30/MAI/2014	1
3	675561	150248	31.998,40	-	-	31.998,40	31.998,40	05/AGO/2013	30/DEZ/2013	1
3	675562	150247	56.200,00	-	-	56.200,00	56.200,00	29/AGO/2013	31/AGO/2014	1
3	675563	150246	1.379.490,00	-	-	1.379.490,00	1.379.490,00	01/AGO/2013	31/DEZ/2013	1
3	675566	150244	3.376.560,00	-	-	3.376.560,00	3.376.560,00	01/AGO/2013	31/DEZ/2013	1
3	675568	150244	1.326.000,00	-	-	1.326.000,00	1.326.000,00	01/AGO/2013	31/DEZ/2013	1
3	675570	150246	2.427.195,76	-	-	2.427.195,76	2.427.195,76	15/MAI/2013	30/SET/2014	1
3	675572	150218	1.646.891,80	-	-	1.646.891,80	1.646.891,80	09/ABR/2013	31/DEZ/2013	5
3	675586	153071	67.800,00	-	-	67.800,00	67.800,00	14/JUN/2013	31/DEZ/2013	1
3	675647	158172	615.071,83	-	-	615.071,83	615.071,83	25/JUL/2013	30/SET/2014	1
3	675658	150247	10.521,00	-	-	10.521,00	10.521,00	01/JUL/2013	30/SET/2013	1
3	675663	150426	345.758,92	-	-	345.758,92	345.758,92	01/JUL/2013	30/ABR/2014	1
3	675664	150426	510.442,46	-	-	510.442,46	510.442,46	01/JUL/2013	30/MAR/2014	1
3	675665	150426	509.363,07	-	-	509.363,07	509.363,07	01/JUL/2013	30/JAN/2014	1
3	675666	150426	53.830,35	-	-	53.830,35	53.830,35	01/JUL/2013	30/SET/2013	1
3	675725	150247	25.600,00	-	-	25.600,00	25.600,00	01/AGO/2013	31/DEZ/2013	1
3	675727	150246	227.600,00	-	-	227.600,00	227.600,00	14/MAI/2013	31/JAN/2014	1
3	675729	150246	163.555,00	-	-	163.555,00	163.555,00	14/MAI/2013	31/JAN/2014	1
3	675737	150229	810.250,01	-	-	810.250,01	810.250,01	01/AGO/2013	30/ABR/2014	1
3	675739	150229	2.216.566,46	-	-	2.216.566,46	2.216.566,46	01/JUL/2013	31/JAN/2014	1
3	675741	150426	23.100,00	-	-	23.100,00	23.100,00	01/AGO/2013	31/DEZ/2013	1
3	675765	150224	11.600,00	-	-	11.600,00	11.600,00	09/SET/2013	31/DEZ/2013	1

Unidade Concedente ou Contratante												
Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Ebserh												
CNPJ: 15.126.437.0001-43 UG/GESTÃO: 155007/26443												
Informações sobre as Transferências												
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados			Valores Repassados			Vigência		Sit.	
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim				
3	675789	150218	1.646.891,80	-	1.646.891,80	1.646.891,80	09/ABR/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675895	150248	26.122,25	-	26.122,25	26.122,25	09/SET/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675896	150247	6.700,00	-	6.700,00	6.700,00	01/AGO/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675898	154357	107.500,00	-	107.500,00	107.500,00	16/SET/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675906	154072	887.419,50	-	887.419,50	887.419,50	08/AGO/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675907	150220	955.756,18	-	955.756,18	955.756,18	07/AGO/2013	31/JUL/2014	5			
3	675909	150221	165.000,00	-	165.000,00	165.000,00	16/SET/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675911	154145	2.071.832,20	-	2.071.832,20	2.071.832,20	22/AGO/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675913	150221	634.000,00	-	634.000,00	634.000,00	16/SET/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675921	150221	170.000,00	-	170.000,00	170.000,00	16/SET/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675932	154716	1.999.919,18	-	1.999.919,18	1.999.919,18	15/AGO/2013	30/NOV/2013	5			
3	675934	150220	955.756,18	-	955.756,18	955.756,18	07/AGO/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675951	150426	29.000,00	-	29.000,00	29.000,00	01/AGO/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675952	150426	1.404,00	-	1.404,00	1.404,00	08/AGO/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675953	150426	12.900,00	-	12.900,00	12.900,00	01/AGO/2013	31/DEZ/2013	1			
3	675955	154716	1.999.919,18	-	1.999.919,18	1.999.919,18	01/SET/2013	30/NOV/2013	1			
3	675996	150432	8.700,00	-	8.700,00	8.700,00	25/SET/2013	31/DEZ/2013	1			
3	676085	155001	3.970.000,00	-	3.970.000,00	3.970.000,00	18/MAR/2013	31/DEZ/2013	1			
3	676112	153047	3.000.000,00	-	3.000.000,00	3.000.000,00	17/OUT/2013	31/OUT/2013	1			
3	676238	154106	635.405,53	-	635.405,53	635.405,53	24/OUT/2013	31/DEZ/2013	1			
3	676279	153047	1.634.181,93	-	1.634.181,93	1.634.181,93	29/MAI/2013	31/DEZ/2013	1			
3	676286	153808	1.192.392,78	-	1.192.392,78	1.192.392,78	22/AGO/2013	31/DEZ/2013	1			

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Ebserh

CNPJ: 15.126.437.0001-43 U/G/GESTÃO: 155007/26443

Informações sobre as Transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	676313	153031	10.500.000,00	-	10.500.000,00	10.500.000,00	10/OUT/2013	31/DEZ/2014	1
3	676319	150248	199.100,00	-	199.100,00	199.100,00	10/OUT/2013	31/DEZ/2013	1
3	676406	158172	5.800,00	-	5.800,00	5.800,00	07/AGO/2013	31/DEZ/2013	1
3	676408	153808	5.421.872,07	-	5.421.872,07	5.421.872,07	04/NOV/2013	30/NOV/2013	1
3	676453	150231	3.706.000,80	-	3.706.000,80	3.706.000,80	05/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676462	153047	97.600,00	-	97.600,00	97.600,00	30/OUT/2013	31/DEZ/2013	1
3	676463	154106	2.013.007,10	-	2.013.007,10	2.013.007,10	04/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676465	154357	4.000.000,00	-	4.000.000,00	4.000.000,00	05/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676561	150221	440.712,00	-	440.712,00	440.712,00	01/JUL/2013	31/DEZ/2013	1
3	676588	154106	5.135.110,90	-	5.135.110,90	5.135.110,90	12/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676624	150218	164.129,96	-	164.129,96	164.129,96	13/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676625	150232	112.341,21	-	112.341,21	112.341,21	13/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676626	150231	10.272.644,15	-	10.272.644,15	10.272.644,15	13/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676627	150229	3.743.167,89	-	3.743.167,89	3.743.167,89	13/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676632	154357	5.190.450,00	-	5.190.450,00	5.190.450,00	14/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676650	154040	46.800,00	-	46.800,00	46.800,00	14/NOV/2013	28/FEV/2014	1
3	676666	155001	3.680.000,00	-	3.680.000,00	3.680.000,00	01/JAN/2013	31/DEZ/2013	1
3	676671	154106	9.023.946,65	-	9.023.946,65	9.023.946,65	14/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676686	150221	6.495,54	-	6.495,54	6.495,54	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676687	154072	7.375,80	-	7.375,80	7.375,80	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676688	153071	2.668,16	-	2.668,16	2.668,16	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676689	154177	3.105,62	-	3.105,62	3.105,62	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Ebserb

CNPJ: 15.126.437.0001-43 UG/GESTÃO: 155007/26443

Informações sobre as Transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	676690	158172	10.773,08	-	10.773,08	10.773,08	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676691	150221	6.759,57	-	6.759,57	6.759,57	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676692	153054	2.721,57	-	2.721,57	2.721,57	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676693	153071	2.321,88	-	2.321,88	2.321,88	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676694	150426	32.690,41	-	32.690,41	32.690,41	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676695	150247	31.374,19	-	31.374,19	31.374,19	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676697	153031	382.183,87	-	382.183,87	382.183,87	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676698	150233	3.417.723,86	-	3.417.723,86	3.417.723,86	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676700	150232	2.728.585,16	-	2.728.585,16	2.728.585,16	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676702	153808	2.059.748,70	-	2.059.748,70	2.059.748,70	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676703	150218	1.461.599,04	-	1.461.599,04	1.461.599,04	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676704	158172	2.562.563,41	-	2.562.563,41	2.562.563,41	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676705	153054	727.475,00	-	727.475,00	727.475,00	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676706	153057	1.809.754,45	-	1.809.754,45	1.809.754,45	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676707	154035	3.820.150,21	-	3.820.150,21	3.820.150,21	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676708	158196	1.894.430,24	-	1.894.430,24	1.894.430,24	18/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	676729	153610	2.034.017,02	-	2.034.017,02	2.034.017,02	19/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	677084	154070	400.000,00	-	400.000,00	400.000,00	05/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
3	677085	153047	3.000.000,00	-	3.000.000,00	3.000.000,00	05/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
3	677086	150224	3.000.000,00	-	3.000.000,00	3.000.000,00	05/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
3	677088	150221	2.000.000,00	-	2.000.000,00	2.000.000,00	05/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
3	677089	150248	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	05/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Ebsersh

CNPJ: 15.126.437.0001-43 UG/GESTÃO: 155007/26443

Informações sobre as Transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	677111	150233	1.600.000,00	-	1.600.000,00	1.600.000,00	05/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
3	677242	150244	2.500.000,00	-	2.500.000,00	2.500.000,00	09/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
3	677244	153071	1.100.000,00	-	1.100.000,00	1.100.000,00	05/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
3	677245	153047	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	12/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
3	677246	154716	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	12/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
3	677247	150247	1.300.000,00	-	1.300.000,00	1.300.000,00	12/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
3	677248	154177	800.000,00	-	800.000,00	800.000,00	06/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
3	677304	154106	38.000,00	-	38.000,00	38.000,00	06/DEZ/2013	31/DEZ/2013	5
3	677305	158196	12.400,00	-	12.400,00	12.400,00	22/NOV/2013	31/DEZ/2013	1
3	677309	154106	38.000,00	-	38.000,00	38.000,00	06/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1
			208.694.411,79	-	208.694.411,79	208.694.411,79	06/DEZ/2013	31/DEZ/2013	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Sisoft Gerencial

4.2.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 24. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Ebserh					
CNPJ:	15.126.437.0001-43					
UG/GESTÃO:	155007/ 26443					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	NÃO SE APLICA					
Contrato de Repasse	NÃO SE APLICA					
Termo de Cooperação	157	0	0	209.965.443,97	-	-
Termo de Compromisso	NÃO SE APLICA					
Totais	157	0	0	209.965.443,97	-	-

Fonte: Sisti Gerencial

4.2.3. Análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício

Nos exercícios de 2011 e 2012, não houve instrumentos celebrados, nem liberação de recursos sob a gestão da Ebserh. Dentre as transferências efetuadas no exercício de 2013 não foram encontradas situações de inadimplência. Visando atender a legislação pertinente sobre os contratos de repasses financeiros entre a Administração Pública Federal e entidades públicas para a execução de projetos, assim como a regulamentação técnica específica para elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, a Diretoria de Logística e Infraestrutura Hospitalar/Ebserh adota as ações a seguir descritas:

- a. *Recebimento das propostas enviadas pelos Hospitais Universitários Federais* para execução de obras novas, ampliações e reformas considerando a pactuação do Comitê Gestor do Rehuf, a pactuação entre o Ministério da Saúde (MS), MEC, MPOG, representação dos Hospitais Universitários Federais, gestores estaduais e gestores municipais no que diz respeito à assistência, ensino/pesquisa e a ampliação de serviços no sentido de atender às necessidades levantadas pelos gestores locais;
- b. *Elaboração de Parecer Técnico* com análise, avaliação e verificação de conformidade dos projetos básicos de arquitetura e engenharia, orçamentos, cronogramas físico-financeiros e demais documentos necessários à aprovação das propostas para fins de descentralização de recursos financeiros pela Ebserh, para que os Hospitais Universitários Federais realizem os processos licitatórios e contratação de empresas para execução das obras;
- c. *Monitoramento e acompanhamento da execução das obras por meio consulta e emissão de relatórios do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec)*. O Módulo de Monitoramento de Obras do Simec é a ferramenta utilizada pela Ebserh para planejamento, acompanhamento e monitoramento das obras de Hospitais Universitários Federais. É obrigatório o seu uso para toda e

qualquer obra realizada nos hospitais, para qualquer fonte do recurso. O Simec possibilita a transparência no monitoramento, que visa assegurar a efetiva gestão dos recursos públicos e sua eficiência e eficácia na aplicação em obras. As atividades de monitoramento da equipe da Ebserh são desenvolvidas com base nas informações disponibilizadas no Módulo de Monitoramento de Obras. Portanto, devem ser cadastradas todas as obras pleiteadas pelo Hospital, desde o seu planejamento e aprovação, até a sua conclusão. Precisam ser atualizadas regularmente, conforme as medições, relatando de forma detalhada a situação em que a obra se encontra;

- d. *Monitoramento e acompanhamento da execução das obras por meio de visitas técnicas aos Hospitais Universitários Federais em conjunto com o fiscal da obra indicado pelo Hospital Universitário Federal e emissão de relatório da situação encontrada, para as tomadas de providências que se façam necessárias.*

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS⁷

5.1. Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1. Lotação

Quadro 25. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	24.009	1.094	1.108	84
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	24.009	1.094	1.108	84
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	22.310	850	921	69
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas*	1.699	243	186	15
2. Servidores com Contratos Temporários**	0	8	1	374
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	41	18	10
4. Total de Servidores (1+2+3)	24.009	1.143	1.127	468

Fonte: MENTORII

* inclusos os servidores ocupantes de Cargo em Comissão e Função Gratificada cedidos à Ebserh com base no art. 93, I, da Lei 8.112/1990.

** contratos amparados no art. 12 da Lei nº 12.550/2011

⁷ Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, destacamos os seguintes subitens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação:

5.1.1. *Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas:* os atos de aposentadoria e pensão não são de responsabilidade desta Empresa, tendo em vista serem pertinentes ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

5.1.5.4. *Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico:* os atos de aposentadoria e pensão não são de responsabilidade desta Empresa, tendo em vista serem pertinentes ao INSS.

5.2.2. *Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados:* conforme Portaria TCU nº 175/2013, deve ser preenchido somente pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou órgão autorizador equivalente.

5.2.6. *Composição do quadro de estagiários:* não há informações a declarar no ano de referência.

5.1.1.2. *Situações que reduzem a força de trabalho*

Quadro 26. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ, situação em dezembro de 2013.

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (§ 4º, do artigo 60, da Lei 8.213/91)	4
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	5

Fonte: MENTORII

5.1.2. Qualificação da força de trabalho

5.1.2.1. Estrutura de cargos e funções

Quadro 27. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas*	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	228	144	95	18
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	228	144	95	18
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	12	13	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	90	64	8
1.2.4. Sem Vínculo	0	42	18	9
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	1471	140	109	7
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	139	108	7
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		284	204	25

Fonte: MENTORH

* A correlação dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Ebserh encontra-se prevista na Nota Técnica nº 31/2013/CGNOR/DENOP/SEGE/MP.

5.1.2.2. Qualificação do quadro de pessoal, segundo a idade

Quadro 28. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	337	388	116	15	3
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	335	382	116	15	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	2	6	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	18	83	95	75	13
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	36	55	37	8
2.3. Funções Gratificadas	10	47	40	38	5
3. Totais (1+2)	355	471	211	90	16

Fonte: MENTORH

5.1.2.3. *Qualificação do quadro de pessoal, segundo a escolaridade*

Quadro 29. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	97	693	0	55	14
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	91	691	0	55	14
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	6	2	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	9	235	0	28	12
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	123	0	12	6
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	6	112	0	16	6
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	106	928	0	83	26

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: MENTORII

5.1.3. Custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 30. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão										
Exercícios	2013	17.055.373,54	1.897.190,15	203.627,50	2.427.279,01	173.961,90	4.619,17	-	-	21.762.051,27
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013	5.919.621,42	380.282,58	776.122,65	656.299,40	430,78	515,91	-	-	7.733.272,74
2012	4.311.646,26	-	206.080,39	961.922,28	-	-	-	-	-	5.479.648,93
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2013	14.938.962,50	-	1.771.709,05	399.925,18	449.321,08	23.540,97	7.435,99	-	-	17.590.894,77
2012	3.804.559,23	-	-	167.835,07	79.432,35	-	-	-	-	4.051.826,65
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
2013	2.812.249,40	-	366.521,28	119.098,21	288.880,43	5.720,50	539,19	-	-	3.593.009,01
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: MENTORH

5.1.4. Cadastramento no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão (Sisac)

5.1.4.1. Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do Sisac

Quadro 31. Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	923	385	923	385
Concessão de aposentadoria	N/A	N/A	N/A	N/A
Concessão de pensão civil	N/A	N/A	N/A	N/A
Concessão de pensão especial a ex-combatente	N/A	N/A	N/A	N/A
Concessão de reforma	N/A	N/A	N/A	N/A
Concessão de pensão militar	N/A	N/A	N/A	N/A
Alteração do fundamento legal de ato concessório	N/A	N/A	N/A	N/A
Totais	923	385	923	385

Fonte: MENTORII

OBS1: Os atos de aposentadoria e pensão não são de responsabilidade desta Empresa, tendo em vista serem pertinentes ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

OBS2: Admissão - considerados os contratados em cargos efetivos e cargos temporários.

5.1.4.2. Atos sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro 32. Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	443	7	443	7
Cancelamento de concessão	N/A	N/A	N/A	N/A
Cancelamento de desligamento	N/A	N/A	N/A	N/A
Totais	443	7	443	7

Fonte: MENTORII

OBS: Desligamento - considerados os contratados em cargos efetivos e cargos temporários.

5.1.4.3. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro 33. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	923
Concessão de aposentadoria	N/A	N/A	N/A	N/A
Concessão de pensão civil	N/A	N/A	N/A	N/A
Concessão de pensão especial a ex-combatente	N/A	N/A	N/A	N/A
Concessão de reforma	N/A	N/A	N/A	N/A
Concessão de pensão militar	N/A	N/A	N/A	N/A
Alteração do fundamento legal de ato concessório	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	0	0	0	923
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	443
Cancelamento de concessão	N/A	N/A	N/A	N/A
Cancelamento de desligamento	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	0	0	0	443

Fonte: MENTORH

OBS: Os atos de aposentadoria e pensão não são de responsabilidade desta Empresa, tendo em vista serem pertinentes ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

5.1.5. Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

a) Controles internos

A Ebserh tem adotado como procedimento em todos os atos de contratação, seja de concursados ou de nomeações para cargos em comissão/funções gratificadas, o preenchimento do formulário de “Acumulação de Cargos”, bem como pesquisa na base de dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), quanto à existência de outro vínculo funcional federal.

Identificada a existência de outro vínculo ativo, registrado no Siape, antes da contratação é encaminhado comunicado ao candidato, via e-mail, para que apresente comprovante de desligamento do outro vínculo ou de redução de carga horária semanal de trabalho. O candidato deve apresentar, no ato de assinatura de seu contrato, documento que comprove a situação no outro vínculo.

No caso de nomeação para exercício de cargo em comissão/função gratificada também é realizada consulta à base de dados do Siape e são tomadas as providências necessárias para que o nomeado apresente comprovante de desligamento de outro vínculo, ou seja solicitada a sua cessão para o exercício de função.

Persistindo os indícios de acumulação após a nomeação ou assinatura de contrato, é aberto processo para notificar o empregado da necessidade de regularização de sua situação funcional. Também é encaminhada correspondência ao Serviço de Recursos Humanos do(s) outro(s) vínculo(s), para que sejam informadas a carga horária e a jornada diária de trabalho, de forma a permitir a análise da compatibilidade entre as jornadas de trabalho, em cumprimento à legislação vigente.

b) Periodicidade dos controles

Destacamos que o quadro de pessoal definitivo desta empresa começou a ser preenchido em março de 2013, e a análise de indícios de acumulação foi realizada no momento da contratação/assinatura do contrato/nomeação, o que tem se mostrado suficiente até o momento, tendo em vista que o primeiro ano de contrato se completa em março de 2014. Há previsão de se proceder à busca ativa nas bases do Siape anualmente.

c) Eficácia e eficiência dos controles

Entendemos que os mecanismos ora instituídos têm se mostrado eficazes, pois possibilitam a identificação de duplicidade em relação aos vínculos federais, e eficientes pois os empregados notificados têm procedido, via-de-regra, aos ajustes solicitados. Tivemos dois casos de empregados que entraram com ação judicial e ganharam o direito de acumulação de carga horária superior a 60 horas semanais.

Entretanto, detectamos certa fragilidade no controle das informações relativa a vínculos públicos nas esferas de governo estaduais e municipais, devido à ausência de banco de dados unificado. Nesses casos, não há como confirmar as informações prestadas pelos empregados no formulário de acumulação de cargos preenchido pelos mesmos.

d) Quantitativo de empregados que acumulam cargos

Foram analisados até o momento 23 processos de indícios de acumulação. Desses, foram consideradas acumulações legais 8 casos, em que a acumulação somava 64 horas. Entendemos, com base no princípio da razoabilidade, que a acumulação de empregos é prática corrente na área da saúde, e que, em que pese o desgaste físico e emocional dos trabalhadores, poderiam ser aceitas até 70 horas de jornada. Salientamos que dois empregados ingressaram com ação judicial e obtiveram êxito quanto a carga horária superior a 70 horas semanais. Atualmente, há ainda 15 processos em andamento, aguardando retorno do pedido de informação do outro vínculo.

5.1.6. Providências adotadas em casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Quantitativo de notificações de situações irregulares

Foram analisados até o momento 23 processos de indícios de acumulação. Desses, há 8 casos em que os empregados ocupam dois cargos cujo somatório das cargas horárias é de 64 horas; em 10 processos a carga horária dos vínculos é superior a 76 horas; e 5 possuem dois cargos com jornada de 40 horas cada um, somando 80 horas.

Nos processos cuja soma das cargas horárias é superior a 70 horas semanais, os empregados foram notificados para que apresentem comprovante de desligamento ou redução de jornada de um dos vínculos, por se tratar de cargos cuja acumulação é permitida mas há necessidade de analisar a compatibilização das jornadas. Isso resultou em notificação de 15 empregados.

5.1.7. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

a) Indicadores de gestão de recursos humanos existentes

Os dados disponíveis em relação à força de trabalho dos hospitais universitários vinculados à Ebserrh, hoje, se referem aos quantitativos de pessoal regido pela Lei nº 8.112/90, e da força de trabalho que ao longo dos anos foi “precarizadamente terceirizada” em cada um deles. Estes últimos somente são disponibilizados a partir da tomada de decisão de adesão à gestão pela empresa, quando a nossa equipe de dimensionamento de pessoal verifica in loco as informações prestadas pelos dirigentes dos hospitais, com vista à elaboração do processo de solicitação de autorização de vagas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Por esta razão os indicadores de gestão relacionados aos quantitativos de pessoal são construídos na medida em que é possível ter acesso a todos os dados da força de trabalho, visto que somente os dados dos servidores regidos pela Lei nº 8112, de 1990, estão registrados no Siape.

No que diz respeito ao estabelecimento de parâmetros para o dimensionamento de pessoal adequado para os hospitais universitários, de forma a garantir a efetividade e a potencialização do atendimento eficaz de cada comunidade onde se localiza cada unidade hospitalar, há que se destacar que a empresa vem construindo metodologia própria, uma vez que os referenciais existentes em literatura e experiência relatadas são pouco específicos, exceto em relação ao pessoal de enfermagem.

A metodologia ora utilizada foi validada junto ao Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento, embora este último tenha proposto um critério básico inicial que parametriza os quantitativos autorizados até o momento pela relação funcionários/leito. Apesar de se reconhecer que os dados apresentados pela Ebserrh têm coerência, houve um acordo de se proceder a um provimento inicial numa primeira fase com quantitativos menores do que os dimensionados como adequados para cada hospital. Após a entrada dos primeiros autorizados, há acordo de se proceder à revisão dos quadros, condicionada à análise da performance do hospital em relação às metas pactuadas de produção, por meio do acompanhamento de indicadores de resultados colocados em contrato.

A partir da assinatura do contrato entre cada universidade e Ebserrh, passa a ser responsabilidade da empresa a realização dos concursos públicos para o provimento das vagas autorizadas pelo MPOG e o gerenciamento da força de trabalho total. Portanto, temos como indicadores iniciais, a serem mensurados periodicamente a partir do início das contratações:

- número de servidores do Regime Jurídico Único existentes em atuação no Hospital Universitário Federal;
- número de trabalhadores com vínculos precários em atividade;
- número de empregados concursados admitidos;
- número de trabalhadores com vínculo precário substituídos;
- número de empregados que passaram por processo de integração ao serviço;
- horas/capacitação/empregado/mês.

Cabe salientar que, tendo em vista a carência absoluta de pessoal verificada em alguns hospitais, a efetiva substituição dos vínculos precários somente será possível a partir do momento em que o quadro de pessoal obtido com as contratações de novos empregados seja suficiente para a manutenção dos serviços necessários ao adequado atendimento à população e cumprimento das metas pactuadas com os gestores locais da saúde. Portanto, a mensuração da taxa de substituição de vínculos precários é informação relevante para o acompanhamento dos resultados desses hospitais.

b) Indicadores de gestão de recursos humanos a serem implementados

A Ebserrh acaba de adquirir um Sistema de Gestão de Pessoas que permite o registro informatizado de todas as funcionalidades necessárias à gestão de pessoas, para que, em médio prazo, seja possível a inserção e a comparação dos diferentes dados da força de trabalho de cada hospital por ela gerenciado.

A partir da efetiva operação deste sistema será possível construir outros indicadores clássicos de gestão de pessoas, tais como: absenteísmo, *turnover*, gastos com pessoal, avaliação de desempenho, progressão em carreira, ascensão de empregados por mérito a cargos de confiança etc.

5.1.8. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Quadro 34. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares		CNPJ: 11.432.298/0001-25											
UG/Gestão: 26443		Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	11/2012	11.818.593/0001-14	17/12/2012	16/12/2014	9	8	0	1	0	0	P
2013	V	O	4/2013	06.311.155/0001-25	25/03/2013	24/03/2014	6	0	0	6	0	0	A

LEGENDA

Área: (L.) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Fiscais de contrato

5.1.9. Informações sobre locação de mão-de-obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do órgão

Quadro 35. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares													
UG/Gestão: 26443													
CNPJ: 11.432.298/0001-25													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	05/2013	08.466.488/0001-59	01/04/2013	20/11/2013	16	0	0	5	0	1	E
2013	2	O	24/2013	04.816.857/0001-35	19/11/2013	18/11/2013	16	0	0	10	0	0	A
2013	4	O	03/2013	38.054.508/0001-45	11/03/2013	10/03/2014	9	2	0	4	0	0	A
2012	5	O	39/2012	08.139.629/0001-29	26/12/2012	25/12/2013	0	0	6	4	0	2	P
2012	12	O	39/2012	08.139.629/0001-29	26/12/2012	25/12/2013	10	2	13	19	0	2	P
2013	12	O	13/2012	11.545.051/0001-15	19/12/2012	18/12/2014	0	0	27	18	3	9	P

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copiagem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
12. Outros.

Fonte: Fiscais de contrato

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO⁸

6.1. Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

6.1.1. Frota de veículos automotores a serviço da Unidade Jurisdicionada, mas contratada de terceiros

a) Quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização

Sobre a necessidade de demonstração da economicidade na locação de veículos com motorista, é importante ressaltar que a Ebserh, por ser uma Empresa Pública recente, ainda não possui histórico próprio para avaliar a questão de maneira mais aprofundada. Ademais, não havia previsão orçamentária, para o exercício de 2013, que contemplasse a aquisição de veículos para atender a sede da Ebserh. Dessa forma, a fim de realizar uma avaliação prévia, foi utilizada como parâmetro a realidade do Ministério da Fazenda, demonstrada no “Relatório Circunstanciado: racionalização dos serviços de transportes do Ministério da Fazenda no Distrito Federal”, elaborado no ano de 2012. A fim de demonstrar o tamanho da estrutura necessária à administração de frota própria, cumpre destacar que o Ministério da Fazenda possui 136 (cento e trinta e seis) veículos em funcionamento, que requerem 5 (cinco) contratos somente para o fornecimento de peças e serviços (manutenção) e 1 (um) para fornecimento de combustível, além de garagem própria com infraestrutura para sua manutenção e guarda.

Em que pese a contratação pela Ebserh se referir a apenas 10 (dez) veículos, número muito inferior ao existente no Ministério da Fazenda, a estrutura mínima necessária a sua manutenção se mostra similar, uma vez que a aquisição de peças, combustível e a contratação de serviços, ainda que em quantidade proporcionalmente menor, gerará contratações de mesmo objeto. Assim, diante do grande número de contratações necessárias à manutenção dos veículos, que requerem fiscalização e acompanhamento contínuo, e a estrutura necessária à sua manutenção, a aquisição não se mostra viável, considerando a fase de desenvolvimento em que se encontra a Ebserh.

Além disso, tendo em vista o constante, imprevisível e vertical crescimento da empresa, a locação de veículos se mostrou o meio mais rápido e efetivo de atender sua demanda de forma satisfatória e gradual, já que, por não possuir histórico, constou do Termo de Referência previsão de solicitação parcial e gradativa dos veículos, de acordo com o crescimento da empresa. Não obstante, ainda que a Ebserh possuísse estrutura para suportar os reflexos da aquisição dos veículos e sua efetiva demanda fosse encontrada a partir de histórico robusto e confiável, necessária seria a realização de avaliação completa das vantagens e desvantagens de cada tipo de solução, resumido no Quadro 35, baseado no estudo realizado pelo Ministério da Fazenda.

⁸ Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, destacamos os seguintes subitens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação:

Frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada: não há informações a declarar no ano de referência.

6.2.1. *Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial:* não há informações a declarar no ano de referência.

6.2.2. *Discriminação de bens imóveis sob a responsabilidade da Unidade Jurisdicionada, exceto imóvel funcional:* não há Bens Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ.

Quadro 36. Vantagens e desvantagens quanto ao uso de frota própria ou alugada, Ebserh, 2013.

Item de Custo	Frota Própria (Custos)	Frota Alugada (Benefícios)
Licenciamento e emplacamento	O Órgão administra	Já vem licenciado e emplacado
Distribuição logística do veículo	O Órgão distribui	Entregue onde solicitado
Seguro	O Órgão contrata e custeia	Já incluso no aluguel
Peças de reposição	O Órgão adquire	Empresa terceirizada paga a conta
Pessoal para reposição	O Órgão contrata e remunera	Empresa terceirizada
Veículo reserva	O Órgão tem que manter	Fornecido pela empresa terceirizada
Assistência 24 horas	Não tem	Serviço fornecido pela empresa terceirizada
Perdas por roubo, colisão ou incêndio	O Órgão administra -	O risco é da empresa terceirizada
Assessoria Jurídica para sinistros	O Órgão contrata	A empresa terceirizada cuida de tudo
Custo de oportunidade do Capital	-	A empresa terceirizada investe na sua frota
Impostos	O Órgão paga	As despesas são da empresa terceirizada
Custos financeiros sobre ociosidade da frota	O Órgão suporta	São pagos pela empresa terceirizada
Investimento na renovação da frota	O Órgão administra	É por conta da empresa terceirizada
"Dor de cabeça" com a Frota	O Órgão administra	É da empresa terceirizada

Tendo em vista que essa avaliação requer histórico, estudo e tempo, infelizmente não foi possível realizá-la no exercício de 2013, uma vez que a necessidade de disponibilização de veículos para atender à sede da Ebserh era premente. A título de informação, até de dezembro de 2012 a empresa funcionava de forma provisória em edifício anexo ao Ministério da Educação, que fornecia toda a estrutura física e contratual acessória para seu funcionamento, inclusive relativa à disponibilização de veículos. Em 2013 houve a mudança da sede da Ebserh para local próprio, tendo sido imperiosa a contratação de todos os serviços necessários a seu pleno funcionamento de forma autônoma. De qualquer forma, diante da importância da realização de estudo para escolha de modelo de contratação definitivo à empresa, este deverá ser realizado pela Ebserh no decorrer dos próximos dois anos, prazo razoável para sua completa instalação e obtenção de histórico confiável.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte
 CARMAXX - CNPJ nº 04.816.857/0001-35

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão

Pregão Eletrônico nº 26/2013

Contrato nº 24/2013

Vigência: 19/11/2013 a 18/11/2014

Valor contratado: R\$ 733.348,08

Valores pagos até o final de 2013: R\$ 50.563,00

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Está em elaboração a Norma Operacional destinada a reger o serviço de transporte local de usuários no âmbito da Ebserh. Enquanto a normatização não entra em vigor, utiliza-se por analogia os dispositivos cabíveis das regras postas para a Administração Direta. Assim, temos como base o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, e a Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A frota de veículos é necessária para atender a necessidade de deslocamento de empregados da sede da Ebserh, em razão da grande demanda de serviços administrativos, como entrega de documentos, tramitação de processos, bem como transporte de empregados e autoridades a serviço da Ebserh. A inexistência e não opção por aquisição de frota própria tornam imprescindível a execução do serviço em questão, sem o qual não seria possível desempenhar as atribuições destinadas à empresa.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

Veículos institucionais: 3 (foram licitados 6)

Veículos comuns: 4

Total de veículos: 10

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra

Veículos institucionais: 20.364km

Veículos comuns: 16.884 km

h) Idade média anual, por grupo de veículos

Veículos institucionais: 6 meses

Veículos comuns: 6 meses

i) Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado

Os custos de manutenção da frota estão incluídos no contrato de locação de veículos.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente

A unidade dispõe de Fiscal de Contrato e substituto formalmente designados, que acompanham a prestação dos serviços diariamente, atuando preventivamente na gestão dos riscos da contratação. Sobre a fiscalização mensal, pautada na documentação para pagamento, há *check-list* padronizado para conferência dos requisitos. Além disso, há preposto da empresa localizado na sede da Ebserh, facilitando o controle a prestação dos serviços. Em relação às especificações da locação de veículos, a inclusão de Sistema de Rastreamento por GPS (*Global Positioning System*), que informa com precisão a localização dos veículos em tempo real com histórico para consultas de até de dois meses, contribui efetivamente para evitar que saídas de veículos não autorizadas venham a ser pagas pela empresa. Por fim, ressalta-se que diversos comunicados institucionais foram realizados pela equipe de fiscalização com o intuito de determinar as regras da concessão do serviço e relembrar aos colegas as suas formas de utilização.

6.2. Gestão de patrimônio imobiliário

6.2.1. Distribuição espacial de bens imóveis locados de terceiros

Quadro 37. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	DF	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Serviço de Almoxarifado e Patrimônio

Análise crítica:

A Ebserh possui somente um contrato de locação de imóvel para sua sede em Brasília/DF. Trata-se de locação de três pavimentos em edifício empresarial totalizando 15 salas comerciais.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 38. Gestão de Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.

	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a este departamento e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.

	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Comentários:

Durante o exercício de 2013, a DGPTI da Ebsrh se encontrava em processo de implantação e de estruturação de suas equipes e estratégias emergenciais. Em termos de colaboradores, a primeira equipe de concursados ingressou na Empresa no mês de março de 2013 e preencheu menos de 10% das vagas. No final de maio de 2013, houve a entrada de mais colaboradores, ainda assim atendendo a menos de 30% do total esperado. Ao final do ano, o quadro se aproximou da plenitude inicialmente planejada.

Nesse contexto, que também ocorreu nas demais Diretorias, a DGPTI focou no planejamento e especificação de instrumentos que permitam atender às necessidades de infraestrutura, tecnologia e sistemas dos hospitais universitários. Dessa forma, espera-se iniciar 2014 com esses instrumentos disponíveis para cumprir as metas estabelecidas. Em paralelo, muita dedicação foi empreendida pelo grupo reduzido de colaboradores, para atender às necessidades imediatas da sede, tais como computadores, telefonia, rede, conexão com internet e sistemas básicos de apoio, tal como e-mail corporativo, página eletrônica, *login* corporativo e outros. Em função disso, as questões referentes à contratações estão atualmente melhor avaliadas.

Em relação à governança corporativa de TI, desempenho institucional da gestão e uso corporativos de TI, elaboração do PDTI e outros tópicos deste Relatório, destaca-se que serão abordados com maior propriedade em 2014.

8. GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro 39. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
- Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	As boas práticas de sustentabilidade ambiental acrescentadas aos Termos de Referência da Ebserh utilizaram como referência o Guia de Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP - AGU				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		X			
- Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Certificação do FSC (<i>Forest Stewardship Council</i>) de que os bens são confeccionados com fibras de madeira selecionadas, provenientes de eucalipto e pinus (cultivados em florestas renováveis).				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
- Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Foi solicitada, na aquisição de bens permanentes, a apresentação do Selo <i>Procell</i> de economia de energia e cumprimento às normas da ABNT e do INMETRO. Pela recente implantação da sede da Empresa, não foi possível medir o impacto sobre o consumo.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim (X)			Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Comunicação no Boletim Interno da Ebserh				
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2. Consumo de papel, energia elétrica e água

Quadro 40. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	1.489	0	0	12.588,80	-	-
Água	379	0	0	5.280,38	-	-
Energia Elétrica	104.760	0	0	37.557,48	-	-
Total				55.426,66	-	-

Fonte: Serviço de Almoçamento e Patrimônio e Serviço de Suporte Operacional

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS⁹

9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 41. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Educação					000244
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	009.067/2012-4	1610/2013 – TCU Plenário	9.3	RE	Ofício nº 159/2013/AECI/GM-MEC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares					117267
Descrição da Deliberação					
Recomendar à Ebsersh que:					
9.3.1 institua norma geral, estabelecendo regras e critérios, obedecida a legislação aplicável, a serem observados nos processos de recrutamento e seleção dos profissionais a serem alocados no desenvolvimento das atividades dos IUs, especialmente para a área de licitações e contratos, buscando privilegiar a alocação de mão de obra capacitada;					
9.3.2 oriente os IUs a realizar o acompanhamento do desempenho dos profissionais, instituindo sistema formal de avaliação de desempenho, com o intuito de melhorar os controles internos de cada unidade, estimular o alcance de metas organizacionais e a promoção do desenvolvimento dos seus recursos humanos;					
9.3.3 institua política de capacitação, de forma regulamentada, com o objetivo de estimular o aprimoramento dos servidores dos IUs na legislação e jurisprudência aplicáveis aos seus processos de trabalho, especialmente aqueles relacionados com as áreas de licitações e contratos, planejamento de atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços, bem como identificação de fraudes, conluios e outros ilícitos relacionados às contratações da entidade;					
9.3.4 promova ações com vistas à capacitação dos gestores dos IUs em práticas de gestão de forma a permitir a implementação de filosofia gerencial que contemple a gestão de riscos e controles internos;					
9.3.5 Avalie a possibilidade de contemplar mais IUs com o processo de Acreditação ou, alternativamente, caso a inclusão não seja considerada viável, que, na medida do possível, estimule a implementação das atividades consideradas de excelência nos IUs não contemplados no processo.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
9.3.1- 9.3.2- 9.3.3 DGP; 9.4 ASPLAV; 9.5 DASGC					-
Síntese da Providência Adotada					

⁹ Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Controladoria-Geral da União, destacamos os seguintes subitens que não se aplicam à realidade da Empresa e os motivos da não aplicação:

9.2.1. *Recomendações do Órgão de Controle Interno atendidas no exercício*: não há informações a declarar no ano de referência.

9.5. *Medidas adotadas em caso de dano ao erário*: não há informações a declarar no ano de referência.

Elaboração do Regulamento de Pessoal; Realização de Cursos de Capacitação; Visitas de Certificação. O **Regulamento de Pessoal** é composto de 21 capítulos que abrange todos os tópicos de movimentação, registro e controle de pessoal, tais como: quadro de pessoal; Plano de Cargos, Carreiras e Salários; Cargos em Comissão e Funções Gratificadas; Processo de Recrutamento e Seleção; Admissão e Contratação; Remuneração; Benefícios; Progressão Funcional; Jornada de Trabalho; Registro e Controle de Frequência e de Presença; Férias; Licenças e Afastamentos; Deveres e Proibições; Rescisão do Contrato de Trabalho; Requerimento de Direitos pelo Empregado; Substituição de Cargo em Comissão ou Função Gratificada; Transferência e Remoção; Cessão; Penalidades; Responsabilidade; e Disposições Gerais.

Projeto de Capacitação e Planos Diretores 2013-2014 dos IUs: viabilizado por meio de cooperação firmada entre a Ebserhi e o Hospital Sírio Libanês, tem o objetivo de contribuir para a qualificação da gestão dessas instituições, por meio da capacitação de profissionais e gestores, visando à integralidade do cuidado no SUS. Na primeira etapa do projeto, iniciada em agosto de 2013, participam gestores de dez IUs e tem duração de 10 meses. Os planos são elaborados a partir da priorização das ações a serem implementadas em cada unidade e da construção de um plano de ação para os próximos dois anos. Os IUs contemplados na primeira etapa são: HUB Brasília; IU Getúlio Vargas – AM; HU Grande Dourados- MS; IU Santa Maria- RS; HU Maranhão; HU Onofre Lopes- RN; HU-PI; HC Triângulo Mineiro-MG; HC- UFMG; HU Cassiano Antonio de Moraes- ES. Na segunda etapa do projeto, os atuais participantes serão os replicadores da capacitação para os demais hospitais, em cronograma ainda a ser elaborado.

Certificação dos Hospitais de Ensino: A Ebserhi tem a responsabilidade de operacionalizar o processo de certificação, coordenado pelos Ministérios da Saúde e da Educação, cujo objetivo é certificar hospitais que desenvolvem, além da atividades de atenção à saúde, as de formação de recursos humanos na área da saúde e pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o SUS. Corresponde à verificação dos requisitos obrigatórios legalmente estabelecidos e é desenvolvido por meio de análise documental e da realização de visita à instituição. Atualmente existem 183 hospitais certificados como Hospitais de Ensino no país e, em 2013 foram realizadas 97 visitas in loco distribuídas nas categorias recertificação (renovação da certificação que é válida por dois anos); certificação; e avaliação de execução do termo de ajuste (instrumento utilizado no caso de pendências relativas às exigências para a certificação, estabelecendo prazo para a devida adequação – portaria interministerial MEC/MS 2400/2007).

Síntese dos Resultados Obtidos

O Regulamento de Pessoal foi finalizado e encaminhado para deliberação do Conselho de Administração, prevista para a primeira reunião de 2014.

Projeto de Capacitação e Planos Diretores 2013-2014 dos IUs: em junho de 2014 terão sido capacitados cerca de 100 gestores.

As 97 visitas resultaram em 2013, em 56 validações de certificação/recertificação; 17 gerações de termos de ajuste; e 15 perdas de certificação – não certificação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa						Código SIORG
Ministério da Educação						000244
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
2	-	Acórdão nº 318/2013 – TCU - Plenário		RE	Of. 076/2013/AECI/GM-MEC	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						117267
Descrição da Deliberação						
9.1 – subitem 9.1.3: no prazo de 180 dias, conforme exposto pelo MS na Nota Informativa CGHOSP e DRAC-SAS/MS, de 22/11/2011, procedam à revisão dos normativos relativos à distribuição dos recursos do Programa Interministerial, contemplando na nova matriz critérios destinados a reduzir as desigualdades existentes entre os hospitais, além dos relativos a porte de produção, informando a esse tribunal por ocasião da conclusão do trabalho.						
9.8.1: recomendar aos Ministérios da Educação e da Saúde auxílio à implantação, nos IUs, do Programa de Capacitação Gerencial para o SUS desenvolvido pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, ou de outro programa equivalente.						
9.12.3: divulgue a todos os Hospitais Universitários Federais (IUUF), e às respectivas IFES, a presente deliberação para conhecimento.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
DGP; ASPLAN; DGPTI; DAF; DASGC						-

Síntese da Providência Adotada

Item 9.1 e subitem 9.1.3: A Ebsersh desenvolveu metodologia para distribuição de recursos financeiros do Rehuf, buscando resolver, de uma só vez, os problemas da desigualdade distributiva, da descontinuidade e da complexidade e, ainda, como incentivos para a gestão de indicadores. A nova matriz é resultado da análise e aprovação do Fórum dos Hospitais Universitários, em reunião realizada no dia 17 de maio de 2013 e teve sua metodologia e cálculos desenvolvidos pela Diretoria Administrativa Financeira.

Item 9.5: A Ebsersh mapeou suas necessidades de capacitação e de apoio técnico à elaboração de planos diretores estratégicos nos Hospitais Universitários Federais. Para realizar atividades com vistas a suprir essas necessidades, buscou parceria com o Hospital Sírio-Libanês que, além reconhecido por suas práticas de vanguarda e excelência no atendimento, se constitui também em importante centro de formação e atualização de acadêmicos e profissionais da área de saúde.

Item 9.12.3: elaboração de notas técnicas com a sistematização das recomendações dos Acórdãos 2813/2009 e 0318/2013.

Síntese dos Resultados Obtidos

Item 9.1 e subitem 9.1.3: Foi publicada no DOU, seção 1, de 17 de junho de 2013, a nova matriz de distribuição financeira do recursos do Rehuf aos HUs. Foi publicada no DOU, seção 1, de 17 de junho de 2013, a nova matriz de distribuição financeira do recursos do Rehuf aos HUs. Essa matriz já foi aplicada para distribuição da primeira parcelados recursos do Rehuf/2013, na modalidade custeio, conforme publicado no DOU de 19/07/2013, Portaria MS nº1464, de 18/07/2013.

Item 9.5: A Ebsersh assinou, em maio 2013, com o Hospital Sírio Libanês, contrato de capacitação de cerca de 100 gestores, que teve início em 19/08/2013, com duração de 10 meses.

Item 9.12.3: Foi encaminhado a todos os HUs, as Notas Técnicas n.ºs. 007/2013 e 027/2013, elaboradas pela Diretoria Administrativa Financeira, que sistematizam as recomendações dos Acórdãos 2.813/2009 e 318/2013 (monitoramento do Acórdão 2813/2009), para que os gestores dos HUs pudessem ter uma visão sintética e estruturada dos problemas apontados pelo TCU.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A Ebsersh teve que se estruturar e começar a cumprir sua finalidade concomitantemente à execução de atividades que nos foram delegadas pelo Ministério da Educação, particularmente a de gerenciamento do Rehuf. Inicialmente, existiram dúvidas quanto à competência das respostas às recomendações (se seriam da SESU/MEC ou da Ebsersh), que foram posteriormente esclarecidas junto ao Assessor de Controle Interno.

9.1.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 42. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Educação					000244
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	009.067/2012-4	1610/2013 – TCU Plenário	9.3	RE	Ofício nº 159/2013/AECI/GM-MEC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares					117267
Descrição da Deliberação					
<p>9.2.1. de acordo com a proposta do Ministério da Saúde objeto da Nota Técnica 29/2011 – ATS/DECIT/SCTIE/MS, de 16/11/2011, adotem medidas para a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) com representantes do Ministério Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), entre outros, com vista a elaboração de Portaria que vise à normatização de projetos de pesquisa realizados com recursos privados, de forma a prever, no mínimo, ressarcimento pelo uso de consultas ou de outros procedimentos nos pacientes dos grupos de pesquisa, que deverão ser pagos pelo financiador, observadas, no que couber, as disposições do Acórdão do TCU 2.731/2008 – Plenário, atendendo, assim, à recomendação do item 9.2. do Acórdão 2813/2009;</p> <p>9.3. recomendar ao Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento que institucionalizem e sistematizem o processo de verificação de RH; adotem medidas para dar continuidade às verificações; avaliem a alocação de tempo adequado para sua realização e a necessidade de apurar inconsistências e irregularidades relativas ao cumprimento da jornada de trabalho específica e dos plantões hospitalares; e que atentem para a necessidade de ampliar a verificação para um período maior, que seja suficiente para identificar a totalidade das situações;</p> <p>9.4. recomendar ao Ministério da Educação que institua, como condição para a definição da lotação ideal a para a futura contratação de servidores e para eventual utilização da estrutura de gestão da Ebserh, caso seja essa criada pelo Executivo, a obrigatoriedade de submeter o HUF aos procedimentos de verificação de RH – metodologia definida pela DIIR – e de exigir das instituições (IFES e HUF) a adoção de medidas destinadas a corrigir eventuais problemas encontrados;</p> <p>9.5. recomendar ao Ministério da Educação e ao Comitê Gestor do AGHU que envidem esforços no aumento na velocidade de implantação do sistema AGHU;</p> <p>9.8.1. ao conduzir a política de reestruturação dos HUF, envidem esforços para aperfeiçoar, quando necessário, os mecanismos de articulação e de comunicação efetiva entre a coordenação e os HUF, divulgando tempestivamente: cronogramas atualizados sobre as ações empreendidas, que detalhem responsáveis e metas de cada etapa e responsabilidades dos Ministérios; boas práticas identificadas; diretrizes de padronização de rotinas; planos de capacitação de gestores; e mecanismos de incentivos à melhoria de eficiência dos HUF;</p> <p>9.8.2. oriente os HUF para que seja prevista, na definição dos comitês de pesquisa, a participação, preferencialmente paritária, de representantes da IFES e do HU, de modo a conciliar os interesses acadêmicos e da instituição de saúde;</p> <p>9.8.3. adotem medidas visando ao cumprimento, com maior celeridade, das competências elencadas no art. 3º do Decreto REHUF, em especial as ainda pendentes de início de implementação, relativas aos incisos I (ações acerca do Pacto Global de Desempenho), II (definir metas adicionais e monitorar resultados do Pacto Global), IV (avaliar, aprovar e monitorar os recursos transferidos no âmbito do financiamento global) e V (definir parâmetros de desempenho e diretrizes para negociação dos Pactos Global);</p> <p>9.8.4. sejam adotadas medidas, com certa urgência, visando ao aprimoramento do controle de gastos e de custos dos HUF, por meio da concepção e o desenvolvimento de um módulo de custos no sistema AGHU ou de ferramenta alternativa enquanto não houver a implantação desse módulo, adotando as medidas necessárias para que se possa obter, em prazo menor do que o previsto no projeto AGHU – em que esse módulo é um dos últimos a ser implantado –, informações mais confiáveis e ágeis dos custos envolvidos nos procedimentos e nas internações de todos os HUF da rede;</p> <p>9.11. determinar ao Ministério da Educação e ao Comitê Gestor do AGHU que elabore e remeta a este TCU, a cada 6 (seis) meses, contados da publicação da presente deliberação até aquela que vier a ser tomada no próximo relatório de monitoramento, relatórios de atividades e cronograma atualizado de desenvolvimento e implantação do sistema AGHU, com o conhecimento amplo de todos os HU, gerando com essa medida maior transparência para com todos os envolvidos;</p>					

9.12.1. elabore e remeta ao TCU relatórios de atividades e cronograma atualizado de desenvolvimento e implantação do sistema SIS-Rehuf a cada 6 meses, a contar da data da publicação da presente deliberação até o próximo monitoramento;

9.12.2. encaminhe a este Tribunal, nos prazos de 1 (um) e de 2 (dois) anos, a contar da publicação da presente deliberação, versões atualizadas do Plano de Providências que contenha a descrição das medidas adotadas com vistas ao atendimento das recomendações ainda não implementadas;

9.13. dar ciência ao Ministério da Educação que é necessário proceder à implantação do controle eletrônico de frequência para todos os servidores que estejam a ele obrigados, nos termos dos normativos já citados, alertando-se para a necessidade de instituir mecanismos de vínculo com o sistema da folha de pagamento, para possibilitar o devido desconto das horas não trabalhadas, bem como a implantação de mecanismos antifraude, a exemplo dos controles biométricos.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação

Assessoria da Presidência, DGP, DGPTI, Assessoria de Planejamento e Avaliação.

Código SIORG

Justificativa para o seu não Cumprimento:

9.2.1 Setor responsável: Assessoria da Presidência. Está em desenvolvimento o Programa de Desenvolvimento Tecnológico/Pesquisas Clínicas Estratégicas para o Sistema Único de Saúde (EPECSUS). Entre outubro e dezembro 2013, foram implantados cinco grupos de trabalho no âmbito do EPECSUS, que serão coordenados pela equipe técnica da Ebserh, quais sejam: aprimoramento do processo de aprovação, desenvolvimento e monitoramento; infraestrutura e informação; gestão orçamentária dos projetos de pesquisa; capacitação; e projetos de pesquisa.

9.3 e 9.4 Setor responsável: Diretoria de Gestão de Pessoas. Ao elaborar os dimensionamentos de serviços assistenciais e de pessoal dos HUs que fizeram a adesão, são obedecidos critérios decorrentes da aplicação de matriz validada pelo Ministério do Planejamento, através do DEST cuja metodologia tem por objetivo a correção das inconsistências e irregularidades.

9.5 Setor responsável: Diretoria de Gestão de Processos e da Tecnologia da Informação. A Ebserh assinou, em 14/05/2013 o termo de cooperação com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), que tem por objeto o estabelecimento dos projetos e ações conjuntas entre a Empresa e o HCPA para implementação do Aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários (AGHU) aos demais entes da rede federal, possibilitando, dessa forma, a transferência do modelo de gestão praticado pelo HCPA que obedecerá a um cronograma visando o aumento na velocidade de implantação dos aplicativos.

9.8 e 9.8.3. Setor responsável: todas as diretorias da empresa. A criação da Ebserh exigiu que fossem identificadas as competências entre o Rehuf, a empresa e os HUs. Nova composição do Comitê Gestor do Programa é necessária e a competente portaria já foi assinada pelo MEC e pelo MS restando apenas a assinatura do Ministério do Planejamento. Já foi enviada e aguarda-se a assinatura.

9.8.1 Setor responsável: Assessoria de Planejamento. A recomendação está sendo atendida com o programa de capacitação com o Hospital Sírio Libanês e com a construção dos Planos Diretores dos HUs, um dos produtos finais do programa.

9.8.2 Setor responsável: Assessoria da Presidência. O modelo será definido como subproduto do avanço dos trabalhos descritos no item 9.2.1.

9.8.4 Setor responsável: Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação. A versão 4.0 do AGHU, a ser implantada nos HUs, prevê o módulo Custos. Atualmente, utiliza-se como uma ferramenta para controle de custos nos pregões centralizados, um módulo denominado "Pregões - itens homologados" no Simec, que deve ser obrigatoriamente alimentado pelos HUs objetivando colher informações relativas à forma de aquisição e aos preços praticados pela rede, visando à elaboração de estratégias para realização de pregões centralizados.

9.10 Setor responsável: Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação. Foram feitas inspeções locais em cada um dos HUs para inventariar a situação e condições dos equipamentos para implantação do AGHU para realização do pregão de contratação dos serviços de infraestrutura nos HUs. Pregão concluído e homologado. Paralelamente, está se construindo o cronograma de implantação do AGHU.

9.11 Setor responsável: Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação. A recomendação foi acatada e instituída como responsabilidade do Comitê Estratégico, conforme cláusula terceira do Termo de Cooperação assinado com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, em 14/05/2013.

9.12.1 Setor responsável: Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação. Observamos que o SISRehuf já é um sistema pronto, está no ar e é online. No entanto, necessita de ajustes e aprimoramento. No momento, estão sendo avaliados o fluxo dos processos a serem revistos.

9.12.3 Setor responsável: Diretoria de Gestão de Pessoas. A Ebserh está tomando as providências necessárias para o controle eletrônico de frequência para todos os empregados e/ou servidores que estejam a ele obrigados, para a sede e para os 47 HUs. A aquisição dos equipamentos encontra-se em processo de licitação. No HU- UFPI o equipamento já está instalado e o sistema implantado.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências

9.2. Tratamento das recomendações do Órgão de Controle Interno

9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 43. Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares			Código SIORG 117267
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201315744	1.1.1.2	Of. nº 36.892/DSEDUI/DS/SFC/CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares			Código SIORG 117267
Descrição da Recomendação			
<p>"(...) a AUGÉ deve tomar providências junto às áreas competentes para que os dados das atividades da Ebserh no Siape, no Siasg e em outros sistemas corporativos possam ser acessados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - por auditores lotados na AUGÉ, no nível de consulta aos dados de toda a Empresa (matriz e filial); e - por auditores lotados nas Auditorias Internas Regionais (AUDIR), no nível de consulta aos dados da respectiva filial da Ebserh." 			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação Auditoria Interna, Assessoria da Presidência, DGPTI			Código SIORG -
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A comunicação expedida, Of. nº 36.892/DSEDUI/DS/SFC/CGU, foi recebida em dezembro de 2013 pela Presidência da Ebserh, a partir de quando foi possível tomar conhecimento da recomendação e adotar as providências necessárias para o seu cumprimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica.			

9.3. Informações sobre a atuação da Auditoria Interna

A) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:

A unidade de Auditoria Interna (Audit) da Ebserh, no exercício de suas competências, atua com vinculação hierárquica ao Conselho de Administração, nos termos do art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e apoio administrativo da Presidência da Ebserh, que, por sua vez, proverá os meios e condições necessários à execução das suas atribuições.

B) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações:

Foram executadas Ações de Organização e Controle, atingindo-se os seguintes objetivos e resultados:

- a) Elaboração do Código de Ética da Audit/Ebserh;
- b) Elaboração do Regulamento Interno da Audit/Ebserh;
- c) Implementação da CCI na Empresa;
- d) Acompanhamento dos acórdãos do Tribunal de Contas da União, relatórios da Controladoria-Geral da União e Conselhos de Administração e Fiscal com determinações e recomendações para as diretorias Ebserh;
- e) Apresentação das irregularidades, determinações e recomendações já identificadas pelos Órgãos de Controle no planejamento da Empresa;
- f) Obtenção das informações que possibilitem o fiel dimensionamento da estrutura de controle necessária em cada Hospital Universitário Federal;
- g) Elaboração do Plano de Atividades da Auditoria Interna (Paint), exercício 2013, em conformidade com os instrumentos legais vigentes;
- h) Atualização dos conhecimentos técnicos específicos às atividades de auditoria, e
- i) Aperfeiçoamento das técnicas de controle utilizadas.

C) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência:

A Auditoria Interna, no exercício de 2012, formulou 7 (sete) recomendações ao gestor, que atendeu integralmente a 3 (três) e tomou ciência de 4 (quatro), cujo atendimento será acompanhado periodicamente, bem como recomendação da Controladoria-Geral da União, com o objetivo de fortalecer a autonomia da unidade de auditoria interna.

D) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna:

O acompanhamento das recomendações formuladas pela Auditoria Interna é consolidado em uma planilha denominada Plano de Providências contendo: o setor responsável, o objeto, a forma do encaminhamento, as ações a serem implementadas, manifestação do gestor, o prazo de atendimento e o status de atendimento, sendo sua implementação verificada por meio de emissão periódica ao gestor de Solicitação de Auditoria, bem como a emissão da opinião da equipe de auditoria por meio de Relatório de Acompanhamento das ações.

E) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna:

Considerando a amplitude dos serviços desenvolvidos por esta Empresa, bem como o início da sua atividade principal de gestão dos 45 Hospitais Universitários em todo país, aliado às restrições estruturais e de pessoal que tal momento nos impõe, faz-se imprescindível a utilização de aplicativos que facilitem, integrem e otimizem o trabalho das equipes de auditoria nos IIUs e na sede. A partir destas premissas, a Audit propôs ao Presidente da Empresa, aquisição de sistema de *software* livre, fazendo o acompanhamento das suas atividades em planilha.

F) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações:

A certificação ocorre através da ciência proferida pelos gestores em reuniões mensais do Conselho de Administração, bem como pelo ciente obtido em memorandos e documentos enviados aos gestores da Empresa.

G) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna:

A sistemática de comunicação à alta gerência sobre riscos considerados elevados ocorre por meio de reuniões mensais com o Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. Com a alta gerência ocorre por meio de documentos e memorandos ou, quando necessário, por meio de reuniões elucidativas com o Presidente e Diretores

9.4. Declaração de Bens e Renda estabelecida na Lei nº 8.730/1993

Em atendimento às orientações do Anexo III à Decisão Normativa-TCU nº 127/2013 e da Controladoria-Geral da União, destacamos, em relação ao subitem 9.4. Declaração de Bens e Rendimentos estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, que todos os servidores autorizaram o acesso aos dados do Imposto de Renda/Receita Federal.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1. Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria da Ebserh é a responsável pelo atendimento de reclamações, sugestões, elogios, denúncias e pedido de informações dos cidadãos. O objetivo é busca o aperfeiçoamento do modelo administrativo e das ações institucionais, a partir da interlocução com os diversos setores envolvidos e por meio da promoção de melhoria contínua dos processos organizacionais. As manifestações são encaminhadas à Ouvidoria por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) ou diretamente à Ouvidoria (carta, formulários, sistema informatizado, e-mail, telefone, presencialmente), que encaminha e acompanha as demandas junto às áreas responsáveis.

A Ouvidoria e o SIC da Ebserh, contabilizaram, no ano de 2013, 785 atendimentos: 685 pela Ouvidoria e 100 pelo SIC. Os gráficos 2 a 4 apresentam o fluxo, tipo e resolução das demandas recebidas.

Gráfico 2. Fluxo de demandas à Ouvidoria da Ebserh, segundo mês de registro, 2013.

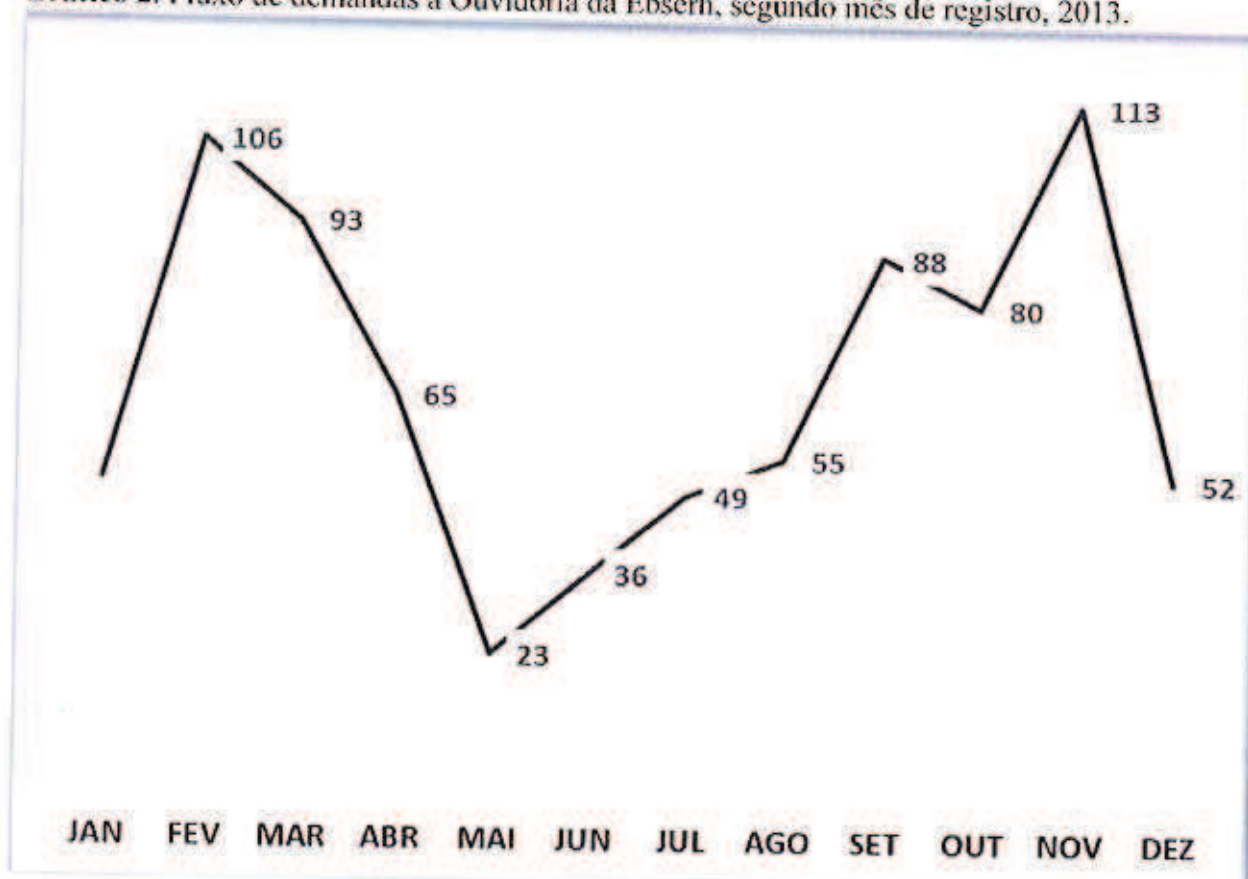


Gráfico 3. Fluxo de demandas à Ouvidoria da Ebserh, segundo tipo, 2013.

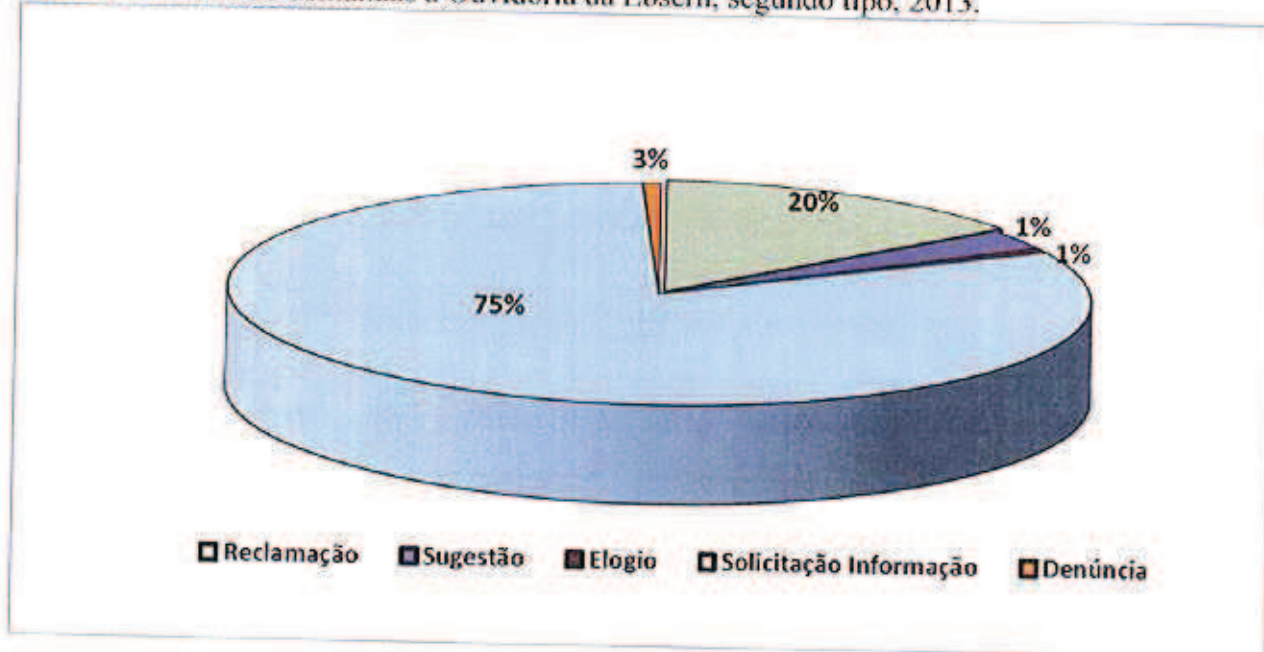


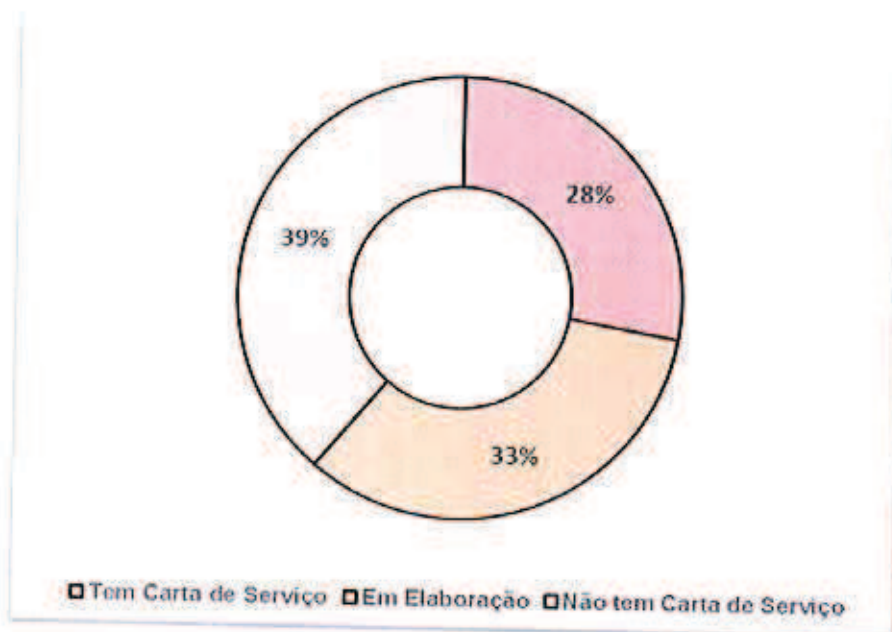
Gráfico 4. Fluxo de demandas à Ouvidoria da Ebserh, segundo resolução, 2013.



10.2. Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009)

As Cartas de Serviços ao Cidadão, foram concluídas em 28% dos IJU e estão em elaboração em 33% dos IJU e ainda não tem carta de Serviço em 39% dos IJU (Gráfico 4).

Gráfico 5. Situação de elaboração das Cartas de Serviços ao Cidadão nos Hospitais Universitários Federais, 2013.



10.3. Pesquisa de Satisfação dos Usuários

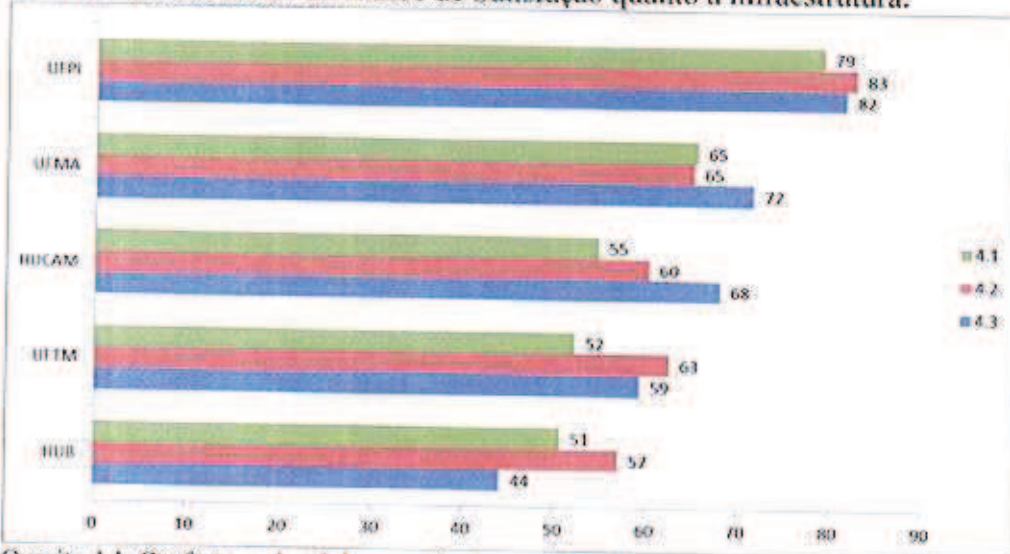
Nos meses de outubro e novembro de 2013, a Ebserh realizou a Pesquisa de Satisfação dos Usuários nos Hospitais Universitários Federais. O objetivo da Pesquisa, que será aplicada periodicamente, é avaliar a satisfação e a percepção dos usuários dos hospitais sob gestão da Ebserh, com vistas ao aprimoramento da qualidade do atendimento. A Pesquisa foi aplicada em cinco Hospitais contratualizados com a Ebserh desde janeiro de 2013: Hospital Escola da UFTM; Hucam/Ufes; Hospital Universitário da UFMA; Hospital Universitário da UFPI; e Hospital Universitário de Brasília/UnB.

O locus para a execução da Pesquisa foram as Ouvidorias, por seu papel de representação e mediação dos cidadãos e pelo caráter pedagógico, instrumental e estratégico de sua atuação. A partir da amostragem calculada por hospital, as entrevistas foram realizadas nas áreas de internação, ambulatório, no período de 14 de outubro a 28 de novembro de 2013. Os resultados foram aferidos por meio do Índice de Satisfação, conforme categorias abaixo:



Os resultados são apresentados nos Gráficos 6 a 9.

Gráfico 6. Resultados do Índice de Satisfação quanto à infraestrutura.

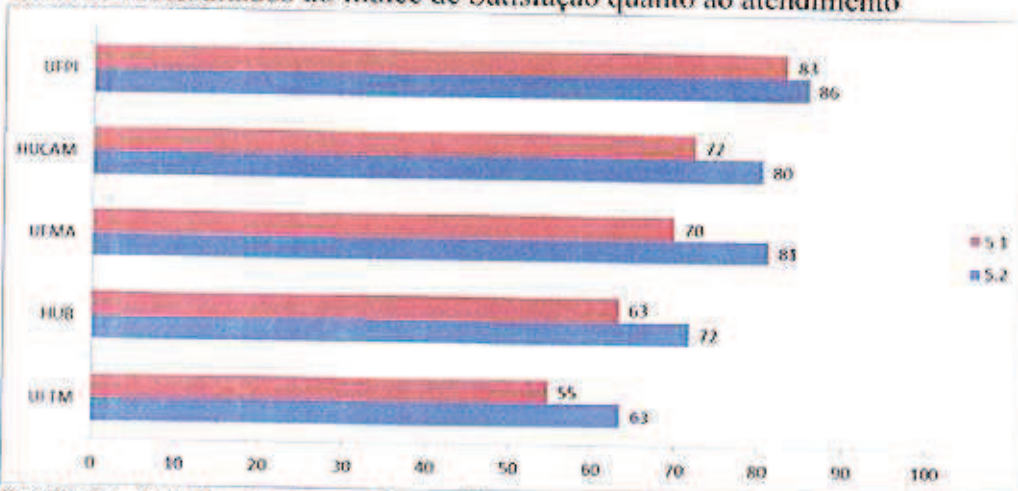


Quesito 4.1. Conforto no local da recepção (exemplos: assentos, bebedouros e banheiros);

Quesito 4.2. Higiene, limpeza e organização do Hospital; e

Quesito 4.3. Conforto das instalações na área de atendimento médico (exemplos: consultórios e locais de espera).

Gráfico 7. Resultados do Índice de Satisfação quanto ao atendimento



Quesito 5.1. Atendimento da recepção: gentileza, atenção, informações recebidas; e

Quesito 5.2. Atendimento da equipe de saúde: gentileza e tratamento de saúde recebido

Gráfico 8. Resultados do Índice de Satisfação quanto à avaliação geral

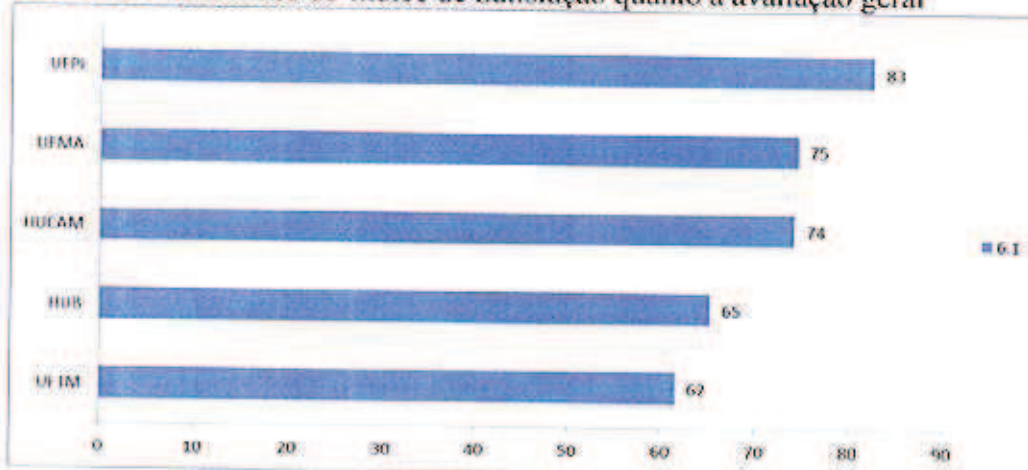
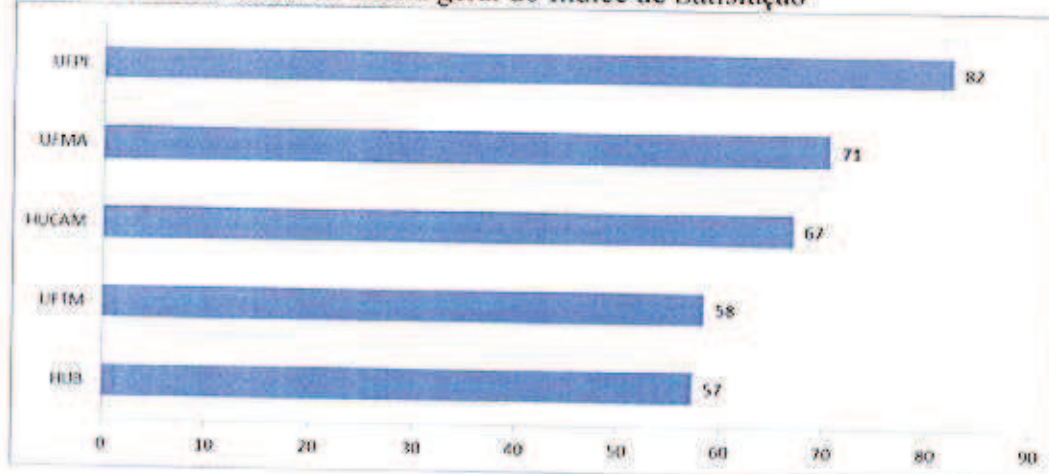


Gráfico 9. Resultados da média geral do Índice de Satisfação



Conclusões e recomendações

- As avaliações mais baixas dos usuários de todos os hospitais dizem respeito ao quesito infraestrutura;
- Entre os quesitos de infraestrutura, o que tem avaliação mais baixa em todos os hospitais é o conforto no local da recepção;
- No quesito atendimento, a melhor avaliação em todos os hospitais se refere à equipe de saúde;
- O Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí obteve melhor avaliação em todos os quesitos;
- Na avaliação geral dos usuários, o Hospital Escola da Universidade Federal do Triângulo Mineiro obteve a avaliação mais baixa;
- Na média dos resultados dos quesitos infraestrutura, atendimento e avaliação geral, o Hospital Universitário da Universidade Federal de Brasília obteve a avaliação mais baixa; e
- Mais de 80% dos usuários afirmam recomendar os hospitais para um familiar.

Esses resultados devem ser interpretados com a devida cautela, por expressarem a satisfação dos usuários que foram atendidos, o que elimina eventuais descontentamentos relacionados ao tempo de espera ou não atendimento. Além disso, a satisfação reflete também o referencial e expectativa de atendimento por parte do usuário. Assim, caso a rede local de saúde apresente dificuldades no acesso, como é o caso do Piauí, a avaliação do usuário tende a ser positiva, a partir do referencial comparativo. Cabe ressaltar que a Pesquisa não expressa as condições de gestão ou de infraestrutura dos hospitais, restringindo-se apenas à percepção do usuário quanto à utilização dos serviços nos quesitos analisados.

Portanto, contextualizando-se os resultados, é possível destacar os pontos passíveis de melhorias, como infraestrutura e atendimento na recepção, cujos requisitos vêm sendo abordados pela Ebserh no Projeto de Revitalização dos Hospitais Universitários Federais. O Projeto, que se encontra em andamento, contempla itens de infraestrutura, comunicação e atenção à saúde nos hospitais contratualizados, com o objetivo de melhorar o atendimento e acolhimento aos usuários.